

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL
E REGIONAL- PPDSR/UEMA

GABRIELA SOUZA MARTINS

**SÃO LUÍS MODERNA E CONTRADITÓRIA: resistência e permanência na
Ilhinha e Ponta d'Areia**

São Luís

2018

GABRIELA SOUZA MARTINS

**SÃO LUÍS MODERNA E CONTRADITÓRIA: resistência e permanência na
Ilhinha e Ponta d'Areia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional – PPDSR, da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito final para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Antônio José de Araújo
Ferreira

São Luís

2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL
E REGIONAL- PPDSR/UEMA

GABRIELA SOUZA MARTINS

**SÃO LUÍS MODERNA E CONTRADITÓRIA: resistência e permanência na
Ilhinha e Ponta d'Areia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional – PPDSR, da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito final para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Antônio José de Araújo Ferreira.

Aprovada em: ____/____/____

Banca examinadora:

Prof. Dr. Antônio José de Araújo Ferreira
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Samarone Carvalho Marinho
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dra. Hermeneilce Wasti Aires Pereira Cunha
Universidade Estadual do Maranhão

AGRADECIMENTOS

A Deus, a minha família pelo apoio e estímulo durante o desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu filho, Júlio César, que teve minha ausência em muitos dias da sua infância, agradeço especialmente e peço desculpas.

Ao professor, Antônio José de Araújo Ferreira, pelo longo período de orientação, paciência, por todo incentivo e ensinamento dado desde o início e por ter acreditado na minha pesquisa, muito obrigada.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, pela mediação do conhecimento e sugestões no aprimoramento da minha pesquisa.

Aos membros da banca, professor Samarone Carvalho Marinho e professora Hermeneilce Wasti Aires Pereira Cunha.

Ao professor João Batista Pachêco, do departamento de Geociências da Universidade Federal do Maranhão pelo incentivo e auxílio no fornecimento de material histórico para a presente pesquisa.

A querida Elizeth, que esteve sempre disposta em querer contribuir para realização do presente estudo.

Ao amigo Joherbeth, pelo incentivo em dar continuidade aos meus estudos depois de longos anos fora do ambiente acadêmico.

A minha querida amiga Régia, pelas palavras de carinho e incentivo, sem deixar de mencionar a sua incansável e indispensável companhia em todos os dias em que me dediquei a minha pesquisa de campo.

Ao meu namorado Ronaldo, que hoje é a pessoa que tem me feito uma pessoa mais feliz.

Ao amigo Amâncio *in memoriam*, que no pequeno período em que estivemos juntos ofereceu apoio para realização de parte dessa jornada. Descanse em paz!

A todos os colegas do curso, em especial a Saulo Arcangeli, Flávia, Bianca, Juan, Jacilmara, Lucas e Samuel, pela disposição em ajudar em muitos momentos difíceis.

A querida amiga Layla que esteve ao meu lado durante esses dois anos de estudo, sendo fundamental nos dias mais complicados, pois sempre esteve disposta a ouvir e com seu jeito manso com as palavras conseguia me tranquilizar. Obrigada amiga!

A querida amiga Danielle, por todo o apoio, companheirismo durante todo processo de realização do curso.

A minha amiga de infância Jacqueline França, por estar sempre ao meu lado em todas as minhas decisões.

As colegas de academia Ivone, Liana, Rafaela, Tereza, por ter facilitado o acesso aos moradores da Ponta d'Areia e pelo incentivo em muitos dias difíceis.

A Alice, por toda paciência no processo de revisão gramatical, no trabalho de normalização bem como em facilitar na aplicação das entrevistas na Ponta d'Areia.

Ao colega Auro, por facilitar o contato com os policiais dos batalhões responsáveis da área em estudo.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para execução desta pesquisa, manifesto meu profundo reconhecimento.

RESUMO

Para se fazer uma análise do espaço urbano é indiscutível que se leve em consideração toda a dinamicidade inerente a seu processo de transformação a partir dos conflitos de interesses dos mais diversos agentes, inseridos em uma lógica que no seu corolário é responsável por excluir a maioria, visto que o modo de produção vigente tem como característica maior a ampliação e a reprodução das desigualdades socioeconômicas, gerando um desenvolvimento geográfico desigual em escala global, que na sua concretude materializa espacialmente a divisão de classes refletidos através da expressão do mosaico urbano. Para a consecução dos objetivos da pesquisa, foi de fundamental importância a revisão da bibliografia que discute a produção do espaço, a cidade capitalista e suas complexidades atreladas à questão da modernização e paralelamente a formação de espaços segregados; além dessa etapa foram realizadas visitas técnicas à SINFRA, SINDUSCON e IBGE, para posteriormente seguir para o trabalho de campo, em que foram realizadas entrevistas e registros fotográficos. Dessa forma o estudo tem por finalidade analisar as contradições materializadas na capital maranhense, com um recorte específico que compreende as áreas residenciais da Ponta d'Areia (Península) e Ilhinha, em que, atualmente, evidencia-se um intenso processo de produção e valorização do espaço, assim como revela as contradições inerentes a tal dinâmica. Nesse sentido foram analisados aspectos particularizados das duas localidades estabelecendo o recorte temporal de 1970 até 2017. Conclui-se que o Estado medeia para o capital através das suas ações favorecendo a ampliação e a hegemonização do capital imobiliário na Ponta d'Areia e em contrapartida aprofunda a desigualdade socioespacial no que tange à Ilhinha, uma vez que é uma área que sofre ao longo do seu processo de conformação com ausência e a precariedade dos mais diversos serviços e equipamentos urbanos.

Palavras-chave: Desenvolvimento Socioespacial. São Luís. Segregação. Modernização.

Abstract

To do an urban space analysis is unarguable that takes into account all the inherent dynamism in your process of transformation starting from the conflict of interests of the most diverse agents, inserted in one logic that in your corollary is responsible to exclude the majority, due the fact that the present mode of production have like major characteristic the amplification and the reproduction of the socioeconomics dissimilarities, creating a different geography development in global scale, that in your concreteness materialize spatially the division of classes reflected through the expression of the urban mosaic. To the fruition of the search purposes, was important the revision of the bibliography that discuss the production of the space, the capitalist city and his complexities related to the question of the modernization and the formation of segregated spaces, beyond that stage was realized technics survey on SINFRA, SINDUSCON e IBGE, to after follow the fieldwork, where was realized interviews and photographs registers. In this way, the present study has the finality to analyses the contradictions materialized in the capital of Maranhão, with a specific purpose that comprehends the districts of Ponta d'Areia (Península) and Ilhinha, that, nowadays, is visible an intense process of production and valorization of the space, as reveals the contradictions inherited to the present dynamism. In that way, will be analyzed particular aspects of the due localities setting up the temporal cutting of the 1970 until 2017. Can be concluded, that the State mediate for the capital thorough of your own actions favoring the ampliation and hegemony of the real state capital on Ponta d'Areia and in counterpart deeps the socio-spatial inequality related to Ilhinha, where is a area that suffers over of the conformation process with absence and precariousness of the several services and urban equipment.

Keywords: socio-spatial inequality, São Luis, segregation, modernization.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Ponte do São Francisco.....	36
Imagem 2: Vista da quadra poliesportiva no ano de 2004.	37
Imagem 3: Vista da quadra poliesportiva no ano de 2017	37
Imagem 4: Prazo de entrega e valores da obra	39
Imagem 5: Propaganda do Espigão Costeiro da Ponta d'Areia	39
Imagem 6: Pavimentação asfáltica na Ilhinha.....	49
Imagem 7: Palafitas na área da Vila Palmeira, em São Luís.	64
Imagem 8: Localização da Área de Estudo: Ponta d'Areia e Ilhinha.....	68
Imagem 9: Desigualdade Espacial da Ilhinha e Ponta d'Areia.....	69
Imagem 10: Setores censitários da cidade de São Luís, com destaque para 1 (Ponta d'Areia), 2 (Ilhinha) e 3 (São Francisco).....	82
Imagem 11: Comprovantes de endereços de um único imóvel	83
Imagem 12: Mapa 2 - Nível de Escolaridade.	91
Imagem 13: Aspectos de subnormalidade na Ilhinha	92
Imagem 14: Prejuízos por alagamentos na Ilhinha.	94
Imagem 15: Irregularidade das vias de circulação e deficiência de serviços de essenciais	95
Imagem 16: O Acordo do “Bonde dos 40”	97
Imagem 17: Proibição judicial.....	118
Imagem 18: Abastecimento de água com caminhões pipa.....	119

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1: Mercado imobiliário em São Luís, em 2012.	45
Quadro 1: Evolução da população urbana no Brasil.	58
Quadro 2: População urbana no mundo até 2012 (%).	59
Quadro 3: Processo evolutivo da urbanização de São Luís de 1612-1980.	62

LISTA DE SIGLAS

ALUMAR	Consórcio de Alumínio do Maranhão
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAEMA	Companhia de Água e esgoto do Maranhão
CEF	Caixa Econômica Federal
COHAB	Cooperativas Habitacionais. Porém,
CPTUR	Companhia de Policiamento Turístico
CVRD -	Companhia Vale do Rio Doce
GTTUR	Grupo Tático Turístico de Motos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Polícia Militar
SINDUSCON	Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Maranhão
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SINFRA	Secretaria de Infraestrutura
ONU	Organização das Nações Unidas
UPA	Unidade de Pronto Atendimento.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 MÉTODO E METODOLOGIA DA PESQUISA	18
3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	25
3.1. Os agentes produtores do espaço urbano e suas implicações na conformação do desenvolvimento desigual na Ilhinha e Ponta d'Areia	29
3.2 O Estado e suas estratégias de atuação	35
3.3 Um breve olhar sobre o papel dos promotores imobiliários	42
3.4 Os moradores de área de ocupação	47
4. SÃO LUÍS MODERNA E CONTRADITÓRIA: resistência e permanência na Ilhinha e Ponta d'Areia	50
4.1 Reflexão sobre a cidade capitalista: um espaço de contradição	50
4.2 O Processo de urbanização e seus efeitos	54
4.2.1 Um breve olhar sobre o processo de urbanização em São Luís	60
4.3 Ponta d'Areia e Ilhinha: marcas de uma cidade capitalista	Erro! Indicador não definido.
5. REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL	71
5.1 Ilhinha: espaço de resistência	80
5.1.1 Ilhinha: do processo histórico à sua consolidação	84
5.1.2 Ilhinha: zona entrave	87
5.1.3 A atual configuração socioespacial da Ilhinha	88
6 “PENÍNSULA” DA PONTA D'AREIA: sinônimo de “morar bem” na cidade de São Luís	101
6.1 Reflexões sobre a “cidade moderna”	101
6.2 Ponta d'Areia: histórico de ocupação	111
6.3 Ponta d'Areia: os dois lados de uma mesma moeda	113
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	125
Anexos	132
Apêndices	137

1 INTRODUÇÃO

A cidade vista aos olhos menos atentos não revela a magnitude das complexas relações que estão interligadas no seu processo de produção. Portanto, para a análise do espaço urbano é necessário que se tenha uma observação pautada na totalidade das relações socioeconômicas envolvidas, bem como nas estratégias dos seus agentes e nos conflitos e contradições que se manifestam cotidianamente na sociedade.

Dessa forma, a análise do espaço urbano precisa levar em consideração que o mesmo não é apenas uma demarcação de um perímetro da cidade. Por isso, a observação pretendida reforça a tese de que o espaço é dinâmico, portanto produto das relações sociais construídas historicamente, por agentes que precisam atuar no mesmo, cujo objetivo maior é o significativo ato de viver ou mesmo de sobreviver, levando em consideração as dificuldades impostas para a maioria dos que almejam ser inseridos de alguma forma na cidade.

Entretanto, em se tratando de uma realidade inserida numa lógica capitalista tem-se uma dualidade, pois na sua concretude uma sociedade de classe sempre será reproduzida através de relações desiguais, ou seja, há o imperativo da exclusão nos mais diversos âmbitos. No entanto, a contradição é nítida e ampliada também com o apoio do Estado, visto que a sua ação facilita a reprodução das desigualdades socioeconômicas, haja vista a forma como conduz o processo de produção do espaço para beneficiar a acumulação do capital.

Sob essa perspectiva, segundo Carlos (2015, p. 95) “a produção do espaço funda-se, assim na contradição entre a produção social da cidade e sua apropriação privada”. Assim, o espaço urbano é estruturado através de relações de poder primando de forma diferenciada os interesses das classes sociais.

Fruto desse processo manifestam-se as disparidades configuradas através da fragmentação que aflora no mosaico urbano, tanto no que se refere a padrões arquitetônicos, quanto no que tange a carências de infraestrutura. Assim, as

áreas vizinhas se tornam paradoxais, em que um número reduzido de pessoas usufrui de todo conteúdo social que uma cidade pode oferecer e à imensa maioria resta a incessante luta pelo “direito à cidade”.

O solo urbano com a sobreposição do valor de troca ao seu valor de uso só revela as contradições, visto que com sua mercantilização desencadeia a divisão de forma mais acentuada através do fenômeno da segregação socioespacial, que no seu sentido mais geral é a separação e no seu sentido mais restrito refere-se à negação dos direitos essenciais para que se possa viver com dignidade, exercendo o pleno direito à cidadania, conforme é amparado pela legislação que resguarda a “função social da cidade”, que, na prática, concretamente não se materializa, como deveria. Portanto, a segregação é entendida “como forma de desigualdade (desdobrada na contradição do espaço entre o valor de uso/valor de troca) e como especificidade da cidade contemporânea” (CARLOS, 2015, p. 97).

Porém, opostamente, a cidade revela nuances de requinte e seletividade através da modernidade para as “pessoas da primeira classe” (BAUMAM, 2009, p. 26), que podem pagar para consumir essas áreas que se multiplicam na paisagem urbana, contribuindo para fragmentação do espaço. Destarte, as pessoas se aglutinam de acordo com seu modelo financeiro, configurando no urbano, padrões de homogeneidade social e ao mesmo tempo rupturas socioeconômicas expressas através do *modus vivendi* contemporâneo, que cotidianamente separa os cidadãos por muros e conta com os fortes aparatos de segurança, colocando intramuros os iguais, que assim conseguem ficar longe do caos urbano.

Os “enclaves fortificados” são fruto de uma lógica que une o fator segurança, com a lógica do padrão de acumulação e reprodução do capital, através da magnitude da ação do mercado imobiliário, que se utiliza de mecanismos facilitadores concedidos pelo Estado, bem como de um “padrão ideal” na forma de morar fetichizado pela massiva propaganda disseminada pela publicidade, que ideologicamente contribui para a manutenção do *status quo*, no qual as “pessoas da primeira fila” “estão absolutamente decididos a conservar e defender com unhas e dentes esse padrão” (BAUMAM, 2009, p. 40).

Assim, parte-se do pressuposto que o processo de produção do espaço no setor Norte da cidade de São Luís, especificamente na área que compreende a

Ponta d'Areia e a área residencial da Ilhinha, é dinâmico e materializa um desenvolvimento desigual a partir da reprodução ampliada do capital imobiliário, associado aos interesses do Estado.

Pela dinamicidade da produção do espaço e a fragmentação que ocorre a partir de uma necessidade de moradia no solo urbano, tal área sempre despertou curiosidade e inquietude devido à desigualdade que fica expressamente visível a qualquer pessoa, por isso fora alvo de minha análise primeiramente em 2004, em que pormenorizei as transformações que ocorriam no bairro do Renascença traçando um paralelo com a Ilhinha, localidade que na época sofria com diversos problemas típicos de área que concentra uma população de baixa renda. Atualmente, dei continuidade para esse estudo, pois a acumulação capitalista do mercado imobiliário acontece de forma mais voraz e o paradoxo fica cada vez mais nítido.

Com o ensejo de entender que a complexidade do dinâmico e contraditório processo de produção do espaço em São Luís deriva da lógica capitalista, levanta-se o seguinte problema: como se configura a desigualdade do espaço urbano na capital maranhense na área que compreende a Ponta d'Areia e Ilhinha?

Para o desenvolvimento dessa abordagem, de modo a traçar um detalhamento do problema central da pesquisa levantam-se questões mais específicas relacionadas ao mesmo, que darão um direcionamento sistemático à análise pretendida, pois a partir delas serão evidenciadas as particularidades de cada área em alusão: quais são os agentes produtores do espaço urbano e como eles atuam na área em estudo? Como ocorreu o processo de expansão socioespacial da área em estudo que compreende a Ilhinha e a Ponta d'Areia no período entre 1970 até 2017? Como se expressam as desigualdades e as contradições do desenvolvimento na configuração da cidade capitalista? Como ocorre a segregação socioespacial e quais as implicações da reprodução do capital na área em estudo nos seus múltiplos aspectos?

Partindo desses questionamentos, tem-se como objetivo geral analisar as desigualdades da Ponta d'Areia e Ilhinha como reflexo da produção do espaço urbano de São Luís, no período de 1970 a 2017. De forma específica, procura-se:

explicar as estratégias dos agentes na produção do espaço na referida área; analisar a cidade capitalista e o desenvolvimento desigual materializado na sua configuração; identificar o movimento contraditório existente na área da pesquisa; analisar historicamente, no período entre 1970 até os dias atuais (2017), o processo de expansão socioespacial da área Ponta d'Areia e a Ilhinha; identificar o processo de segregação socioespacial e os reflexos da reprodução do capital no processo de produção do espaço nos seus múltiplos aspectos na área objeto de estudo.

Com o intuito de buscar uma resposta ao problema, questões secundárias, bem como atingir os objetivos propostos, foram analisadas as seguintes categorias: produção do espaço urbano, a cidade capitalista e o seu desenvolvimento desigual, a segregação socioespacial e seus múltiplos aspectos.

Portanto, as inquietações para o desenvolvimento desse estudo são justificadas, a partir desse amplo desenvolvimento contraditório e desigual que se enraíza em São Luís com mais intensidade no setor Norte, pois é contundente o poder das relações capitalistas no que tange à disseminação voraz do mercado imobiliário nessa área com o amplo apoio do Estado. No entanto, paralelamente ao entorno dessas áreas elitizadas ocorre a expressão do movimento de resistência das camadas mais populares para terem o direito ao solo urbano, uma vez que o empenho do Estado em se fazer cumprir a legislação que ampara igualmente a todos os segmentos da população não é o mesmo, e as camadas desprivilegiadas financeiramente padecem por terem inúmeros dos seus direitos negados.

Para desenvolver o tema escolhido e tentar encontrar respostas para as inquietações que levaram ao interesse pela pesquisa sistematizou-se a análise em sete partes. A primeira diz respeito à introdução da pesquisa, apresentando de forma breve o processo de organização da mesma, através do arcabouço teórico centrado na forma de pensar a produção do espaço a partir de um viés marxista. Ainda apresenta a problemática central, as questões norteadoras, os objetivos gerais e específicos e, enfim, a justificativa.

A próxima parte diz respeito à metodologia, porém não ficando restrita apenas à descrição das técnicas utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa na realidade empírica em questão. Primeiramente realizou-se uma abordagem acerca da postura do pesquisador, pois é de suma importância que o mesmo assuma uma

postura crítica e reflexiva frente ao que pretende elucidar, de forma ética e responsável, para o pleno desenvolvimento da ciência a partir do rompimento de paradigmas preestabelecidos, só assim a abordagem de fato contribuirá de alguma forma com sociedade. Para tanto, traçou-se um diálogo com autores que sustentam essa concepção, a exemplo de Gaston Bachelard e Boaventura Santos. Posterior a essa discussão, ainda nesse capítulo, fora realizada a análise sobre o Materialismo Histórico e Dialético, que é o alicerce para forma de pensar a produção do espaço, a partir de autores, que convergem os seus estudos segundo princípios desse método. E por último o detalhamento das técnicas utilizadas, através das quais o leitor apreenderá como a pesquisa foi realizada.

Na terceira parte faz-se uma análise a respeito da produção do espaço, sendo primeiramente evidenciado o espaço como uma condição mutável através das relações dos agentes sociais envolvidos, de acordo com suas estratégias e interesses inseridos numa lógica capitalista de produção; nesse contexto utilizou-se como referencial teórico o conceito de produção do espaço, a partir das contribuições de Milton Santos, Neil Smith, David Harvey, Ana Fani Alessandri Carlos e Roberto Lobato Corrêa. Dessa forma, pormenorizou-se uma discussão teórica sobre cada agente social e como se dá a sua forma de atuação no recorte espacial feito, a partir das obras de Ferreira.

Na quarta parte a discussão permeia o âmbito da cidade capitalista, visto que São Luís segue essa lógica, daí a necessidade dessa abordagem, de modo a elencar a fragmentação materializada no seu interior e que reflete conflitos e as contradições que se avolumam nas mais variadas realidades, entretanto de forma mais complexa e desigual nas cidades dos países subdesenvolvidos. Assim, é revelada uma cidade com diferentes nuances, a “modernidade” concentrada, pontual e seletiva, que conta com o apoio do Estado para sua consolidação e na contramão desse processo de modernização, a cidade expõe a marca capitalista que é a desigualdade socioespacial em áreas vizinhas.

Na quinta parte, analisou-se a segregação socioespacial já que o acesso ao espaço urbano acontece de maneira desigual para a sua população, pois se configura estabelecendo uma divisão de classe, materializando no tecido da cidade rupturas e homogeneização, visto que concentra as pessoas de acordo com sua

condição financeira, evidenciado a contradição que existe fortemente nos centros urbanos. Nessa parte, destaca-se como ponto central de discussão a área residencial da Ilhinha, em que primeiramente é traçado um histórico dessa localidade, de modo a elencar nesse processo o movimento de resistência dessa população que no seu cotidiano sente a ação do Estado de forma incipiente, fragmentada e pontual, assim se pode compreender transformações ocorridas ao longo do tempo. Em seguida a análise percorreu a atual configuração dessa área residencial.

A sexta parte dará ênfase à Ponta d'Areia, ou seja, “a menina dos olhos” do mercado imobiliário, o extremo oposto da Ilhinha. Começando a abordagem com uma reflexão acerca da “cidade moderna”, um espaço seletivo e homogêneo, que contrasta com inúmeras áreas da capital, sendo ideologicamente o “sinônimo de diferenciação” no que se refere à forma de morar. Em seguida traçou-se uma análise sobre o processo histórico da área.

Por fim, a sétima parte, que compõe as considerações finais do trabalho, de acordo com as questões norteadoras e os objetivos do trabalho, nessa ordem foram apresentadas as inferências. Dessa forma essa produção científica pretende contribuir no debate, evidenciando áreas particularizadas da capital maranhense, onde expressamente materializa características inerentes a uma sociedade de classes e de uma produção do espaço desigual e contraditória, onde o discurso do “desenvolvimento” é meramente ideológico, visto que é uma área que atualmente concentra a maior parcela da população com alto poder aquisitivo, mostra o paradoxo através das desigualdades em seus múltiplos aspectos.

2 MÉTODO E METODOLOGIA DA PESQUISA

Com o propósito de alcançar respostas ao problema que originou uma inquietude para realização dessa análise, bem como alicerçar os objetivos propostos, a escolha do método é primordial. Para tanto, a reflexão da pesquisa fora feita à luz do Materialismo Histórico e Dialético, pois este permite a observação da realidade em sua totalidade, levando em consideração que a materialização das relações socioeconômicas contemporâneas, são reflexos de um processo histórico e contraditório.

Antes de se adentrar na discussão do método em questão, fez-se necessário uma abordagem acerca da postura de pesquisador frente ao desenvolvimento da produção científica de forma crítica, ética e responsável para o pleno desenrolar da pesquisa.

Destarte, é necessário que se tenha consciência do que Gaston Bachelard chama de “obstáculos epistemológicos” para o progresso da ciência, em que é essencial a prioridade da reflexão para a produção do conhecimento científico, sobre a percepção, que pode ser chamada aqui de conhecimento comum. Portanto, se percebe que, “o ato de conhecer dá-se contra o conhecimento anterior, destruindo conhecimentos mal estabelecidos, superando o que, no próprio espírito, é obstáculo à espiritualização” (BACHELARD, 1996, p. 17).

Desta forma, na formação do espírito científico o conhecimento prévio não deve ser colocado acima do ato da crítica, pois “ascender à ciência é rejuvenescer espiritualmente, é aceitar uma brusca mutação que contradiz o passado” (BACHELARD, 1996, p. 18). Portanto, o conhecimento tem como ponto de partida a necessidade de transformação da forma de pensar, de modo a não reproduzir conceitos ditos como verdades plenas e absolutas, para isso, será preciso um profundo esforço para flexibilizar e até mesmo mudar as ideias previamente formadas, uma vez que “uma cabeça bem feita precisa então ser refeita” (BACHELARD, 1996, p. 20).

A vista disso, o conhecimento científico só pode evoluir quando supera obstáculos já sedimentados, uma vez que estes se tornam entraves, para o

progresso da cultura científica, é salutar a abstenção das generalizações apressadas, concordando com Gaston Bachelard, quando salienta:

Resta, então a tarefa mais difícil: colocar a cultura científica em estado de mobilização permanente, substituir o saber fechado e estático por um conhecimento aberto e dinâmico, dialetizar todas as variáveis experimentais, oferecer enfim à razão para evoluir (BACHELARD, 1996, p. 24).

Seguindo a lógica da evolução da ciência, na tentativa de superação da dicotomização entre ciências naturais e sociais, Boaventura Santos contribui através dos seus estudos com a concepção do rompimento de um paradigma dominante, que trará um processo de revalorização dos estudos das ciências sociais, assim como a concepção de que na atualidade os mais diversos campos científicos evoluem em uma conciliação através de suas afinidades, com a interdisciplinaridade.

Então, se pode perceber que há uma necessidade de rompimento de paradigmas; isso possibilitará evolução do conhecimento científico, de modo a se construir novos olhares tendo consciência que a análise pretendida não é uma verdade absoluta, todavia uma possibilidade de um olhar sobre a realidade e que o princípio do conhecimento é a prudência do saber.

Para a produção do saber científico, com o objetivo de fazer uma apreensão da realidade, a escolha do método é indispensável haja vista que este define a condição de ciência. Em vista disso, o método a ser utilizado será o Materialismo Histórico Dialético, que possibilitará uma melhor análise do objeto de estudo, em que se precisa fazer um esforço para entender que tudo está relacionado, pois “o seguimento do movimento conjunto que se esboça através de seus aspectos dispersos, a resolução das contradições a fim de atingir (por um súbito progresso) uma realidade ou um pensamento mais elevado” (LEFEBVRE, 2013, p. 22).

Sendo assim, a luz desse método científico permitirá captar o movimento contraditório sobre a realidade, assim como compreender a sua dinamicidade tendo a história como base para o entendimento da nova realidade social, de seus conflitos e contradições inerentes à mesma, sem esquecer que:

[...] a compreensão nítida e clara da importância dos fenômenos econômicos e a afirmação nítida e clara de que tais fenômenos devem ser realçados através de um estudo científico, racional e metodicamente orientado, embasado objetivos e determináveis. É isso que chamamos de materialismo histórico, o alicerce de uma sociologia científica (a bem dizer, os dois termos são equivalentes e designam dois aspectos de uma mesma pesquisa) (LEFEBVRE, 2013, p. 22).

Uma análise feita para compreender a complexidade das relações sociais no âmbito da produção do espaço, precisa certamente levar em consideração a dinamicidade intrínseca ao mesmo, portanto há que ser desenvolvido uma concepção de mundo onde seja rejeitado “deliberadamente a subordinação prévia, imóvel e imutável dos elementos do homem e da sociedade de uns com outros” (LEFEBVRE, 2013, p. 12), haja vista que os agentes envolvidos na produção desse espaço não coexistem numa harmonia espontânea, pois no mesmo existem inúmeros problemas e obstáculos a serem resolvidos, portanto há a materialização da lógica das contradições.

A vista disso, o materialismo possibilita a percepção da sociedade em sua totalidade, levando em consideração a produção material, conforme esclarece Karl Marx (2003), em que enfatiza a produção dos indivíduos em sociedade, sendo este um ponto de partida para compreensão do dinâmico e contraditório processo de divisão de classes. Logo, a análise deverá ser feita a partir das condições materiais do modo de produção, uma vez que os acontecimentos da realidade concreta ocorrem de forma interligada e não apartada, pois, “tudo se relaciona, seguindo um movimento conjunto que se esboça através de seus aspectos dispersos” (LEFEBVRE, 2013, p. 23).

A sociedade capitalista é naturalmente marcada por uma divisão de classes, sendo assim, é pertinente salientar a abordagem de Michael Löwy citando Gramsci, quando diz que, “enquanto existir a sociedade de classes, enquanto existir a exploração e em todo período de transição entre uma sociedade de classes e uma sem classe, a sociedade comunista do futuro, as análises e conclusões do método marxista são válidos” (LÖWY, 1985, p. 28). Portanto, a pertinência da escolha desse método, visto que as relações de desigualdades e exploração estão mais do que presentes na sociedade contemporânea.

Então, o materialismo dará suporte para o entendimento do real (concreto pensado) e se apresenta como um “conhecimento racional do mundo que continuamente, se aprofunda e ultrapassa a si mesmo” (LEFEBVRE, 2013, p. 23). Assim, tal método leva o pesquisador a compreender que a sociedade é capaz de encontrar o novo, uma nova possibilidade de vitória, através de luta e ação superando os obstáculos e dificuldades.

Nessa perspectiva de análise, para melhor evidenciar uma realidade social é importante levar em consideração que o pesquisador é também um investigador, portanto precisa ter consciência que o seu objeto de estudo seja analisado na sua totalidade, assim como, que a realidade pode ser representada das mais variadas formas. Desta maneira, os estudos de Becker (2009) contribuem para uma compreensão de que não existe uma forma mais correta para as “representações da sociedade”. Sendo estas definidas como “algo que alguém nos conta sobre algum aspecto da vida social” (BECKER, 2009, p. 18).

Os fatos da realidade para serem apresentados (relatados) na forma de pesquisa científica necessitam do cumprimento de protocolos (padronização através das normas), haja vista que são produzidos para atingir um determinado tipo de público. Em vista disso é importante enfatizar que, “diferentes tipos de relatos destinam-se rotineiramente a diferentes tipos de públicos” (BECKER, 2009, p. 25).

Partindo dessa análise com o objetivo de evidenciar o processo de elaboração da pesquisa, seguiram-se algumas etapas na construção do texto. Procurou-se sempre articular o referencial teórico com o objeto de estudo. Para tanto, previamente buscou-se um suporte a partir da pesquisa bibliográfica e documental (Plano Diretor de São Luís, de 1992 e 2016), cujas disciplinas oferecidas pelo curso tiveram fundamental importância, pois auxiliaram na condução da ampliação e aprimoramento do conhecimento, de modo a elucidar muitas indagações, bem como desconstruir e reconstruir novas formas de análise do recorte espacial da pretendida pesquisa.

O levantamento bibliográfico e documental não ficou restrito somente ao material oferecido pelo curso, visto que ao longo do processo sentiu-se a necessidade de compreensão das categorias e conceitos que envolveram tal problemática. Portanto, buscou-se nos acervos das bibliotecas dos campos

universitários e dos meios digitais outras fontes. É salutar enfatizar, que essa etapa não se restringiu somente ao início da elaboração do texto, muito embora tenha sido o alicerce desse produto até o presente resultado. Nessa etapa centralizou-se a análise para os conceitos de produção do espaço através dos seus agentes, ou seja, a forma como cada um deles atua seguindo as suas estratégias, interesses e como isso é refletido no âmbito da cidade capitalista, cuja produção obedece a lógica de mercado e dessa forma produz uma realidade completamente heterogênea, fragmentada e desigual no espaço, materializando a segregação no tecido urbano, sendo essa umas das categorias analisadas.

Para estruturação da primeira parte do texto, que discute a produção do espaço, foram feitas seis visitas técnicas à Secretaria de Infraestrutura (SINFRA) e três ao Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Maranhão (SINDUSCON-MA). No citado órgão do Estado, o objetivo maior era a obtenção de informações acerca das obras realizadas no perímetro urbano da Ponta d'Areia, porém as únicas informações fornecidas se restringiram à obra do Espigão Costeiro. É importante deixar claro que as visitas ao citado sindicato não obtiveram nenhum êxito, pois tais informações não poderiam ser repassadas a pessoas que não tivessem vínculos com as empresas da construção civil.

As visitas técnicas realizadas ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) possibilitaram um aprimoramento do manuseio de algumas ferramentas disponibilizadas por esse órgão através do site, assim como a obtenção de mapas, informações de dados populacionais através dos setores censitários, o entendimento das etapas das pesquisas censitárias, quais categorias utilizadas para o recenseamento entre outros materiais que não são disponibilizados no site.

O trabalho de campo é fundamental, haja vista que é nesse momento que se tem a possibilidade de refletir e relacionar o teórico e o empírico. Em suma, tal momento fora realizado entre os meses de março a junho de 2017. Nesse interim a primeira etapa foi realizada em quatro visitas para o reconhecimento da área, contato com moradores através de conversas informais para conhecer o cotidiano, bem como adquirir credibilidade, para posteriormente fazer a utilização de entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE 1 e 2), visto que através desse procedimento técnico teve-se a possibilidade de obtenção de informações e dados

mais específicos acerca de vários aspectos da realidade da área pesquisada. Essa segunda etapa foi realizada em dezessete dias nos dois turnos. Sendo importante ressaltar aqui, que a área já era conhecida por mim, haja vista ter sido analisada para a realização do trabalho de monografia, portanto um facilitador para atual pesquisa.

É importante mencionar que durante o período da realização do trabalho de campo, além do reconhecimento e da aplicação de entrevistas foram feitos registros fotográficos, com o objetivo principal de mostrar características centrais de pontos de abordagens para que o leitor possa visualizar a área de estudo de maneira mais precisa.

Como o estudo envolve duas áreas, é preciso deixar esclarecido que em ambas foram aplicadas entrevistas semiestruturadas, entretanto para cada uma das localidades fora feito um modelo de entrevista com perguntas diferentes, por se tratarem de áreas paradoxais, porém algumas perguntas se repetiam para que se pudesse confrontar as áreas no momento da análise.

Na área da Ilhinha foram realizadas 146 entrevistas, com os moradores que se disponibilizavam a falar, tendo percebido ao longo desse processo certo medo por parte desses em fornecer informações sobre a localidade, pois muitos dos entrevistados sempre me perguntavam para que eu queria tais informações, se trabalhava para prefeitura ou na polícia, mesmo que previamente me apresentasse como estudante e explicasse o objetivo daquele contato, esse fato fora um entrave nesse processo.

Em virtude da dificuldade em falar com os moradores da Ponta d'Areia, por se tratar de uma área nobre, em que os muros e os seguranças presentes proíbem qualquer tipo de contato com os moradores dessa localidade, só conseguiu-se realizar um total de 23 entrevistas. No entanto, as informações coletadas foram de suma importância para identificar algumas particularidades locais, o que possibilitou a elaboração do último capítulo dessa dissertação.

A partir do mês de julho de 2017 iniciou-se o momento da análise das informações disponibilizadas pelos moradores, a fim de que qualitativamente se pormenorizasse a complexidade da contradição expressa em um duplo movimento

de modernização e resistência que explicitamente reflete aspectos desiguais de uma sociedade de classe, que no caso específico dessa pesquisa é materializada de forma contundente no recorte empírico que compreende a Ilhinha e a Ponta d'Areia.

A relevância dos processos operativos é primordialmente para facilitar a análise e interpretação a respeito do estudo em alusão. Então, no percurso do processo da investigação científica, a postura clara e consciente do pesquisador fará toda diferença, através de uma visão mais precisa possível expressa pelo estudo pormenorizado de cada parte da totalidade, levando em consideração a dinamicidade do processo em suas especificidades.

3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Pensar em produção do espaço é ter em mente o dinâmico, contraditório e conflituoso processo que se tornou mais expressivo nas cidades. Entretanto, há necessidade de se considerar que cada cidade possui suas particularidades. Todavia, nas cidades capitalistas prevalecem as leis do mercado imobiliário e os interesses do mesmo na produção e indução do uso do solo.

Antes de iniciar a abordagem acerca da produção do espaço na capital maranhense, primeiramente é indispensável uma breve discussão a respeito da definição de espaço; entretanto, tal conceito já fora tratado por vários estudiosos e no seu processo evolutivo passou da simplória concepção de um mero receptáculo de localização dos fenômenos, totalmente dissociado da ação humana, para um entendimento mais completo e complexo, o qual é percebido como um produto da ação humana, conforme a seguir.

Isso implica, que a simples concepção de localização não será aceita nesta discussão, pois se leva em consideração o processo evolutivo do conceito de espaço, sendo este entendido como “produção social”. Portanto, “é assim que da simples constatação da localização das coisas no espaço passa-se à descoberta da ‘organização do espaço’ pelos grupos humanos e, desta elaboração, para a ideia de que a sociedade produz seu próprio espaço” (CARLOS, 2014, p. 59).

Sendo assim, Milton Santos defende que, “o espaço é formado por um conjunto indissociável, e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerando isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p. 39).

Esses sistemas não são inertes e interagem mutuamente, evidenciando o movimento transformador na configuração da dinâmica espacial. Nesse sentido, ainda na concepção do geógrafo supracitado, os objetos podem ser definidos por tudo que está na superfície terrestre de ordem natural, bem como artificial, sendo este último o resultado do trabalho objetivado realizado através de ações planejadas dos seres humanos.

O mesmo autor, na construção da sua teoria sobre o espaço, baseado no legado de Karl Marx, considerando simples o estudo da Formação Econômica Social (F.E.S), notadamente acrescentou a essa análise a categoria “espaço”, pois para tal geógrafo é importante compreender que, “o espaço é uma matéria trabalhada por excelência” (SANTOS, 1977, p. 92), pois Natureza e Espaço são sinônimos, desde de que se considere a transformação contínua e ininterrupta que acontece na natureza.

Como fio condutor do estudo da produção do espaço é relevante enfatizar que para o desenvolvimento dessa pesquisa será utilizada essa concepção do espaço, muito embora ela não seja a única, pois se percebe intrinsecamente a existência da ação humana na produção do espaço, portanto, um processo social que é também econômico. Assim, é pertinente mencionar que este é indiscutivelmente produzido em diferentes escalas, das pequenas às grandes obras.

Seguindo tal conceito de espaço, como uma produção social, Carlos Brandão enfatiza que “nenhum recorte espacial poderá ser mais visto como passivo mero receptáculo e sem contexto institucional e moldura histórica” (BRANDÃO, 2007, p. 65), em que são revelados conflitos e contradições inerentes a ele.

Assim, concorda-se com David Harvey quando diz: “O processo de criação do espaço é cheio de contradições e tensões e que as relações de classes nas sociedades capitalistas geram inevitavelmente fortes conflitos e correntes cruzadas” (HARVEY, 1982, p. 7); dessa forma se materializa um processo próprio de desenvolvimento desigual e combinado aos moldes capitalistas.

Percebe-se que os autores supracitados convergem na mesma linha de observação, pois comungam do mesmo princípio de análise, fundamentados em princípios marxistas. Sendo assim, veem o espaço como um produto socialmente construído, que não acontece de maneira aleatória ou harmoniosa e que revela contradições, pela forma como se constitui.

Assim, em uma sociedade capitalista, o modo de produção determinará a configuração espacial como produto da necessidade de reprodução/acumulação do capital. Portanto, aparecerá como um mecanismo para que o capital alcance sua condição para reprodução ampliada; logo, não se deve deixar de mencionar o

importante apoio que receberá das forças do Estado, haja vista que o mesmo não é um mecanismo neutro nesse processo.

Assim sendo, é importante considerar que o modo de produção é um fator preponderante para determinações de produção do espaço, uma vez que sofrerá as determinações da lógica do próprio capital, onde as formas de valorização vão estabelecer nos diferentes lugares relações contrárias na sua conformação.

Nessa perspectiva de análise, a produção do espaço deverá ser compreendida levando em consideração que a “desigualdade espacial não tem sentido algum, exceto como parte de um todo, que é o desenvolvimento contraditório do próprio Capitalismo” (SMITH, 1988, p. 151).

Na constituição do processo de produção espacial a lógica capitalista evidencia o espaço com a função majoritariamente mercadológica; sendo assim, o objetivo maior do parcelamento do solo urbano é a obtenção do lucro máximo que garantirá a reprodução e a manutenção da acumulação ampliada do capital, sendo remetido o solo urbano à função de mercadoria, em que prevalecerá o valor de troca, mesmo sendo o valor de uso uma necessidade vital para o homem.

Sendo assim, é salutar expor, nesse contexto, que não há produção de mercadoria sem que haja dispêndio de trabalho humano, e intrínseco a esse processo está a relação do conceito de valor, que possui duplo significado, o qual notadamente não se pode reduzir “à abstração do valor sem que a mais leve partícula de matéria constitua esse valor, e em outro caso só haverá uma forma palpável – a sua forma natural de objeto útil” (MARX, 2016, p. 56).

Ainda, baseado no legado de Karl Marx, na dupla relação peculiar entre o valor de uso e o valor de troca, há a necessidade de especificar os dois conceitos, segundo a análise de David Harvey, na qual ele evidencia que “a expressão o ‘valor de uso’ pode ser aplicada a toda classe de objetos, atividades e eventos em situações particulares sociais e naturais” (HARVEY, 1980, p.132); ainda de acordo com esse mesmo autor, o valor de troca “reside no processo social de aplicação de trabalho socialmente necessário aos objetos da natureza para criar objetos matérias (mercadorias) para consumo (uso) pelo homem” (HARVEY, 1980, p.133).

Então, para se entender a aplicação desse conceito na realidade do espaço urbano, é salutar destacar que, conforme Carlos (1994), o espaço é fragmentado em pedaços e com isso redefine-se sob a lógica do processo de valorização do capital, em que são trocados a partir de transações de mercado, redefinindo-se com o efeito de mercadoria, sendo este um objeto “destinado à troca e a venda, é a forma elementar da riqueza das sociedades em que impera o regime de produção capitalista” (MARX, 2016, p. 51).

Desse modo, releva a primazia da propriedade privada no solo urbano, onde o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso, sendo o último entendido nessa abordagem, como primordial para manutenção da sobrevivência e uma garantia da realização da vida social, uma vez que esta é a prática mais espontânea e necessária do ser humano, o ato de viver. Todavia, a situação materializada na cidade se revela cotidianamente de forma perversa e nega o direito de viver nesse espaço aos que não têm condições de se inserir na lógica do mercado, ou seja, na lógica do capital. Destarte, evidencia uma característica marcante e que se repete em várias realidades empíricas nas quais impera a égide do capital na produção do/ no espaço urbano, que é expresso através da desigualdade espacial.

Sendo assim, concorda-se com Corrêa (1995, p. 9), quando diz que “o espaço da cidade é assim, e também, o cenário e o objeto das lutas sociais, pois estas visam afinal de contas o direito à cidade, a cidadania plena e igual para todos”, onde revelam complexos e diferenciados interesses na sua produção.

Tendo em vista a análise exposta e com o objetivo de elucidar como ocorre tal processo na realidade empírica da pesquisa levada a efeito. Para tanto se fará uma abordagem acerca da produção do espaço no recorte temático, contudo, é de suma importância tratar dos aspectos gerais da produção espacial na capital maranhense, elencando todos os agentes produtores do espaço, bem como suas estratégias na conformação do atual cenário urbano. Na sequência, o realce ficará a cargo do ponto central dessa parte da discussão, cujo objetivo maior é evidenciar a produção do espaço na área que compreende a Ilhinha e a Ponta d’Areia, em que será necessário elencar os agentes produtores desse espaço, bem como, a forma de atuação de cada um na dinâmica espacial na área referida.

3.1. Os agentes produtores do espaço urbano e suas implicações na conformação do desenvolvimento desigual na Ilhinha e Ponta d'Areia

Para se entender a produção do espaço no recorte empírico que compreende a área da Ilhinha e Ponta d'Areia que exprimem uma situação totalmente desigual, materializada no tecido urbano da capital maranhense que é um reflexo do processo de urbanização sob a lógica do capital. Nessa ordem se entende segundo o pensamento de Neil Smith no seu texto *Desenvolvimento Desigual*, o qual concebe o espaço no processo e no padrão do desenvolvimento desigual especificamente capitalista, portanto, “a diferenciação espacial (divisão territorial do trabalho) deriva da divisão social do trabalho mais geral” (SMITH, 1988, p.153).

Partindo desse princípio, ainda conforme a visão do mesmo autor, “a divisão do trabalho na sociedade é a base histórica da diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento” (SMITH, 1988, p. 152). Destarte, a produção espacial da área em alusão revela os conflitos, contradições e é palco da disputa de classes produzidos a partir dos reflexos de um modo de produção excludente e ampliador de desigualdade exponencializados nas cidades.

Sendo assim, a observação analítica da realidade concreta será feita a partir de um olhar crítico acerca do modo de produção vigente, visto que tais áreas estão inseridas em um modelo capitalista de produção, tendo como característica marcante a ampliação e reprodução das desigualdades (analisando a partir do aspecto espacial), partindo do princípio da acumulação e reprodução do capital.

O capital, entre outras coisas, é também um instrumento de trabalho, é trabalho passado, objetivado. Logo, o capital é uma relação natural, geral, pois separa precisamente o que é específico e o que do “instrumento de produção”, do ‘trabalho acumulado’, se torna capital (MARX, 2003, p. 240).

O espaço urbano deve ser compreendido a partir da lógica do capital que impõe dinamicidade e adaptações vinculadas ao contexto histórico e à ação dos agentes sociais, resultando em constantes mudanças, que variam no tempo e no

espaço evidenciando os interesses e as contradições que fazem parte de um processo de (re) valorização / (re) produção.

Nesse contexto, observa-se a emergência de um espaço como mercadoria, onde os diferentes agentes o produzem consoante aos ditames da produção do capital. A vista disso, concorda-se com Harvey (1982, p. 8), quando afirma que:

A força de trabalho necessita de espaço para viver. A terra é, portanto, uma condição de vida para a força de trabalho, da mesma maneira que é uma condição de produção para o capital. O sistema de propriedade privada que exclui o trabalho da terra como condição de produção também serve para excluir o trabalho da terra como condição de vida.

O espaço, como já se abordou acima, é dinâmico e palco da disputa de classe, sendo a cidade o local onde acontecem as maiores tensões, haja vista o aumento crescente da população e o crescimento desordenado, portanto, “mais do que outros territórios, as metrópoles apresentam com maior evidência, embora não com exclusividade os conflitos e as contradições”, (MARICATO, 1996, p. 6), inerentes ao espaço urbano, o que também se materializa em cidades médias e pequenas, além de bairros que são parte de uma cidade uma vez que independente do porte da cidade e do bairro, a lógica do capital é a mesma.

Na abordagem espacial a noção de produção do espaço é inquestionável para o entendimento da realidade atual. Portanto, a materialidade do mesmo remete à compreensão do seu sentido mais amplo, onde se entende que:

O espaço guarda o sentido do dinamismo das necessidades e dos desejos que marcam a reprodução da sociedade no seu sentido mais amplo, a realização da vida para além da sobrevivência. Os fundamentos da reprodução que, como afirmamos, contempla uma especificidade histórica, hoje se explicam como uma produção capitalista. Desta determinação decorre um conjunto de condições para sua realização, em especial a existência de classes sociais específicas e contraditórias, enfrentando-se a partir de interesses de acumulação (CARLOS, 2014, p. 56).

Partindo do entendimento que espaço é produto das relações sociais de produção, marcado por uma dinâmica própria, para falar de agentes produtores do espaço, questiona-se previamente o que é produção? Quem são os responsáveis pelo ato de produzir?

A produção está amplamente difundida em todas as ações humanas realizadas no seu cotidiano, seja ela de ordem material ou abstrata. Portanto, toda produção carrega consigo relações de trabalho e consumo, visto que, conforme elucida Karl Marx, não há produção sem consumo e nem consumo sem produção. Portanto, através desse mútuo processo o indivíduo se apropria da natureza e a transforma satisfazendo sua necessidade de consumo. Então, “a produção não produz unicamente o objeto de consumo, mas também o modo de consumo” (MARX, 2003, p. 239).

Então, a produção e o trabalho são indissociáveis. Logo, o processo de produzir deverá ser entendido como uma ação social. Destarte, segundo Marx, para que haja produção é indispensável o uso de um “instrumento de produção”, assim sendo, “esse instrumento será a mão” (MARX, 2003, p. 248). À vista disso, concorda-se com a visão de Milton Santos ao explicar que a produção é manifestada através do “trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas no espaço” (SANTOS, 1997, p. 82).

Não se pode falar de produção sem elencar quem são os agentes produtores do espaço, pois como já fora evidenciado antes este é um produto da ação social, ou seja, é uma produção socialmente determinada, onde os que produzem e consomem espaço num duplo processo dialético, pois “o ato de produção é em todos os seus momentos e ao mesmo tempo, um ato de consumo” (MARX, 2003, p. 246). Todavia, é pertinente salientar que o ato de produzir e de consumir o espaço não acontece da mesma forma e com a mesma intensidade em uma determinada sociedade, já que os interesses e as estratégias dos agentes sociais não são as mesmas.

No contexto da atuação dos agentes sociais na produção espacial, é salutar enfatizar que:

A produção do espaço, seja o da rede urbana, seja o intraurbano, não é resultado da “mão invisível do mercado”, nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. **É consequência da ação de agentes concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias**, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade (CORRÊA, 2014, p. 43, grifo nosso).

Dessa forma, os agentes sociais são concretos e suas ações são planejadas a partir de seus diferentes interesses. Para uma melhor compreensão dessa categoria analítica, convém ressaltar que “agente social se entende um agrupamento de pessoas e/ ou instituições que desenvolvem ações definidas, visando à defesa de seus interesses” (FERREIRA, 1998, p.32).

Tomando como base a revisão bibliográfica feita por Corrêa (1995, p. 12), este propôs uma tipologia que classificou os agentes em cinco grupos: (1) os proprietários dos meios de produção; (2) os proprietários fundiários; (3) os promotores imobiliários; (4) o Estado; (5) os grupos sociais excluídos. Todavia, a quantidade de agentes envolvidos na produção espacial não segue um padrão predeterminado para todas as realidades empíricas. Além disso, não há a devida correspondência empírica dos “grupos sociais excluídos”, pois os mesmos embora se localizem em palafitas, favelas ou áreas de ocupação/invasão precisam de recursos financeiros para adquirirem materiais utilizados em suas respectivas residências, a exemplo de lona, plástico, tábua, prego, telha de amianto, tijolo, etc.; tal constatação implica que essas pessoas também fazem parte da lógica do capital, o que as diferencia em relação aos demais é a quantia de recursos financeiros que possuem no sentido de atender suas demandas por moradia. Portanto, participar com pequena quantidade é diferente de não participar por falta do recurso financeiro exigido para viabilizar a moradia (FERREIRA, 1998).

Para tanto, a compreensão da produção do espaço na capital maranhense levará em consideração o estudo acerca dessa cidade realizado por Ferreira (2014), adaptado do estudo do autor citado acima, o qual defende a atuação dos seguintes agentes: (1) o Estado; (2) os detentores do capital; (3) os apropriadores de terras; (4) os promotores imobiliários; (5) moradores de áreas de ocupação.

Destarte, é pertinente esboçar ainda segundo a análise do mesmo autor que,

a realidade empírica revela variados agentes sociais atuantes na produção do espaço urbano, os quais 2) agem ora em conflito, ora em consonância, ou em conjunto e até mesmo de forma isolada, e ainda 3) algumas ações e estratégias tendem a confundir a separação quanto a se perceber e conhecer quem atua e como, e pode-se dizer que não existe uma tipologia aceita de forma unânime. (FERREIRA, 1998, p. 34.)

Antes de se fazer uma análise pormenorizada da ação dos agentes sociais e as formas de atuação na área objeto dessa pesquisa, há necessidade de uma abordagem a respeito do papel e das estratégias do Estado como um dos principais produtores do espaço, uma vez que este é o ponto comum entre todos os demais agentes. Partindo desse princípio, se deve levar em consideração que,

ao se analisar a (re) produção do espaço urbano, em que se faz o recorte setorial e/ou o estudo de um agente social, e a de que o trabalho em desenvolvimento não isole esse setor ou agente, como se os mesmos fossem independentes dos demais, mas de ter-se a convicção de que ele(s) e(são) apenas uma parte do todo, que tem um papel a ser desempenhado, onde o Estado não é um simples coadjuvante. (FERREIRA, 1998, p.34.)

O Estado na produção do espaço abarca múltiplas funções. No entanto, convém evidenciar que na atribuição da sua competência precisa atender uma diversidade de interesses, priorizando ora interesses individuais, ora coletivos, porém como se está analisando o Estado capitalista cabe dizer que o mesmo privilegiará os interesses do capital.

Destaca-se dentre as diversas funções as quais o Estado assume, utilizando ainda contribuição de Roberto Lobato Corrêa no seu ensaio sobre o “espaço urbano”, no qual tal autor enfoca de forma sistemática, baseado em A. Samson, as variadas formas de atuação desse agente no processo de produção e reprodução do urbano.

Assim, conforme o autor supracitado, o Estado atua na regulamentação do espaço para fins de uso do solo urbano, no controle e taxaço sobre o preço da terra e dos imóveis, na organização e estruturação do espaço através de grandes obras de engenharia, na implementação de linhas de crédito voltadas ao setor habitacional, no ordenamento do arranjo territorial para que se faça uma ocupação mais precisa do solo urbano.

O Estado age viabilizando a incorporação de novas áreas, beneficiando-as através de serviços de infraestrutura. Dessa forma, promove a valorização do solo urbano, sendo considerado por Lefebvre (2013, p. 95) como “um elemento ilusório de uma importância capital”.

Apesar de entender que o Estado tem importância singular em muitos aspectos na produção do espaço, os quais serão aqui especificados, é necessário fazer algumas considerações acerca do mesmo, haja vista que este não atua de forma neutra, o qual seu poder é impregnado de ideologia “parecendo independente e imparcial” (LEFEBVRE, 2013 p. 95).

Por se tratar de uma concepção capitalista de Estado, na proeminência dessa discussão existe a necessidade de fazer menção ao caráter ideológico de sua ação, pois segundo Harvey (2005) é através da ideologia que o Estado exerce seu poder, visto que estabelece fortes vetores de disseminação de ideias e informações, cujo propósito central é a dominação e a manutenção de uma hegemonia dominante. Portanto, Saes (1998, p. 30) afirma que “o Estado pode ser qualificado como burguês quando cria as condições ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção capitalista”.

Nessa óptica, Martin Carnoy (1998), baseado nos escritos de Nicos Poulantzas, menciona que o Estado tem uma função ideológica somado ao caráter repressivo. Simultaneamente, ele reproduz relações de classe, nas quais as classes hegemônicas se organizam para manutenção de “classe-unidade”.

Nesse contexto vale destacar que:

o Estado que exprime uma determinada sociedade, a representa tal qual ela é, isto é, traduz e sanciona sua estrutura de classes e, conseqüentemente, a dominação de uma das classes. Mesmo quando dá impressão de estar protegendo os oprimidos ou os explorados, mesmo que de fato os proteja contra alguns excessos, ele conserva as condições necessárias para que haja a dominação de classe”. (LEFEBVRE, 2013 p. 94).

A partir dessa concepção de Estado, o próximo ponto de abordagem será acerca da atuação dos agentes na área que compreende a Ilhinha e a Ponta d’Areia, evidenciando as estratégias de cada agente e os conflitos de interesses envolvidos na produção desses espaços, onde se materializa uma dinâmica completamente contraditória e desigual em áreas contíguas, visto que há uma marcante diferença na estrutura socioeconômica, muito embora sejam complementares, as quais revelam os reflexos de uma estrutura social de classes que mostram as contradições do sistema capitalista.

3.2 O Estado e suas estratégias de atuação

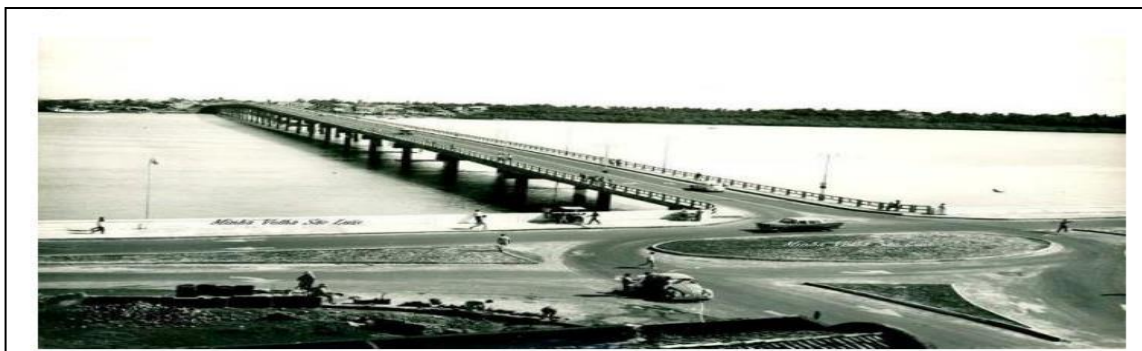
Na dinâmica espacial da área mencionada anteriormente, a análise a respeito do papel do Estado é indiscutivelmente primordial, visto que o mesmo tem o poder de agir em todo o processo de organização e estruturação da cidade desempenhando as mais variadas funções. Muito embora este:

enquanto agente social influencia direta (incluindo-se a sua omissão) ou indiretamente (a partir de acordos oriundos de decisões externas) sobre a reprodução do espaço revelando, portanto, condições para a ação de demais agentes, induzidos ou não (FERREIRA, 1998, p. 33).

Nessa perspectiva, na cidade de São Luís, a ação do Estado se relaciona aos investimentos referentes à implementação e fixação de capital através de alocação de serviços de infraestrutura, como construção de pontes, abertura de novos acessos na malha urbana, na proposição e regulamentação de leis para uso e ocupação do solo, promotor imobiliário, através da concessão de créditos, bem como na estruturação e reestruturação de equipamentos urbanos.

Na realidade empírica analisada é marcante a presença desse agente, dadas as exigentes necessidades de produção e reprodução dessa área. A primeira forma de atuação do Estado no sentido de estruturação e organização do solo urbano de São Luís se consolidou a partir da “construção de duas pontes sobre o Rio Anil, isto é, a Governador José Sarney e a Newton Belo – 1969/70, as quais facilitaram o acesso e a expansão urbana (embora sem planejamento físico-territorial) aos setores Norte/Nordeste” (FERREIRA, 2014, p. 53). Esses fatores de crescimento horizontal concorreram para valorização da área, assim como efetivaram a ligação do Centro Histórico de São Luís com a então emergente centralidade do setor Norte da capital maranhense. A Figura 1 evidencia a imagem da ponte Governador José Sarney, também conhecida como ponte do São Francisco, que fora construída sobre o Rio Anil interligando o bairro de São Francisco ao restante da cidade de São Luís.

Imagem 1: Ponte do São Francisco



Fonte: Facebook. Da minha velha São Luís. Disponível em: <https://www.facebook.com/MinhaVelhaSaoLuis/photos_stream?tab=photos>. Acesso: 15 out. 2014.

Outro importante aspecto, no que tange à ação do Estado na referida área e que possibilitou a modificação da paisagem, bem como a sua valorização e incorporação de novas áreas à cidade, foi realizado através de grandes obras de engenharia e serviços de melhoramento urbanístico, a exemplo da Avenida Colares Moreira e a Laguna da Jansen, onde esta última, conforme Branco (2012), foi construída por meio de políticas de meio ambiente, através do decreto/lei 4.870/1988, sendo considerada uma unidade de conservação de proteção integral de jurisdição estadual, recebendo a designação de Parque Ecológico da Lagoa da Jansen.

No Maranhão, apesar das categorias Parque e Estação Ecológica serem as mais restritivas do SNUC, seus territórios tem sido usado para outros fins que não a preservação ambiental e, na maioria dos casos, de forma predatória, em decorrência da deficiente estrutura pública e do não fortalecimento institucional do órgão ambiental de forma continuada, inibindo, assim, a gestão ambiental desejável dessas áreas, que inclui, dentre outras dificuldades, a ineficiente fiscalização, monitoramento e controle da qualidade ambiental dos ecossistemas e recursos naturais nelas existentes. (BRANCO, 2012, p. 120).

Por existir uma forte especulação imobiliária e um elevado incremento por parte do Estado, no entorno dessa Unidade de Conservação ampliou-se a atividade do turismo há uma década, todavia atualmente pela situação de abandono de parte desse parque, muitas de suas áreas já não são utilizadas nem por moradores locais

e nem por turistas. O fluxo de pessoas é mais intenso durante a noite devido a uma grande quantidade de bares e restaurantes que movimentam o local.

No bojo dessa discussão é salutar tecer a seguinte crítica: o Estado que articula e organiza o espaço, bem como equipa o tecido urbano com um aparato de serviços, como fora exposto anteriormente, é o mesmo que em muitas vezes não dá continuidade à manutenção dos serviços prestados, a exemplo da citada Laguna da Jansen, que no seu “período áureo” oferecia uma gama de atividades destinadas ao lazer da população e ao turismo local. No entanto, hoje se encontra em total abandono, conforme fica evidenciado nas imagens 2 e 3, sendo que a de 2004 mostra a vista da quadra poliesportiva e através dela se percebe o pleno uso do espaço público enquanto a de 2017 mostra o descaso do Estado, uma vez que tal área está sob jurisdição dessa unidade da Federação.

Imagem 2: Vista da quadra poliesportiva no ano de 2004.



Fonte: Gabriela Souza Martins, 2004.

Imagem 3: Vista da quadra poliesportiva no ano de 2017



Fonte: Gabriela Souza Martins, 2017.

Mesmo com ações pontuais no ano de 2016, como a reestruturação da concha acústica e a construção de um parquinho, no sentido de revitalizar a área, os problemas existentes são inúmeros, tais como: deterioração dos antigos equipamentos, que por falta de manutenção encontram-se quebrados e enferrujados; ineficiência do serviço de capina; precária iluminação, fazendo gerar um clima de insegurança e aumento na violência. Assim, os reflexos desses inconvenientes são refletidos na diminuição do número de frequentadores. Esse fato tem gerado um descontentamento por parte dos trabalhadores informais dos quiosques existentes na localidade, visto que compromete a venda e consequentemente a renda familiar.

Outra atuação do Estado no que se refere à produção do espaço na área, foi a construção do Espigão Costeiro, localizado na Ponta d'Areia, precisamente em sua porção Oeste. Um dos principais motivos para sua construção foi a contenção do assoreamento do Rio Anil, que já prejudicava a navegabilidade em alguns pontos, bem como conter os processos erosivos que se avolumavam na Ponta d'Areia, pois "as edificações existentes construídas muito próximos à praia da Ponta d'Areia não possibilitaram o desenvolvimento de um novo perfil de praia para restabelecer o equilíbrio do ambiente praial" (REGO, 2013, p. 43).

Vale enfatizar que tais problemas ameaçam as edificações de alto padrão que foram construídas muito próximas à linha de praia e, por isso, certamente as pressões junto ao Estado foram incisivas para a realização da obra, bem como para sua manutenção continuada, conforme será exemplificado a seguir.

A obra de construção do Espigão Costeiro durou um ano e meio, foi entregue em agosto de 2014 e custou um total de trinta e dois milhões de reais (Imagem 4). Segundo a Secretaria de Infraestrutura do Estado (SINFRA), metade desse valor foi gasto com a estrutura de pedras para conter a erosão na Península da Ponta d'Areia. Já a outra metade foi destinada para a urbanização do local. Essa obra conta com um espigão de mais de 500 metros de extensão, um calçadão destinado à prática de esportes, ciclovia, quiosques e em frente ao espigão, encontra-se o memorial Bandeira Tribuzi.

Imagem 4: Prazo de entrega e valores da obra

10 Geral

O Estado do Maranhão • São Luís, 26 de abril de 2014 • sábado




Espigão Costeiro da Ponta d'Areia será entregue no mês de agosto

Secretário de Estado de Infraestrutura, José Raimundo Frazão Ribeiro, visitou ontem o canteiro de obras de urbanização do espigão, que está com 70% do serviço concluído; local vai dispor de calçadão, quiosques, ciclovia e ponto de observação

Com 70% de obra concluída, a urbanização do Espigão Costeiro da Ponta d'Areia, em São Luís, está pronta para ser entregue ao público. O projeto, que inclui a construção de um calçadão, quiosques, ciclovia e ponto de observação, está sendo executado pela empresa J. R. Engenharia e Construção. O secretário de Estado de Infraestrutura, José Raimundo Frazão Ribeiro, visitou ontem o canteiro de obras, acompanhado pelo diretor de Engenharia, Carlos Eduardo de Oliveira, e pelo engenheiro responsável, João Carlos de Oliveira. O Espigão Costeiro é um projeto de urbanização da Ponta d'Areia, uma das áreas mais nobres da cidade. O projeto prevê a construção de um calçadão de 572 metros de comprimento, 8 metros de altura, com uma ciclovia de 1,4 metro de largura e um ponto de observação. O projeto também prevê a construção de quiosques e um estacionamento. O projeto foi financiado pelo Governo do Estado e pelo Governo Federal.

Revitalização - O secretário de Infraestrutura, José Raimundo Frazão Ribeiro, visitou ontem o canteiro de obras do Espigão Costeiro da Ponta d'Areia. O projeto prevê a construção de um calçadão de 572 metros de comprimento, 8 metros de altura, com uma ciclovia de 1,4 metro de largura e um ponto de observação. O projeto também prevê a construção de quiosques e um estacionamento. O projeto foi financiado pelo Governo do Estado e pelo Governo Federal.

Calçadão - O projeto prevê a construção de um calçadão de 572 metros de comprimento, 8 metros de altura, com uma ciclovia de 1,4 metro de largura e um ponto de observação. O projeto também prevê a construção de quiosques e um estacionamento. O projeto foi financiado pelo Governo do Estado e pelo Governo Federal.

Calçadão - O projeto prevê a construção de um calçadão de 572 metros de comprimento, 8 metros de altura, com uma ciclovia de 1,4 metro de largura e um ponto de observação. O projeto também prevê a construção de quiosques e um estacionamento. O projeto foi financiado pelo Governo do Estado e pelo Governo Federal.

Espaço já é atração turística

Além de ser uma obra de engenharia com a função específica de conter a erosão e desastres, o Espigão Costeiro tornou-se um ponto turístico em São Luís, que está sendo ampliado com a obra de urbanização da área.

O espigão foi construído para conter a erosão e desastres, mas também se tornou um ponto turístico. O projeto prevê a construção de um calçadão de 572 metros de comprimento, 8 metros de altura, com uma ciclovia de 1,4 metro de largura e um ponto de observação. O projeto também prevê a construção de quiosques e um estacionamento. O projeto foi financiado pelo Governo do Estado e pelo Governo Federal.

Números

- 572** metros é comprimento do espigão
- 8** metros de altura
- 1,4** metro de largura da ciclovia
- 2** quilômetros é a extensão da urbanização
- R\$ 39,1** mi é o orçamento total da obra, sendo R\$ 15.060.476,090 em urbanização de toda a área

Essa é uma das obras mais importantes da Região Metropolitana e dará um novo aspecto à Ponta d'Areia tanto na questão urbanística quanto no lazer"

José Raimundo Ribeiro, secretário de Infraestrutura

Fonte: Jornal O Estado do Maranhão online. Acesso: 31 Mar. 2017.

Atualmente, o Espigão Costeiro da Ponta d'Areia se configura como o mais novo atrativo turístico da capital maranhense (Imagem 5), sendo amplamente propagandeado através dos sites destinados à divulgação do turismo de São Luís. Como se pode verificar através da fala do Secretário de Estado de Infraestrutura, Clayton Noletto, "O Espigão Costeiro está em uma das mais belas paisagens da Ilha e mantê-la em condições de segurança e conforto só reforça o compromisso que o Governo do Estado tem com a qualidade de vida da população e o incremento ao turismo na capital".

Imagem 5: Propaganda do Espigão Costeiro da Ponta d'Areia



Fonte: Site <kamaleão.com>. Acesso: 21 Mar. 2017.

Diferente da área do Parque Ecológico da Lagoa da Jansen, o Espigão Costeiro da Ponta d'Areia, apesar de ter sido construído recentemente, tem seus cuidados de manutenção constantes. No ano de 2016, de acordo com informações da SINFRA através do seu site, foram realizados reparos na estrutura metálica, que sofre constantemente corrosão, reparo no calçamento, nos bancos, cerca de madeira, bem como para-raios que estava danificado, pois tais ações ajudam a revalorizar a área da Península.

Em 2017 os cuidados com a manutenção continuam. Portanto, é notória a preocupação com esse espaço público em relação aos demais. Então, se questiona: Será que outras áreas na cidade de São Luís não merecem a mesma atenção? Por que o Estado privilegia essa área em detrimento das demais?

Tal preocupação na manutenção do Espigão Costeiro só revela a parcialidade do Estado, haja vista que atende prioritariamente aos interesses da classe detentora do capital. Por se tratar de uma área onde há uma hegemonia do capital imobiliário, portanto esse representa “os interesses da classe burguesa” (MANDEL, 1982, p. 385), garantindo o perfeito movimento do capital. Assim, se pode dizer que na configuração da área da Ponta d'Areia o Espigão Costeiro se consolida como sendo o limite geográfico para expansão do desenvolvimento desigual.

Destarte, se confirma a força que o capital exerce sobre as ações do Estado, pois há um privilegio da localidade de forma a contribuir com o seu continuado processo de valorização, pois está entre as áreas que concentram atualmente em São Luís a população de mais alta renda.

Dando continuidade às diversas formas de atuação do Estado é importante ressaltar que esse institui e regulamenta o uso e ocupação do solo através do Plano Diretor, que é o principal instrumento normativo para a organização territorial do município de São Luís e sua sede.

Todavia, é pertinente para essa discussão fazer um adendo, partindo do princípio da não neutralidade do Estado, na qual é necessário enfatizar que tal lei não está livre do jogo de interesses que norteia a elaboração e a execução da mesma. Então, concordando com Flávio Villaça, quando faz uma análise da

evolução do planejamento urbano brasileiro, pois para ele as ideias contidas nos planos são deslocadas da realidade e “portadoras da ideologia dominante sobre os problemas urbanos” (VILLAÇA, 2004, p. 222). Assim, os planos “seguem interesses tradicionais da política local e grupos específicos ligados ao governo de plantão” (MARICATO, 2000, p. 124).

Uma das formas de aplicar o recorte teórico descrito acima para realidade em questão refere-se às observações feitas acerca do último Plano Diretor do Município de São Luís (Lei nº. 4.669 de 11 de outubro de 2006), cujo artigo 3º, que compreende os objetivos gerais, elenca várias garantias à população, tais como:

- I. Garantir o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana e rural, através do direito à moradia digna, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e serviços públicos de qualidade para todos os cidadãos;
- II. Priorizar o bem estar coletivo em relação ao individual;
- III. Promover a regularização fundiária e a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda, consideradas a situação sócio-econômica (sic) da população e as normas ambientais;
- IV. Induzir a utilização racional, a ampliação e distribuição de forma igualitária da infra-estrutura instalada, dos serviços e equipamentos urbanos, evitando sobrecargas e ociosidades (SÃO LUÍS, 2006).

Todavia, na prática muitos desses objetivos não são assegurados à população de São Luís, principalmente no que tange à de baixa renda, como é a realidade da Ilhínia, bem como outras localidades de mesmo padrão socioeconômico, ratificando que o Estado não assegura os direitos à população aos moldes da lei, contribuindo assim, para materializar na cidade áreas paradoxais, as quais se ampliam cotidianamente o fosso da desigualdade perpetuando uma relação de dependência.

Ainda a respeito do Plano Diretor da capital maranhense, o Estado dentro das suas múltiplas funções, com o objetivo de regulamentar e ordenar o uso e ocupação do solo prevê um sistema de macrozoneamento que inclui as características urbanas, rurais e ambientais da cidade. O macrozoneamento¹ urbano de São Luís está constituído por 05 (cinco) macrozonas com características

¹ Macrozoneamento é o procedimento adotado para o estabelecimento de áreas do território municipal que se diferenciam por suas características de ocupação, disponibilidade de infraestrutura e serviços urbanos, visando à utilização adequada de cada trecho do território, através dos instrumentos de preservação ambiental, urbanísticos e fiscais disponibilizados pelo Estatuto da Cidade, buscando corrigir desequilíbrios e injustiças no acesso e disponibilidade das oportunidades (SÃO LUÍS, 2016, p. 9).

e funcionalidades específicas. Segundo o Plano Diretor de São Luís o macrozoneamento urbano foi classificado da seguinte forma:

Art. 33. Na área urbana de São Luís ficam estabelecidas as seguintes macrozonas:
 I - Macrozona de Requalificação Urbana;
 II - Macrozona Consolidada;
 III - Macrozona em Consolidação - 1;
 IV – Macrozona em Consolidação - 2;
 V – Macrozona de Qualificação.

Dentro dessa estrutura de organização, a Ilhinha e a Ponta d'Areia, embora sejam áreas vizinhas, pelas suas características elas estão em macrozonas diferentes. A primeira encontra-se na Macrozona de Qualificação² e a segunda fica estabelecida na Macrozona em Consolidação - 1³.

Assim, se pode perceber que o Estado tem sua presença marcante na produção do espaço e que suas estratégias são determinantes para acentuar ou diminuir os conflitos e contradições existentes nessa parte da cidade de São Luís.

3.3 Um breve olhar sobre o papel dos promotores imobiliários

Os promotores imobiliários na produção do espaço urbano agem no sentido de ofertar imóveis, cujo objetivo maior é a obtenção de lucros, sendo que conforme Corrêa (1989) o mesmo atua parcialmente ou totalmente, a fim de materializar as seguintes operações: incorporação; financiamento; estudo técnico; construção ou produção física do imóvel e comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, agora acrescido de lucro.

² A Macrozona de Qualificação é composta por áreas habitadas, predominantemente, por população de baixa renda e baixo nível de escolaridade, com grande concentração de assentamentos espontâneos, que apresentam infraestrutura básica incompleta e deficiência de equipamentos e serviços urbanos, necessitando de investimentos públicos para fins de regularização fundiária, implantação de programas de habitação popular e equipamentos públicos que melhorem o padrão de qualidade de vida dos moradores (SÃO LUÍS, 2016, p.10).

³ A Macrozona em Consolidação - 1 é composta por áreas habitadas por população de renda média e alta e com bom nível de escolaridade. São áreas que dispõem ainda de espaços urbanos com potencial para adensamento e verticalização, possuem certa qualidade urbanística, embora apresentem infraestrutura incompleta, são valorizadas no mercado imobiliário pela facilidade de acesso, pelo potencial paisagístico e ambiental, sendo atrativas para novos investimentos públicos e privados (SÃO LUÍS, 2016, p. 10).

A sua estratégia de atuação conta fundamentalmente com o apoio do Estado no sentido de fornecer infraestrutura, bem como os equipamentos urbanos necessários para tornar a localidade onde atuarão propícia aos seus investimentos. Esses, primeiramente, atenderão uma parcela da população que disponibiliza de maiores recursos. Assim, para efeito de análise, a presença desse agente é marcante nas áreas mais valorizadas das cidades brasileiras e do Mundo. Dessa forma, de acordo com as observações feitas por Roberto Lobato Corrêa, para a ação dos promotores é necessário um conjunto de fatores que serão indispensáveis, a exemplo:

- (a) preço elevado da terra e alto *status* do bairro;
- (b) acessibilidade, eficiência e segurança dos meios de transporte;
- (c) amenidades naturais ou socialmente produzidas;
- (d) esgotamento dos terrenos para a construção e as condições físicas dos imóveis anteriormente produzidos (CORRÊA, 1989, p.23).

A materialização da atuação dos promotores imobiliários é percebida de forma mais contundente, atualmente em São Luís, através da verticalização que “destaca-se como mais nova estratégia de reprodução do capital financeiro/imobiliário” (FERREIRA, 2014, p. 98), configurando na cidade um “novo conceito de moradia”. Isso porque:

a verticalização expressa uma forma particular de expressão territorial urbana, fruto dos tempos modernos e do progresso técnico e além do mais, é apropriada e significa a partir das relações de poder em diferentes sociedades em tempos e espaços específicos. (RAMIRES; GOMES, 2002, p. 92).

Desse modo, se percebe as ações pontuais e seletivas na produção do espaço urbano por parte desses agentes sociais, tornando o tecido urbano diferenciado à medida que atuam, de modo que ao fim da execução de cada projeto a venda seja uma fonte segura para auferir cada vez mais lucros. Partindo dessa lógica, a parte da população que não dispõe de recursos financeiros para adquirir tais imóveis fica à margem, resultando numa ampliação da exclusão das camadas populares, a qual materializa um cenário de desigualdade e faz gerar o movimento segregador nas cidades.

A dinâmica desse agente não fica restrita somente a atender a demanda de alto padrão. Todavia, “depois, obtém-se ajuda do Estado no sentido de tornar

solvável a produção de residências para satisfazer a demanda não solvável”, (CORRÊA, 1989, p.22). Contando com amparo financeiro do Sistema Financeiro de Habitação, juntamente com o Banco Nacional de Habitação (BNH), até a sua extinção no final da década de 1980, o que culminou com o declínio dos projetos habitacionais. Assim, a responsabilidade a partir da década de 1990 ficou a cargo da Caixa Econômica Federal (CEF).

Para realidade de São Luís “em apenas quatro anos (1989-92) a CEF foi responsável por 44,18% do total (20.452) de unidades residenciais implantadas, 63,57% do total de capital investido (US\$ 157.349.070)” (FERREIRA, 2014, p. 73). Mesmo frente a um delicado momento histórico, a chamada “Década Perdida”, o papel dessa instituição financeira foi importante no que tange à geração de empregos, bem como ao financiamento de programas habitacionais. No entanto, é importante evidenciar que parte significativa da população não foi contemplada por esses programas habitacionais e restou-lhe a alternativa da palafita e/ ou da área de ocupação.

Em 2004, de acordo com VIEIRA (2013, p. 49-50),

apenas 40% dos financiamentos eram feitos direto com a construtora; hoje com a chegada das incorporadoras no Maranhão, a produção se acelerou, mas esse percentual caiu, de forma que os financiamentos bancários (CAIXA e bancos privados) representam 75% das modalidades de venda, o que coloca as instituições bancárias como importantes agentes imobiliários e por isso, produtoras do espaço urbano (SINDUSCON-MA, 2009).

No tocante ao processo de atuação dos promotores imobiliários em São Luís, “inicialmente destacam-se incorporadoras como Brecil, CIMA, Franere Comercio e Construções Ltda., e Canopus Engenharia Ltda;” (FERREIRA, 2014, p. 99). A diversificação no número de construtoras/incorporadoras (Tabela 1) na capital maranhense nos últimos anos, concorreu para o *boom* imobiliário no atual cenário local, em que se pode perceber uma variação de preços no valor do m², de acordo com o tamanho da unidade habitacional, bem como a localização do empreendimento.

Tabela 1: Mercado imobiliário em São Luís, em 2012.

Empreendimento	Construtora	Área Útil	Valor do m² (R\$)	Preço Total (R\$)	Mês de Entrega
ACQUA BELLA	ALFA ENGENHARIA	68,76	5.278,00	362.915,28	ago/13
ACQUA BELLA	ALFA ENGENHARIA	47,8	5.148,00	246.074,40	ago/13
ALTO DO RENASCENÇA	MOTA MACHADO	95,28	5.663,28	539.597,00	nov/14
ALTO DOS FRANCESES	MOTA MACHADO	68,87	3.615,51	249.000,00	mar/13
ALTO DOS FRANCESES	MOTA MACHADO	53	3.622,64	192.000,00	mar/13
ARI OLIVEIRA	ALFA ENGENHARIA	87,5	5.527,96	483.696,35	nov/14
BRISAS ALTOS DO CALHAU	CYRELA	72,83	4.299,37	313.123,00	PRONTO
BRISAS LIFE	CYRELA	72,83	3.999,88	291.311,00	PRONTO
BRISAS LIFE	CYRELA	60,7	4.302,21	261.144,00	PRONTO
BRISAS LIFE	CYRELA	57,69	3.998,35	230.665,00	PRONTO
CASA DO MORRO	NBR	400	6.950,69	2.780.277,00	out/12
CASA DO MORRO	NBR	400	7.677,14	3.070.855,00	out/12
CIDADE DE MILÃO	LN	89,4	4.302,81	384.670,91	jan/14
DUBAI	GAFISA	90,48	5.281,80	477.896,86	PRONTO
DUBAI	GAFISA	67,69	5.498,52	372.195,10	PRONTO
ECO FILIPINHO	JEOVÁ BARBOSA ENGENHARIA	51	3.039,22	155.000,00	
ECO FILIPINHO	JEOVÁ BARBOSA ENGENHARIA	51	3.039,22	155.000,00	
ECO JORDÃO	JEOVÁ BARBOSA ENGENHARIA	49,53	2.670,79	132.284,00	jun/14
ECOLAGUNE	JEOVÁ BARBOSA ENGENHARIA	217	5.800,00	1.258.600,00	PRONTO
ECOLAGUNE	JEOVÁ BARBOSA ENGENHARIA	217	5.515,74	1.196.916,08	PRONTO
ECOLAGUNE	JEOVÁ BARBOSA ENGENHARIA	217	6.156,82	1.336.029,26	PRONTO
FAROL DA ILHA	CYRELA	187,3	4.834,40	905.483,00	PRONTO
FAROL DA ILHA	CYRELA	187,3	5.240,38	981.523,00	PRONTO
FAROL DA ILHA	CYRELA	187,30	4.740,22	887.844,00	PRONTO
FAROL DA ILHA	CYRELA	239,85	5.846,48	1.402.278,00	PRONTO
IATE	MOTA MACHADO	268,45	5.580,00	1.497.951,00	nov/12
IATE	MOTA MACHADO	268,45	5.691,60	1.527.910,00	nov/12
ILE SAINT LOUIS	CYRELA	250,65	6.032,55	1.512.058,00	dez/13
ILE SAINT LOUIS	CYRELA	251,84	6.373,94	1.605.212,00	dez/13
ILE SAINT LOUIS	CYRELA	216,64	5.916,43	1.281.736,00	jan/14
ILE SAINT LOUIS	CYRELA	183,32	5.335,80	978.159,00	jan/14
ILE SAINT LOUIS	CYRELA	305,95	6.730,24	2.059.116,00	ago/13
ILE SAINT LOUIS	CYRELA	305,95	6.841,62	2.093.194,00	ago/13
ILHAS GREGAS - MIRONOS	CYRELA	86,4	4.336,98	374.714,91	dez/13
ILHAS GREGAS - RHODES	CYRELA	69,79	4.199,61	293.090,95	dez/13
JARDIM DE ANDALUZIA	CYRELA	113,29	5.050,26	572.144,00	fev/14
JARDIM DE TOSCANA	CYRELA	77,7	4.178,74	324.688,00	dez/13
JARDIM DE TOSCANA	CYRELA	65	4.469,00	290.485,00	jan/14
JARDIM DE VENETO	CYRELA	131,09	5.041,83	660.933,00	abr/14
JARDINS DE BORDEAUX	MOTA MACHADO	222,89	5.848,39	1.303.547,00	abr/14
LA TOUCHE RESIDENCE	LOTIL	62,05	3.933,88	244.097,50	mai/13
LA TOUCHE RESIDENCE	LOTIL	74,65	4.110,75	306.867,50	mai/13
LARDIM DE LOMBARDIA	ALFA ENGENHARIA	68,75	4.848,96	333.366,00	out/14
MARIA AMÁLIA	ALFA ENGENHARIA			501.227,41	jan/13
MURANO	MOTA MACHADO	585,3	6.478,54	3.791.891,00	abr/13
MURANO	MOTA MACHADO	585,3	7.260,35	4.249.481,00	abr/13
NATURAM	MOTA MACHADO			916.141,00	set/15
NAZEU QUADROS	ALGAS ENGENHARIA	164,85	5.629,36	928.000,00	jul/12

Empreendimento	Construtora	Área Útil	Valor do m² (R\$)	Preço Total (R\$)	Mês de Entrega
PENÍNSULA WAY	CYRELA	161,48	6.316,74	1.020.027,00	mai/14
PENÍNSULA WAY	CYRELA	136,2	6.129,19	834.795,00	mai/14
PENÍNSULA WAY	CYRELA	161,48	5.900,25	952.772,00	mai/13
PENÍNSULA WAY	CYRELA	136,2	5.970,87	813.233,00	mai/13
PERICUMA	MOTA MACHADO			411.997,00	set/14
PLENO	CYRELA	71,57	4.477,11	320.427,00	jan/16
PLENO	CYRELA	57,64	3.695,45	213.006,00	jan/16
PORTAL DA PRAIA	MOTA MACHADO	237,61	5.341,28	1.269.141,98	PRONTO
QUARTO CENTENARIO		192,8	4.950,70	954.494,00	out/15
QUARTO CENTENARIO		192,8	5.359,33	1.033.278,00	out/15
RENAISSANCE	MOTA MACHADO	106,25	5.395,40	573.261,25	set/12
SCARP	DELMAN	81,73	4.978,10	406.860,00	mai/15
SCARP	DELMAN	63,49	5.473,30	347.500,00	mai/15
TAROA	ERGUS	63,65	4.448,93	283.174,11	ago/15
TAROA	ERGUS	61,85	4.234,52	261.905,03	ago/15
TAROA	ERGUS	59,03	4.234,52	249.963,69	ago/15
UNIQUE	MOTA MACHADO			335.234,00	set/15
VANCOUVER	CANOPUS	127	4.927,96	625.850,77	jul/14
VILLAGE DAS PALMEIRAS	CANOPUS	67,23	3.510,00	235.977,30	jul/13
VILLAGE DAS PALMEIRAS	CANOPUS	56,23	3.510,00	197.367,30	jul/13
JOSUÉ MONTELLO	LAJES	62,651	3.487,57	218.500,00	ago/14
JOSUÉ MONTELLO	LAJES	66,7	3.524,74	235.100,00	ago/14
GRAND PARK ÁGUAS	FRANERE/GAFISA	86,89	3.897,02	338.612,00	PRONTO
GRAND PARK ÁRVORES	FRANERE/GAFISA	76,85	3.933,69	302.304,00	PRONTO
GRAND PARK PASSAROS	FRANERE/GAFISA	61,59	3.927,49	241.893,90	PRONTO
PRIME	FRANERE/GAFISA	107,14	5.003,42	536.066,88	nov/14
VARANDAS	FRANERE/GAFISA	87,63	4.760,32	417.146,83	abr/15
VARANDAS	FRANERE/GAFISA	78,05	5.109,68	398.810,29	abr/15
RESERVA LAGOA	SA CAVALCANTI	121	6.267,37	758.351,48	dez/12
RESERVA LAGOA	SA CAVALCANTI	88	6.267,16	551.509,96	dez/12
RESERVA LAGOA	SA CAVALCANTI	88	5.776,16	508.301,64	dez/12
RESERVA RENASCENÇA	SA CAVALCANTI	101,61	5.720,89	581.300,00	jun/14
RESERVA RENASCENÇA	SA CAVALCANTI	66,79	5.554,72	371.000,00	jun/14
RESERVA RENASCENÇA	SA CAVALCANTI	103	5.487,38	565.200,00	jun/14
DEL FIORI	DIMENSÃO	61,28	3.152,01	193.154,93	jun/13
DEL FIORI	DIMENSÃO	76,78	3.152,01	242.011,02	jun/13
DEL FIORI	DIMENSÃO	77,77	3.309,61	257.388,08	jun/13
DEL FIORI	DIMENSÃO	78,39	3.152,01	247.085,75	jun/13
VITE	PDG	55,93	3.684,25	206.060,00	set/13
VITE	PDG	77,09	4.239,07	326.790,00	set/13
GREEN BLUE	DIMENSÃO	63,77	3.685,19	235.004,74	ago/12
GREEN BLUE	DIMENSÃO	72,25	3.730,32	269.515,83	ago/12
GREEN BLUE	DIMENSÃO	56,8	3.642,23	206.878,45	ago/12
RESERVA DA ILHA	SA CAVALCANTI	82,56	4.139,97	341.796,06	jun/15
RESERVA DA ILHA	SA CAVALCANTI	64,69	4.225,33	273.336,72	jun/15
RESERVA DA ILHA	SA CAVALCANTI	75,3	4.310,69	324.595,12	jun/15

Fonte: VIEIRA, 2013 apud FERREIRA, 2014.

Conforme demonstra a tabela acima, os promotores imobiliários têm um próspero campo de atuação em São Luís com retorno seguro dos seus investimentos, em cujo raio de ação atualmente se projeta fortemente para áreas litorâneas, que denota qualidade de vida e *status* social. Essa realidade se repete em vários lugares com as mesmas amenidades naturais, mas concentra-se ao longo da Avenida dos Holandeses.

Convém ressaltar que as áreas do litoral brasileiro nem sempre tiveram essa mesma expressividade para o mercado fundiário e imobiliário. Tais localidades foram incorporadas definitivamente à dinâmica do espaço urbano dos municípios,

conforme, Alexandre Queiroz Pereira, a partir de meados do século XX, em que “o litoral das regiões Sul e Sudeste foi alcançado inicialmente, nas décadas de 1950 e 1960. No Nordeste, em termos gerais, a partir da década de 1970 apresenta-se como marco” (PEREIRA, 2014, p.12). Nessa ordem, “os vetores de organização do espaço litorâneo (os litorais e as zonas costeiras) apontaram para a fusão de dois processos socioespaciais: a urbanização mediante a valorização dos espaços litorâneos” (PEREIRA, 2014, p.9).

Portanto, evidencia-se na “Península” da Ponta d’Areia uma área propícia para a reprodução do capital, onde são encontrados imóveis de alto padrão, sendo hoje em São Luís uma localização escolhida para a intensa atuação dos promotores imobiliários. Entretanto, como marca de um sistema desigual, no entorno dessa área se encontra a Ilhinha, uma área que é a materialização da contradição de uma cidade capitalista.

3.4 Os moradores de área de ocupação

A contradição é uma marca eminente nas cidades capitalistas. Portanto, o espaço se conforma como resultado de um produto social e evidencia a lógica de um processo conflituoso e totalmente desigual decorrente da lógica do capital. Assim, se materializa nos centros urbanos pessoas que cotidianamente precisam estabelecer estratégias para serem inseridas e aceitas na cidade, pois as formas de exclusão são preponderantes. Todavia, essa parte da população não está reduzida a uma minoria. Em se tratando da realidade de São Luís têm-se os “moradores de área de ocupação”, que na definição de (FERREIRA, 2014, p. 19), “correspondem ao agente social que se particulariza pelo fato de seus componentes serem pessoas que se organizam e lutam, inicialmente por moradia (posse e propriedade do terreno) e em seguida, por transporte, água, luz elétrica, saúde, etc.”.

A parte da população citada anteriormente, mesmo com tamanho esquecimento, se organiza em áreas pouco valorizadas, pois necessita fixar moradia, produzindo seus espaços nos centros urbanos, o que “implica a luta pela sobrevivência, pela cidadania, uma capacidade de resistência” (RODRIGUES, 1997, p. 46). Para esse grupo, “é dentro da cidade em que moram que se declara e se

combate a luta – às vezes vencida, mas com maior frequência perdida – para sobreviver e conquistar um lugar decente no mundo” (BAUMAN, 2009. p. 28).

Esse grupo social é resultado de um sistema excludente e segregador. Logo, no espaço urbano um dos principais problemas se revela no acesso à moradia, um direito básico de sobrevivência. No processo de produção do espaço por esses agentes sociais, primeiramente, ocupam a área com pouco ou quase nenhum valor para o mercado imobiliário, a fim de fixarem moradia que na maioria das vezes é “produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos” (CORRÊA, 1989, p.30). Posteriormente, cobram do Estado a melhoria nos serviços de infraestrutura. Em vista disso, é importante ressaltar que:

A produção deste espaço é antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade. (CORRÊA, 1989, p. 30).

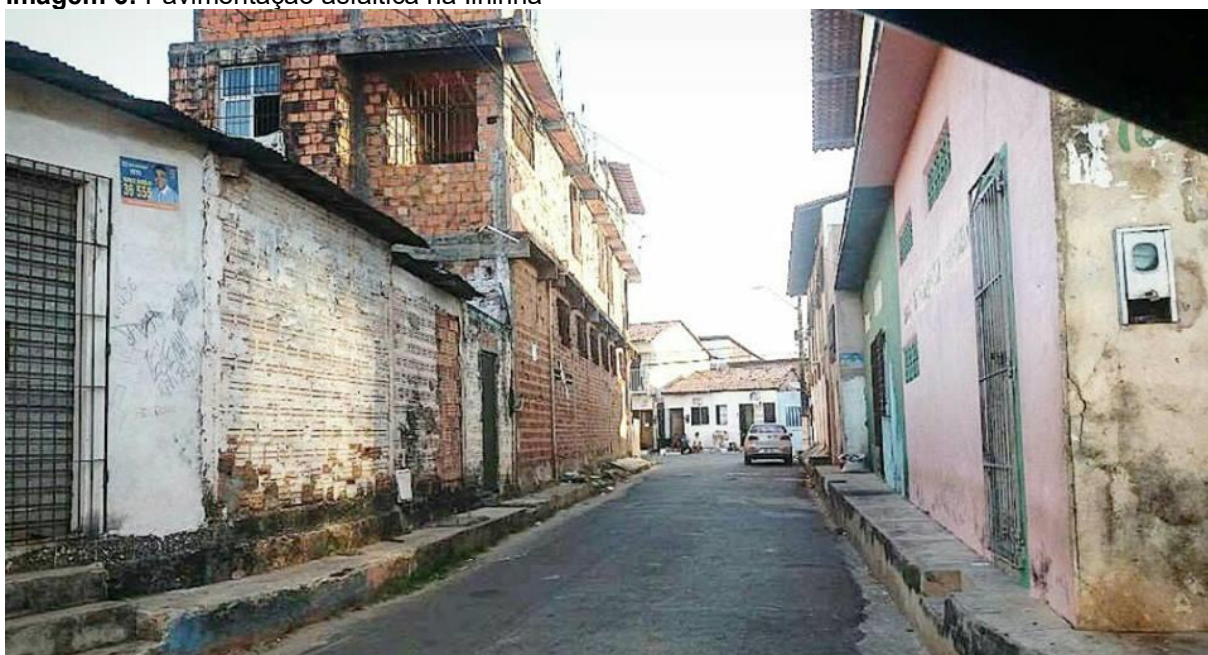
Assim, percebe-se a negação de direitos, visto que, conforme, Brasil (2008, p. 20), no artigo 6º, um dos direitos sociais dos cidadãos é o da moradia. Destarte, gera um quadro de exclusão, sendo que esta “não é percebida como resultado de uma momentânea e remediável má sorte, mas algo que tem toda a aparência de definitivo” (BAUMAN, 2009, p. 23), haja vista que o problema não é combatido no sentido de ser erradicado e sim atenuado, de modo a gerar quadros crônicos que são maximizados nos espaços urbanos, com mais intensidade nos países em desenvolvimento.

No bojo dessa análise encontram-se inúmeras áreas em São Luís. Contudo, o destaque será dado à área residencial que compreende a Ilhinha, localidade inserida na parte mais dinâmica da cidade, no que tange à produção e reprodução espacial, considerada aqui como sinônimo de resistência, visto que a população padece com a falta de inúmeros serviços que deveriam ser ofertados pelo Estado e não o são.

Assim, é notório na Ilhinha, como em outras áreas residenciais da periferia da cidade, um distanciamento na prática com o que está na lei. À vista disso, contrariando o artigo 2º do Plano Diretor de São Luís de 2006, que diz

respeito à função social da cidade, é obrigação do Estado assegurar moradia digna, assim como todo o aparato de serviços e equipamentos urbanos que garantam às pessoas uma qualidade de vida. Todavia, para realidade em alusão a ação do Estado tem sido pontual e principalmente em período eleitoral (Imagem 6), cuja cobertura asfáltica, que não era presente em várias ruas, atualmente existe em quase sua totalidade devido ao período eleitoral do ano de 2016, caso que não fica restrito somente a essa localidade, visto que outras áreas de população de baixa renda também receberam no mesmo período serviços de mesma ordem, porém o asfalto não tem qualidade satisfatória.

Imagem 6: Pavimentação asfáltica na Ilhinha



Fonte: Gabriela Souza Martins, 2016.

Conforme fica exposto, tais agentes sociais ficam a mercê da boa vontade política ou mesmo dos seus interesses nos períodos que lhes são convenientes, revelando uma situação de constantes conflitos no espaço urbano, uma vez que a maioria dos seus direitos são negligenciados cotidianamente.

4. SÃO LUÍS MODERNA E CONTRADITÓRIA: resistência e permanência na Ilhinha e Ponta d'Areia

4.1 Reflexão sobre a cidade capitalista: um espaço de contradição

Eu quero denunciar o contraste social
 Enquanto o rico vive bem, o povo pobre vive mal
 Cidade maravilhosa é uma grande ilusão
 Desemprego pobreza miséria corpos no chão
 As crianças da favela não tem direito ao lazer
 Governantes só falam e nada querem fazer
 O posto de saúde é uma indecência
 Só atendem se o caso for uma emergência
 A sociedade capitalista com sorriso aberto
 Rir de longe é melhor do que sofrer de perto.
 (MV BILL, 2017)

A letra da música acima retrata algumas questões pertinentes à problemática social de uma cidade capitalista, cujos efeitos estão claramente expressos através dos conflitos, contradições, materialização de diferenciação de classes, indiferença do Estado frente às necessidades básicas da população de baixa renda, que culminam em agravar os problemas sociais no seio de uma sociedade marcada pela divisão de classes; os sinais ficam evidenciados também nos aspectos da estrutura física (arquitetura) das cidades, revelando nitidamente a desigualdade socioespacial e econômica.

Nesse sentido, a análise de David Harvey é perfeitamente cabível quando diz que, “a cidade é o lugar onde pessoas de todos os tipos e classes se misturam, ainda que relutem e conflituosamente, para produzir uma vida em comum, embora perpetuamente mutável e transitória” (HARVEY, 2014, p. 134). Dessa forma, percebe-se que intrínseco a essa concepção aparece a essência do ambiente urbano, onde é materializada a subjetividade que permeia o cotidiano que comumente se manifesta da seguinte forma:

A vida das pessoas se modifica com a mesma rapidez com que se reproduz a cidade. O lugar da festa, do encontro quase desaparecem; o número de brincadeiras infantis nas ruas diminui – as crianças quase não são vistas; os pedaços da cidade são vendidos, no mercado, como mercadoria; as árvores são destruídas, praças transformadas em concreto. Todavia, o mesmo modo de vida urbano que expulsa das ruas as brincadeiras infantis, aprisiona crianças e adolescente, produz o seu inverso e joga nas ruas centrais da cidade ou nos cruzamentos de alta densidade vendendo coisas ou roubando. (CARLOS, 2005, p. 19).

A cidade aqui é compreendida na sua complexidade como um produto historicamente produzido a partir da relação entre os mais variados agentes sociais, possuindo características próprias nas suas formas construídas, nos valores, estratégias, ações e comportamentos da população que a ocupa, quer se inserir ou usufruir de suas benesses; todavia, nela são materializadas desigualdades, conflitos e contradições próprias de uma sociedade hierarquizada e dividida em classes. Tal divisão se manifestará nas áreas residenciais, de lazer, equipamentos sociais coletivos, entre outros, que expressam a produção do espaço urbano e na maneira como serão utilizados pelos agentes sociais.

Então, pensar a cidade enquanto um *lócus* composto somente por um emaranhado de ruas, prédios, carros, e pessoas circulando é percebê-la de forma minimalista, pois não se dá ênfase ao dinâmico processo de transformação, assim como de exclusão, que acontece diuturnamente no interior da mesma. Tal visão simplificada não leva em consideração questões subjetivas inerentes à realidade de uma cidade capitalista, de modo que somente através de uma análise meticulosa permitirá uma percepção mais precisa dos aspectos que revelam a heterogeneidade (nos seus múltiplos aspectos) presentes no processo de conformação das cidades.

Essa cidade é heterogênea, pois manifesta uma hierarquia de classes que se reflete na forma como suas áreas são construídas e consumidas, nas desigualdades socioeconômicas expressas aparentemente ao longo do tecido urbano, nos conflitos que derivam da condição imposta pelo próprio sistema, bem como no corolário desse processo surge a resistência através das mais variadas formas de luta.

Assim, é notório, como fica explícito na música citada inicialmente, que a “cidade maravilhosa é uma grande ilusão”, haja vista que a realidade imposta para a maioria das pessoas é totalmente desigual, excludente e segregadora, situação essa que aparece de forma mais contundente nos países em desenvolvimento, visto que as desigualdades se revelam de forma mais intensa.

O fator concentração de renda é inerente ao sistema capitalista, todavia, é mais acentuado nos países em desenvolvimento. Portanto, é um aspecto importante a ser enfatizado, haja vista que tem como consequências a favelização, pobreza, miséria, desemprego, subemprego, desnutrição, marginalização e o aumento

contínuo da violência, que gera na população citadina insegurança e o medo crescente, pois os meios televisivos mostram diariamente os mais variados problemas relacionados às questões de segurança pública.

Em se tratando de problemas relacionados ao espaço urbano, vale ressaltar que as causas geradoras de conflitos no mesmo estão relacionadas aos múltiplos aspectos no que tange ao critério da negação de direitos, entre eles: direito à saúde; educação; saneamento básico; mobilidade; acesso e uso do espaço público; habitação, etc.

A cidade capitalista não é maravilhosa, pois nela se materializam desigualdades que são percebidas através dos contrastes no padrão arquitetônico, bem como nos contrastes econômicos e sociais. E nela, cotidianamente, é negligenciado para maioria da população o direito mais importante ao ser humano, o direito de sobreviver, uma vez que as dificuldades enfrentadas são inúmeras, entre elas é salutar destacar a pobreza que se manifesta em escala global.

Assim, é válido ressaltar a análise feita por Milton Santos, no que tange ao aspecto da pobreza urbana nos países periféricos, no qual esse autor chama atenção para a “crise urbana”, enfatizando que as raízes desse problema “encontram-se no sistema mundial” (SANTOS, 2009, p. 31). Com o avanço da globalização e a força do neoliberalismo há a maximização das desigualdades socioespaciais. Nos centros urbanos tais problemas se intensificarão, portanto, se tem uma sensação tácita de que a realidade imposta seja natural e irrevogável.

Nessa ordem, se tem imperativamente as questões de cunho ideológico de que “**a exclusão é tão normal quanto necessária** para a saúde da sociedade, ao mesmo tempo que a ganancia é boa para melhoria da qualidade de vida; **a desesperança daí resultante é inevitável e não pode ser contornada**” (DORLING *apud* BAUMAN, 2015, p. 31, grifo nosso). Tais crenças são fruto de um sistema cruel, que na concepção de Zygmunt Bauman reforçam o princípio da desigualdade social, assim como a persistência do mesmo, sendo as cidades atualmente “o palco de grandes acontecimentos” (CARLOS, 2005, p. 13), no seu sentido mais amplo e o pior, tem si tornado algo normal, banal ao ponto de não se querer discutir sua origem e permanência.

Nesse contexto, é revelada a relação de subjetividade intrínseca das questões urbanas, partindo assim para uma visão em que a cidade, além da singularidade do seu aspecto arquitetônico, perceptível ao olhar menos metódico, esboça, na sua essência, uma relação complexa inserida numa lógica global aos moldes do sistema capitalista, ou seja, a cidade atualmente é a materialização do próprio capital, pois nela o mesmo encontra amplas condições para o seu processo de acumulação e reprodução.

Partindo desse princípio entende-se que:

O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro (LEFEBVRE, 2001, p.12).

Dessa forma, é perceptível que a lógica do mercado é imperiosa e na contramão desse processo aparece uma vultosa massa de pessoas que não conseguem ser inseridas dignamente no espaço urbano, pois como o uso do solo está submetido às leis de mercado, portanto, esse passa a ser uma mercadoria muitas vezes não acessível à maioria da população.

Com efeito, concorda-se com Henri Lefebvre quando diz que “a própria cidade é uma obra, e essa característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos” (LEFEBVRE, 2001, p. 12). Assim, a realidade urbana se torna excludente, pois o número de pessoas que não consegue fazer parte dessa lógica de mercado é expressivo, logo consumir o solo urbano de forma digna é uma condição que fica restrita a poucos, tendo a maioria que aceitar ocupar áreas em condições desfavoráveis.

Mesmo frente às profundas desigualdades existentes nas cidades, estas se mantêm vivas exercendo ainda certa atração para realização de aspirações, desta forma:

As cidades tornam-se objeto de novos e intensos fluxos de população e de uma profunda redistribuição de renda: seja nos bairros nobres, como a formação de uma elite global móvel e altamente profissionalizada, seja nos bairros periféricos, onde se junta uma enorme quantidade de populações deserdadas. (BAUMAN, 2009, p. 8).

Assim, percebe-se a forma heterogênea de como se configura o espaço urbano, onde coexiste no mesmo tecido áreas totalmente paradoxais, visto que:

O processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada para consumidores privados. Portanto, a cidade aparece como produto apropriado diferencialmente pelos cidadãos. Essa apropriação se refere às formas mais amplas da vida na cidade; e nesse contexto se coloca a cidade como palco privilegiado de lutas de classe, pois o motor do processo é determinado pelo conflito decorrente das contradições inerentes às diferentes necessidades e pontos de vista de uma sociedade de classes. (CARLOS, 2005, p. 23).

Nesse contexto, encontrar-se-á no seu interior a reprodução de relações contraditórias geradoras de conflitos, bem como um contra movimento incorporado à realidade urbana através de mecanismos de resistência que emanam das classes desprivilegiadas, pois “os movimentos pelo direito à cidade (apesar da diversidade de sua orientação) encontram-se em plena atividade em dezenas de cidade em todo mundo” (HARVEY, 2014, p. 14), cujas ações (lutas, às vezes pacíficas, outras não) dos seus agentes sociais são manifestadas em diferentes formas e estratégias, entre elas estão: o fechamento de vias públicas, denúncia pública via meio de comunicação de massa, manifestação em praça pública, abaixo-assinado, passeatas, ocupação de prédios ou terrenos, entre outras.

Partindo dessa forma de ver e interpretar a cidade, é indispensável fazer uma breve abordagem a respeito dos efeitos do processo de urbanização para a distribuição espacial da população. Para tanto, o próximo ponto de análise será o processo de urbanização e seus efeitos, no qual considera a estreita relação existente entre a cidade e o campo, todavia, cada qual com as suas características e especificidades diferenciadas.

4.2 O Processo de urbanização e seus efeitos

O fenômeno da urbanização para ser analisado é necessário levar em conta as múltiplas determinações que nele estão imbricadas, haja vista que não se deve reduzir a análise apenas ao crescimento demográfico no meio urbano, todavia, é indispensável que se leve em consideração que a raiz de tal processo está centrada na reprodução das relações capitalistas produzidas no campo. Portanto,

concorda-se com Marx (2016) quando enfatiza que historicamente o processo de acumulação capitalista é nocivo e traz consigo consequências drásticas, assim é fundamental destacar que:

O seu movimento de eliminação consiste em transformar os meios de produção individuais e dispersos em meios de produção socialmente concentrados e em converter a diminuta propriedade da maior parte em propriedade colossal de uns tantos, por meio da dolorosa e terrível expropriação do povo trabalhador. (MARX, 2016, p. 219).

Assim, a dinâmica do campo muda de configuração, haja vista que a terra deixa de cumprir sua função social e passa a cumprir a sua função capital, onde esse processo concentrador de terras através da propriedade privada capitalista passa ser um instrumento de poder e disputa materializando um quadro de incerteza para o contingente populacional expropriado. Dessa forma, revela situações de miséria, opressão, exploração e degradação.

Portanto, se reproduz um quadro crônico de dependência, bem como amplia o exército de reserva indispensável para a manutenção do *status quo* e para a ampliação do processo de acumulação no campo.

No tocante à concentração de terras no Brasil, se revela uma situação totalmente paradoxal, na qual os extremos de pobreza e riqueza andam paralelamente. É notória, em vastas áreas, a “perfeição suprema da produção capitalista” (MARX, 2016, p. 222), em que no campo brasileiro tem-se a plena expansão do capital como semente jogada em terra fértil, evidenciando modificações na configuração espacial, manifestando-se de forma seletiva, pontual e totalmente desigual.

Assim, extensas propriedades agrícolas através de técnicas modernas, trabalho assalariado e créditos de financiamento vão redimensionar o espaço rural brasileiro. É importante ressaltar que o sistema de financiamento rural tinha o “objetivo de fornecer aos agricultores linhas de crédito de baixo custo para viabilizar o investimento e a modernização da agricultura” (PINTOR, 1992, p. 9). Isso através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965, que de acordo com Delgado (2005), foi implementado em 1967 por Delfim Neto. Portanto, o SNCR era

considerado a principal estrutura de fomento à produção agropecuária nesse período.

Dessa maneira, são criadas condições propícias para uma produção crescente e diversificada no setor agropecuário, no entanto, voltadas quase que majoritariamente ao mercado externo. Na contramão existe o pequeno produtor que resiste bravamente para não ser aniquilado pelas forças do capital.

A modernização do setor agrícola, ampliada principalmente na década de 1960 traz consigo:

Mudanças importantes, de um lado, na composição técnica do território pelos aportes maciços de investimentos em infraestruturas, e, de outro lado, na composição orgânica do território graças à cibernética, às biotecnologias, às novas químicas, à informática e a eletrônica. Isso se dá de forma paralela à cientificação do trabalho, que se torna cada vez mais científico e cuja presença se dá paralelamente a uma informatização crescente do território. (SANTOS, 2013, p. 31).

Neste contexto de mudanças técnicas do setor agrícola, faz-se necessário destacar a relação intrínseca dele com a atividade industrial, uma vez que é crescente o uso de “insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos etc.), e de máquinas industriais (tratores, colhedoras, implementos, equipamentos de irrigação, entre outros.)” (DELGADO, 2005, p. 58).

Por conseguinte, no bojo do citado processo de modernização as políticas públicas voltadas para o aprimoramento e pela continuidade, cujo objetivo maior está pautado na ampliação do desenvolvimento econômico, onde era necessário o “aumento da produção e produtividade agropecuária, à integração do setor à indústria e ao mercado externo” (TURA; MATTOS, 2002, p. 1-2 *apud* PINTOR, 1992, p. 9).

Para consolidação da política de modernização, o Estado tem um papel de destaque através do gradativo aumento nos valores do financiamento, haja vista o crescimento significativo no número de contratos, assim “em 1958 era de 540.283, passando a 2.766.060 em 1980, nesse mesmo intervalo de tempo valores pagos aos produtores também foram crescentes” (SANTOS, 2013, p.46).

É de suma importância enfatizar que pela seletividade, pontualidade e desigualdade do processo, tal modernização trouxe melhoramento, conforme citado acima, porém não serviu a todos, haja vista a demanda por altos investimentos, portanto, uma realidade incompatível com a da maioria dos produtores, sendo assim contribuiu para agravar os problemas no meio rural e aumentar a concentração de terras no país.

Tal processo é um reflexo das mudanças ocorridas no campo, assim como com o desenvolvimento industrial nas cidades. O meio rural sofreu uma acelerada modernização, dessa forma, expulsa os pobres, que sem meio para sobreviverem, migram para os centros urbanos em busca de oportunidades.

Os reflexos da desigualdade no campo, que avoluma uma enorme massa de expropriados, somada a uma expectativa por melhores condições de vida nas cidades decorrente da concentração da atividade industrial, desenvolve um novo aspecto na configuração espacial do espaço urbano brasileiro. Dessa forma, a indústria é analisada “como um fenômeno concentrado que gera grandes aglomerações urbanas e suas articulações extrapolam os limites do seu espaço próximo” (CARLOS, 1998, p. 46).

Para Lefebvre, *apud* Locatelli (2013, p. 91), a concentração da população, decorrente do despovoamento e da “descamponização” amplia não somente as periferias, que atualmente são fortemente povoadas, como, também das redes (bancárias, comerciais, industriais) e de habitação.

O Brasil, desde a segunda metade do século XX, vem apresentando um intenso processo de urbanização, tendo nas grandes capitais um acelerado crescimento populacional, que vem ampliando os problemas. Assim:

Entre 1940 e 1980, dá-se verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Há meio século atrás (1940), a taxa de urbanização era de 26,35%, em 1980 alcança 68,86%. Nesses quarenta anos, triplica a população total do Brasil ao passo que a população urbana se multiplica por sete vezes e meia. Hoje, a população urbana brasileira passa dos 77%, ficando quase igual à população total de 1980. (SANTOS, 2013, p. 31).

Conforme fica evidenciado no Quadro 2, pode-se perceber que o país registrou ao longo dos últimos 70 anos um crescimento gradual da população

urbana registrando o seu pico entre as décadas de 1970 e 1980, atrelada aos problemas existentes no campo que culminaram com o êxodo rural ao crescente processo de industrialização, na diversificação do setor terciário, bem como em condições de infraestrutura. Tais fatores concorreram para esse crescimento demográfico nas cidades.

Quadro 1: Evolução da população urbana no Brasil.

Ano	População total	População urbana	Índice de urbanização (%)
1940	41.326.000	10.891.000	26,35
1950	51.944.000	18.783.000	36,16
1960	70.191.000	31.956.000	45,52
1970	93.139.000	52.905.000	56,80
1980	119.099.000	82.013.000	68,86
1991	150.400.000	115.700.000	77,13
2000	169.799.170	137.953.959	81,24
2010	190.732.694	160.879.708	84,35
2019*	214.610.592	187.168.611	87,46

Fonte: SANTOS, 2013, p. 32; IBGE, Censos Demográficos.

* Os dados de 2019 são estimativas.

O fenômeno da urbanização não é um fato restrito somente ao Brasil. Esse é responsável por produzir excessivas concentrações urbanas, acelerando assim, o crescimento da população que mora nas cidades. Conforme Locatel (2013, p. 90), segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) no século XIX, apenas 3% da população mundial residiam nos centros urbanos, enquanto hoje em dia há 3,9 bilhões de pessoas vivendo nas cidades, o que corresponde a aproximadamente 54% do total de habitantes do planeta Terra.

Conforme fica exposto no Quadro 3, o aumento da população urbana em escala global é um fato incontestável, tanto em países centrais como em países periféricos. Pode-se verificar no rol dos países desenvolvidos, a exemplo de Singapura, cuja totalidade de sua população é urbana, sendo acompanhada de Bélgica e Islândia, cujos índices ultrapassam os 90%. Seguindo essa tendência

mundial, os países em desenvolvimento como Uruguai e Argentina também registraram até o ano de 2012 um elevado contingente populacional residindo em cidades, seguido de Venezuela, Chile e Brasil. Todavia, juntamente com essa demanda, tem-se a crescente necessidade por serviços coletivos tais como: habitação, saúde, educação, transporte e infraestrutura, porém a situação não é satisfatória para a maioria, principalmente nos países subdesenvolvidos, onde a desigualdade é mais acentuada.

Quadro 2: População urbana no mundo até 2012 (%)

Países Desenvolvidos			Países Subdesenvolvidos		
País	2000	2012	País	2000	2012
Singapura	100,0	100,0	Uruguai	91,3	92,6
Bélgica	97,1	97,5	Argentina	90,1	92,7
Islândia	92,4	93,8	Venezuela	89,9	93,7
Austrália	87,2	89,4	Chile	85,9	89,4
Nova Zelândia	85,7	86,3	Brasil	81,2	84,9
Dinamarca	85,1	87,1	México	74,7	78,4
Suécia	84,0	85,4	Peru	73,0	77,6
Canadá	79,5	80,8	Colômbia	72,1	75,6
Estados Unidos	79,1	82,6	Panamá	65,8	75,9
Japão	78,6	91,9	Suriname	64,9	70,1
França	76,9	86,4	Turquia	64,7	72,5
Espanha	76,3	77,6	Bolívia	61,8	67,2
Suíça	73,3	73,8	Equador	60,3	68,0
Alemanha	73,1	74,1	El Salvador	58,9	65,3

Fonte: Relatório de desenvolvimento Humano de 2013.

Após a análise das taxas de urbanização em diferentes escalas, então, é indispensável que se compreenda que as relações desiguais no campo têm grande peso para tal processo, visto que desencadearam uma série de múltiplos problemas que contribuíram para o processo migratório rumo às cidades, haja vista a

necessidade de sobrevivência dessas pessoas, todavia, não sendo uma realidade somente brasileira, pois essa é uma questão de escala global.

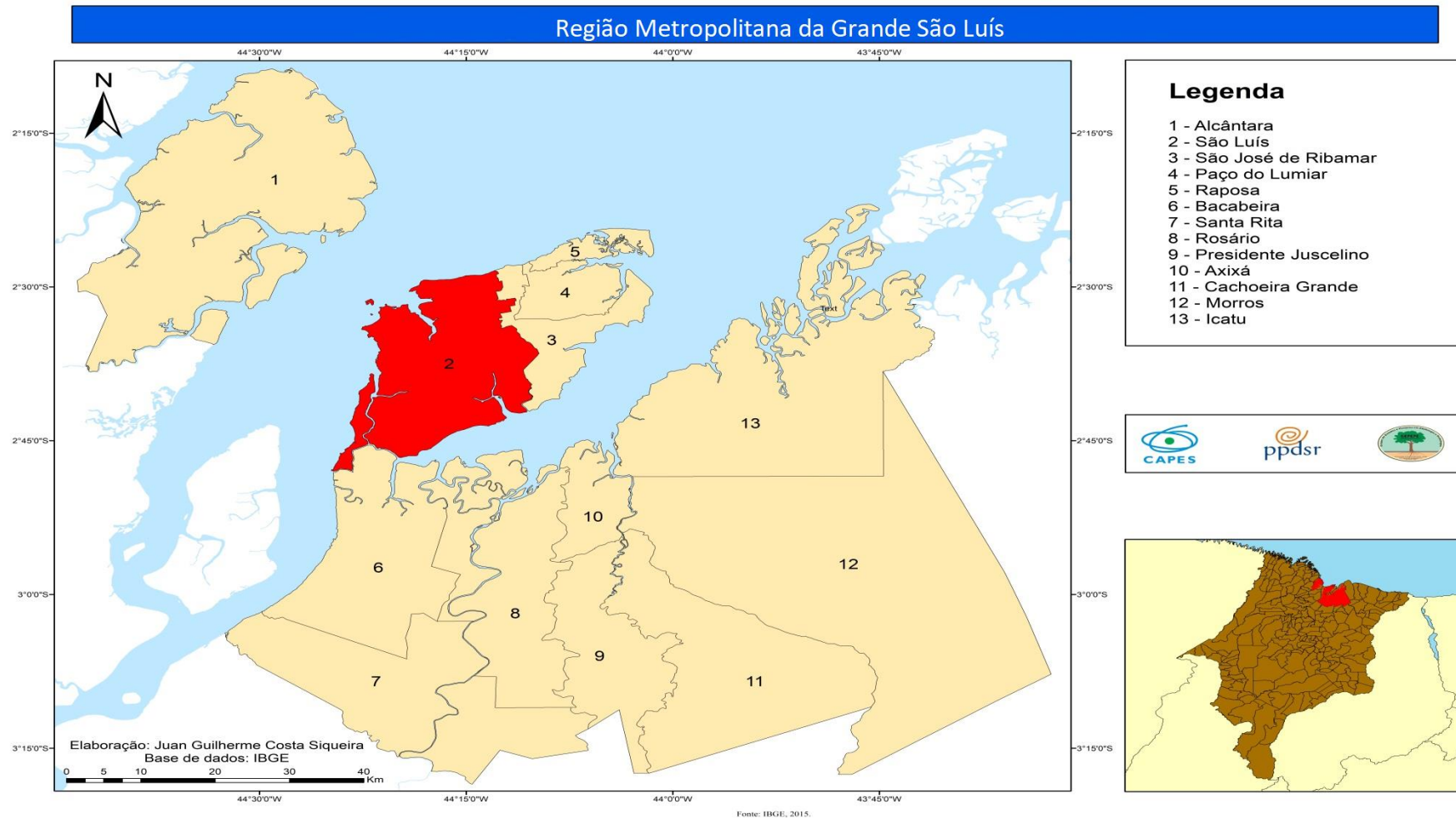
Então, para dar continuidade à análise acerca do processo de urbanização se fará no próximo ponto uma abordagem a respeito de tal processo em São Luís, elencando as consequências do mesmo para atual configuração espacial da capital maranhense.

4.2.1 Um breve olhar sobre o processo de urbanização em São Luís

Antes de adentrar especificamente nas contradições existentes na cidade de São Luís, mais precisamente na área que compreende a Ponta d'Areia e a Ilhinha, faz-se necessário elencar uma abordagem a respeito do processo de urbanização desencadeado na capital maranhense, sendo esse um dos fatores para a ocupação de forma desordenada de várias áreas na cidade.

São Luís (Mapa 1) fica localizada na macrorregião Nordeste do Brasil, é Capital do Estado do Maranhão, pertence à microrregião de Aglomeração Urbana de São Luís, cujas coordenadas geográficas são: latitude 02° 31' 47" S e longitude 44° 18' 10" W. O município homônimo possui uma área de 827,141 km², cuja população era de 1.014.837 habitantes (IBGE, 2010). Conforme Ferreira (2017), essa cidade possui a maior economia do estado, visto que seu PIB correspondia, em 2014, a 34,26%, sendo quase cinco vezes maior do que o PIB de Imperatriz, que é a segunda cidade mais expressiva do Maranhão. A capital maranhense, nos últimos anos, obteve um ganho significativo no setor secundário (Indústria de Transformação e Construção Civil), o que contribuiu para o crescimento do seu PIB (Produto Interno Bruto) em um “volume de 7% no ano de 2014” (GOVERNO DO MARANHÃO, 2016). Além do setor secundário, também apresentou destaque no setor de serviços, fazendo com que a referida cidade fique à frente das demais no cenário maranhense.

Mapa 1: Localização de São Luís



Fonte: Juan Guilherme Costa Siqueira baseado nos dados do IBGE, 2017

Frente ao exposto, faz-se necessário traçar um panorama histórico a respeito dos relevantes aspectos que concorreram para o processo de urbanização de São Luís, bem como os efeitos do mesmo para a realidade evidenciada nos dias de hoje. Para tanto, utiliza-se a periodização que vai de 1612 até 1980, sendo importante enfatizar que, de acordo com Ferreira (2014), tal processo ocorreu de forma linear e lenta, tendo o crescimento horizontal acontecido com base no Corredor Centro Anil, para posteriormente incorporar novas áreas.

Quadro 3: Processo evolutivo da urbanização de São Luís de 1612-1980

Anos	Principais Acontecimentos
1612-1750	Cidade resumida ao atual centro histórico da cidade; baixa densidade populacional; economia fundada em produtos agrícolas para exportação colonial.
1750-1820	Primeiras obras de urbanização da cidade (calçamento de vias, iluminação, e prédios comerciais e de moradia); comércio aquecido pela criação da Cia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e incentivos financeiros; crescimento populacional significativo.
1820-1900	Pequena expansão da cidade; economia industrial têxtil; população estimada abaixo de 30 mil habitantes.
1900-1965	Renovação urbana da cidade com construção de jardins e arquitetura eclética (neoclássica e neocolonial), expansão de vias, interligação ferroviária de São Luís à Teresina, etc.; economia baseada no comércio; novos eixos de expansão populacional surgem na cidade.
1965-1980	Introdução dos grandes projetos nacionais, construção de pontes sobre o rio Anil; economia comercial e industrial portuária; construção dos primeiros conjuntos habitacionais (IPASE e COHAMA).

Fonte: MOREIRA; DINIZ. II Colóquio de Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento, 2012.

Dessa forma, possibilitará entender que o processo de urbanização da capital maranhense foi impulsionado, entre outros fatores, por desvirtuamentos nos projetos de colonização desse estado, a partir de 1960, gerando no campo um quadro de concentração de terras e reduzidas condições de sobrevivência dos pequenos posseiros. Com isso, ocorreu um forte processo de desterritorialização do homem do campo rumo aos centros urbanos do estado do Maranhão, haja vista que a população prejudicada tende a buscar melhores condições de vida.

Vale enfatizar que o processo migratório em direção a São Luís foi, também, estimulado pela implantação de grandes projetos industriais como Consórcio ALUMAR (o Consórcio de Alumínio do Maranhão – ALUMAR é um dos maiores complexos de produção de alumínio primário e alumina do mundo. Inaugurado em julho de 1984, é formado pelas empresas Alcoa, BHP Billiton e Rio TintoAlcan) e a antiga CVRD (Companhia Vale do Rio Doce), hoje Vale - atualmente está entre as maiores mineradoras do mundo e atuando nos cinco continentes – “os quais justificaram a implantação do distrito industrial (34,09% da superfície municipal)” (FERREIRA, 2000, p. 56).

Esses empreendimentos contribuíram de forma significativa para o aumento populacional na capital, “sendo que entre 1970/91 houve a incorporação de 429.713 novos indivíduos à capital maranhense o que representou um incremento de 294,93% em comparação a 1950- 70” (FERREIRA, 2002, p. 29).

Tal fato concorreu para que a cidade crescesse proporcionalmente no sentido horizontal, haja vista que, de acordo com Ferreira (2014, p. 44), no período de 1971-1988 houve um aumento significativo na ocupação de vastas áreas em São Luís representando um total de 233,49 km², se comparado com as duas décadas anteriores, pois a área ocupada chegava a 9,87 km².

Portanto, se entende que cresceu a demanda por moradia, bem como a ampliação da ocupação de áreas residenciais, como fora demonstrado acima, que foram nesse período ocupadas por essa população de baixa renda. No entanto, tais áreas eram desfavoráveis para uma vida digna, visto que não ofereciam o mínimo de infraestrutura, pois a cidade de São Luís não estava preparada para tal aumento populacional; assim, por falta de recursos parte desse contingente passou a ocupar áreas de manguezais construindo moradias tipo palafitas (Imagem 7), bem como áreas mais afastadas do centro, dessa forma “São Luís, então cresceu envolvida em um urbanismo espontâneo⁴” (AIRES *et al*, 2015, p. 2).

⁴ O Urbanismo Espontâneo é o processo de apropriação do território pelas maiorias urbanas marginalizadas do Estado de direito, da cultura cívica e, portanto, alheios à cidade legal ou formal. Por sua magnitude, este fenômeno passou a ser a norma, em vez da exceção, no crescimento das cidades do chamado “Terceiro Mundo”. (HAMPF, 2004).

Imagem 7: Palafitas na área da Vila Palmeira, em São Luís.



Fonte: Gabriela Souza Martins, 2017.

Como é notório através da imagem acima, esse tipo de habitação (palafita) demonstra total fragilidade nos materiais utilizados na sua construção. Atualmente, essa forma de moradia é muito comum em São Luís e avança por inúmeras áreas de mangues às margens dos rios Anil e Bacanga, causando, de certa maneira, um prejuízo para esse ecossistema, porém, devido ao déficit habitacional, essa foi a única opção que restou para muitas famílias que almejam se inserir na capital maranhense. Portanto, essa a alternativa revela as injustiças e desigualdades de uma cidade capitalista em país, que se encontra na periferia da periferia⁵.

Destarte, as áreas de ocupação na cidade de São Luís cresceram vertiginosamente a partir da década de 1970. Para uma melhor compreensão desse fato, é pertinente elencar alguns dados com base na análise de Ferreira (2014), na qual é enfatizado que, de 1930 a 1973, o total dessas áreas era de apenas seis localidades, já no período subsequente, 1974 a 2011, vultosamente o total chegou a noventa, evidenciando uma realidade marcada pelo descaso por parte do Estado no que tange à implantação de política habitacional eficaz para sanar o problema da moradia da população de baixa renda, que tende a ocupar locais de múltiplas carências em termos de infraestrutura e serviços essenciais. Dessa forma,

⁵ A noção de periferia refere-se a um lugar longe, afastado de um ponto central. Todavia, esse entendimento meramente geométrico não representa a verdadeira relação entre o centro e a periferia das cidades. Neste caso, os afastamentos não são quantificáveis apenas pelas distâncias físicas que há entre os dois, mas, sim, revelados pelas condições sociais de vida que evidenciam nítida desigualdade [...]

Socialmente, as periferias urbanas são áreas de concentração de moradias de população de população de baixa renda, carentes dos serviços básicos essenciais e que sofrem os efeitos de longos deslocamentos para o trabalho, o consumo e o lazer. Reforçam um ciclo de pobreza cada vez mais difícil de romper (MOURA E ULTRAMARI, p. 10 – 11, 1996).

A partir da segunda metade da década de 1960 a cidade de São Luís expandiu-se de forma acelerada. Segundo os dados dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população total de São Luís tem passado, entre 1940 e 2010, de 74.675 para 1.011.943 habitantes. (BANI, 2016, p. 48).

Além desse problema habitacional ter sido agravado com a demanda de pessoas que chegavam em São Luís nesse período (1940 e 2010), outro diz respeito à geração de empregos, tendo em vista que:

No que concerne às expectativas de absorção de mão de obra por parte dos mencionados empreendimentos 'na medida em que empregam tecnologias avançadas não amenizam a questão do emprego; pelo contrário, ao atraírem fortemente o homem do campo em busca de meios de sobrevivência, e ao desapropriarem milhares de famílias de posseiros contribuíram para agravar os problemas urbanos' (UFMA/SUDAM, 1990, p. 32), uma vez que cresce o número de moradias de baixo padrão na periferia de São Luís, tendo nessas pessoas as vítimas dos já permanentes subemprego e desemprego, mesmo que nessa cidade estejam "concentradas as mais diversas e peculiares funções, através dos setores secundário e terciário, mais precisamente por intermédio dos serviços públicos e privados e ainda pelo comércio em geral. (FERREIRA 2014, p. 84).

É importante ressaltar que em São Luís as áreas de periferia foram impulsionadas entre outros fatores pela desestruturação agrária no estado do Maranhão, gerando no campo um quadro sem condições dignas de sobrevivência. Com isso, ocorre no meio rural um forte processo de desterritorialização do homem rumo aos centros urbanos, haja vista que a população prejudicada teve que buscar melhores serviços nas cidades. Tendo em vista o crescimento acelerado da população da mencionada capital, o Estado, representado pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e Banco Nacional de Habitação (BNH), que atuaram como produtor imobiliário, a fim de minimizar os problemas habitacionais e melhorar a aparência das cidades promoveu a construção de conjuntos habitacionais através de órgãos como a COHAB – MA e Cooperativas Habitacionais. Porém,

Esses conjuntos se particularizaram pela crescente distância, em se tratando do centro histórico da cidade, o que significava descontinuidade na mancha urbana e favorecimento de especulação imobiliária, em função da valorização dos espaços intermediários entre esse centro e as áreas aonde os mesmos eram implantados (FERREIRA, 2014, p. 68).

Nesse contexto, é salutar levar em consideração que o total de moradias erguidas no período de 1964 e 1986 em todo o país não supriu a demanda crescente, principalmente da população de baixa renda, visto que, de acordo com Rolnik & Nakano (2009, p. 4), essa parcela da população, que compreendia um total de 90% fora a menos beneficiada pela política habitacional, pois dos 4,5 milhões de moradias construídas somente 33% delas eram destinadas a esse público, portanto nessa projeção era impossível a diminuição do déficit habitacional, que vem perdurando até os dias atuais.

Não se pode deixar de mencionar que para construção desses conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda eram geralmente escolhidas as áreas longínquas e desprovidas de infraestrutura, com reduzidos ou quase nenhum meio de transporte, equipamentos coletivos de educação, saúde e lazer, demonstrando em todo o processo uma falta de compromisso com a própria política de habitação e com esse público em específico.

Mesmo num universo tão desigual, quanto ao percentual de beneficiados por tal política habitacional nesse período, ainda existia um agravante para complicar a situação da população de baixa renda, pois muitas famílias por não terem condições de pagar as prestações mensais devidas, tornavam-se inadimplentes, uma vez que o sistema financeiro exigia que os moradores pagassem seus imóveis, ocorrendo remoções de forma indiscriminada, não solucionando os problemas da moradia nos centros urbanos, cujas alternativas emergiram através de palafitas, áreas de ocupação e / ou favelas, sendo que essa realidade se multiplicou por vários estados brasileiros.

Assim sendo, na capital maranhense é perceptível a materialização dessa cruel realidade por ser uma cidade capitalista e revelar marcas de uma contradição inerente ao próprio sistema, haja vista que possui áreas de periferia com todos os seus problemas em termos de precarização dos serviços ou até mesmo sua ausência e outras contrárias com excelente infraestrutura. Neste contexto inserem-se as áreas deste estudo: a Ponta d'Areia, que atualmente é uma das áreas mais caras dessa cidade; enquanto que evidenciando as contradições geradas pelo capitalismo, localiza-se não muito distante da mesma, a Ilhinha quase que

totalmente desprovida de equipamentos responsáveis pelo melhoramento da qualidade de vida dos moradores desse bairro.

Então, se tem uma cidade que contemporaneamente demonstra aspectos crescentes de modernidade, onde,

no encerrar do século XX, deixando melancolicamente de ser referência cultural e dando lugar a uma nova unanimidade urbana. Na qual predomina, sobre corações e mentes locais, eruditas ou vernaculares, a hegemonia de centralidades litorâneas e suas promessas de vida moderna intramuros (BURNETT, 2012, p. 2).

Os ares de modernidade são imperiosamente evidenciados pelo padrão arquitetônico, que está sendo implantado de forma acelerada através da materialização de empreendimentos imobiliários monopolistas de consumo voltados para alta renda, cujo objetivo principal é o de aumentarem lucros, rendas e juros, transformando a cidade em mercadoria, que não consegue ser igualmente consumida por todos os cidadãos. Nesse enquadramento, está a área da Ponta d'Areia, objeto dessa pesquisa, onde atualmente se concentra a população mais abastada da cidade de São Luís.

Contrariamente a essa modernidade, destaca-se a Ilhinha, sinônimo de resistência, visto que esta é uma área residencial, cujas características de periferia fogem da dinâmica imobiliária amplamente desenvolvida no setor Norte de São Luís. Portanto, foge dos padrões característicos de uma cidade ideal para o perfeito e harmonioso planejamento urbano e revela uma cidade real com todas suas desigualdades, a exemplo da área de estudo.

Para tanto, na continuidade do estudo, será feita uma interpelação partindo da análise conjunta das áreas supracitadas, pois mesmo com tamanha proximidade de ambas, suas configurações espaciais são díspares e revelam uma marcante contradição numa capital periférica do sistema mundial.

4.3 Ponta d'Areia e Ilhinha: marcas de uma cidade capitalista

A Ponta d'Areia e a Ilhinha são áreas residenciais situadas no Setor Norte da cidade de São Luís. A proximidade de ambas, conforme ilustra a (Imagem 8), não garante características similares, todavia expressa traços de uma realidade que evidencia uma desigualdade típica de um modo de produção excludente e segregador, sendo essa uma condição que se repete nas cidades capitalistas, porém cada uma com suas peculiaridades.

Imagem 8: Localização da Área de Estudo: Ponta d'Areia e Ilhinha.



Fonte: Google Earth, acesso em 27 de agosto de 2016.

Uma das características do espaço urbano capitalista é a existência de áreas extremamente opostas, o que é resultado das diferenças entre classes sociais e de uma concepção de planejamento urbano que não prima por reduzir desigualdades socioespaciais. No setor citado anteriormente coexistem pessoas com um elevado padrão econômico, portanto, tem a garantia dos melhores e mais modernos equipamentos urbanos. Paradoxalmente há também a presença de pessoas com nível econômico mais baixo, que certamente pela sua posição social não têm acesso aos mesmos equipamentos e quando são beneficiados os equipamentos coletivos não possuem a mesma qualidade.

Essas áreas ocupadas por pessoas de baixo nível econômico deveriam receber maior atenção dentro do planejamento urbano, porém, revela que “ninguém se importa com quem não tiver capital nem dinheiro” (LEFEBVRE, 1972, p. 16). As mesmas em um movimento crescente vêm ampliando através do intenso fluxo migratório oriundo principalmente do campo, que vem aumentando o contingente populacional, materializando inúmeras áreas de ocupação nos arredores de São Luís, as quais não oferecem o mínimo padrão de qualidade para os seus ocupantes.

Dentro dessa condição encontram-se as áreas objeto de estudo, que são paradoxais refletindo as características inerentes ao Modo de Produção Capitalista, onde essa “ordem gera o caos urbano” (LEFEBVRE, 1972, p. 18). Dessa forma, no setor Norte da capital maranhense é notório um intenso processo de produção e consequentemente valorização do solo urbano, dando a essa porção da cidade um ar de modernidade - a exemplo da área residencial da Ponta d’Areia - uma vez que há o aumento significativo no número de empreendimentos imobiliários de alto padrão, mas ao mesmo tempo tem-se a contradição (Imagem 9), evidenciando uma ruptura desse padrão arquitetônico, materializada através da área residencial da Ilhinha, que tem resistido ao longo dos anos, mesmo com todas as carências que ali existem.

Imagem 9: Desigualdade Espacial da Ilhinha e Ponta d’Areia.



Fonte: Gabriela Souza Martins, 2017.

Nesse contexto, as contradições vão se fortificando como reflexo e reforço do sistema capitalista que se materializa na cidade; de um lado tem-se área de ocupação pouco valorizada e do outro lado mangue, áreas altamente valorizadas, sendo resultado da especulação, que gera um aumento de preços nos terrenos e nos imóveis. Assim, se privilegia a “lei do processo produtivo, cujos resultados ofendem, expulsam e desenraizam as pessoas e não o direito que assegure o direito à cidade ou, ao menos o direito ao entorno” (SANTOS, 2007, p. 64).

Nessa ordem temos uma São Luís moderna e contraditória, onde os contrastes afloram principalmente nesse setor da cidade, dada a dinamicidade da produção espacial revelando no tecido urbano parte de uma “cidade ideal”, aos que podem pagar altíssimos preços no m² mais caro da capital maranhense, pois é onde está localizada a concentração dos mais luxuosos condomínios. Todavia, não há só modernidade há também a contradição expressa através da “cidade ilegal” produzida pelos excluídos da lógica do mercado imobiliário, mas que precisam de alguma forma serem inseridos no espaço urbano, mesmo que para isso tenham que ocupar áreas desfavoráveis à moradia.

Ambas as áreas serão retratadas separadamente nos capítulos subsequentes, de modo a elencar de forma mais detalhada questões peculiares de cada uma, evidenciando o paradoxo expresso nessa porção da capital maranhense, que reflete uma configuração do espaço marcada pela contradição inerente ao modo de produção vigente.

5. REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Considerando a desigualdade socioespacial que se configura nas cidades capitalistas, bem como todas as características que emanam do próprio sistema, é necessário estabelecer nessa discussão os paradoxos que se avolumam no interior das aglomerações urbanas à proporção que elas crescem, haja vista que o direito de fazer parte dessas não acontece de forma igualitária, pois na lógica do mercado o acesso fica restrito a quem de fato pode pagar para morar e aos que não conseguem, resta ocupar o entorno das mesmas e questionar o Estado pela deficiência e/ ou ausência de equipamentos coletivos, política habitacional, etc.

Considera-se, nesse prisma que,

O espaço da cidade capitalista, particularmente da grande cidade, caracteriza-se entre outros aspectos, por ser fragmentado, o que dá origem a um mosaico irregular, com áreas de diferentes tamanhos, formas e conteúdos, assim geradas por distintos processos espaciais e agentes sociais. (VASCONCELOS *et al*, 2013, p. 7).

Desta forma ocorre a fragmentação e a seletividade do espaço urbano, priorizando o processo de acumulação do capital, no qual as transformações espaciais ocorrem de forma acelerada visando interesses individuais e ao mesmo tempo contraditórios. Pois, para uns, o objetivo é assegurar o lucro máximo com a produção e comercialização (capital imobiliário, incorporadoras, corretores, etc.), enquanto para a maioria das pessoas o solo urbano tem outro significado, que é o acesso à moradia, só que nem todos têm remuneração capaz de viabilizar o atendimento dessa demanda.

Nessa concepção, percebe-se que um dos maiores problemas do espaço urbano está voltado para o setor habitacional, pois devido ao intenso crescimento populacional e à carência de política pública voltada para o problema da maioria, vem materializando um acentuado processo de segregação. Portanto, observa-se que, “a produção espacial expressa as contradições que estão na base de uma sociedade de classes e manifesta a segregação decorrentes das formas de

apropriação da terra que têm sua lógica no desenvolvimento desigual das relações sociais dentro da sociedade" (CARLOS, 2005, p. 28).

Nesse contexto, insere-se a análise acerca da segregação, cujo entendimento parte do princípio de que a segregação faz parte do processo de urbanização, portanto, é uma expressão capitalista que se manifesta mundialmente, com destaque aqui para os estudos feitos por Marcuse (2001), a respeito da realidade norte-americana, Guirriec (2008), para situação francesa, bem como Vasconcelos (2004 e 2013), Corrêa (2013), Carlos (2013), Alvarez (2013), Souza (2013), sendo estes últimos autores que farão alusão aos fatos concretos do Brasil, pois na realidade nacional esse processo vem tomando proporções cada vez maiores no cenário nacional. Vale ressaltar que, além desses autores citados anteriormente outros darão suporte à presente abordagem, à medida que a discussão evoluir.

Para iniciar a discussão acerca da segregação é pertinente fazer alusão ao processo histórico de consolidação desse fenômeno. Conforme, Wirth *apud* Vasconcelos (2013, p. 23), a “origem histórica teria se dado na formação do *ghetto* de Veneza, com a reclusão dos judeus numa ilha, com muros e portas, tornando a palavra sinônimo de área segregada.

Tal fenômeno vem sendo amplamente discutido atualmente, pois inúmeros são os estudos de casos voltados para essa temática; todavia, é um assunto que ganha notoriedade acadêmica na primeira década do século XX, a partir da Escola de Chicago que surgiu nos Estados Unidos em 1910, por iniciativa do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, onde o “conceito aparece, pela primeira vez, nos trabalhos pioneiros de R. Park, E. Burgess e R. McKenzie” (VASCONCELOS, 2004, p. 260).

Esse grupo de estudiosos desenvolveu uma diversidade de pesquisas sociais direcionadas à investigação dos fenômenos sociais que ocorriam especificamente no meio urbano da metrópole de Chicago. Entretanto, “os estudiosos dessa escola basearam suas análises urbanas em modelos metodológicos fornecidos pelo Darwinismo Social, tendo uma perspectiva positivista da realidade” (NEGRI, 2008, p. 132), a partir da tentativa de transposição de conceitos referentes à ecologia para o urbano, sendo um passo importante para a

difusão do conceito de segregação, muito embora existissem alguns percalços que precisariam ser superados, pois para eles,

A cidade funcionava como um organismo vivo, na qual havia uma história de vida e aquele que melhor se adaptasse ao estilo de vida urbano conseguiria habitar as melhores áreas deste espaço. Embora tratassem de classes sociais, os teóricos insistiam em usar o termo “pessoa” ou, ainda, “indivíduo”, para distinguir as ações desprendidas por estes no espaço, apesar de trabalharem com o termo segregação. (NEGRI, 2008, p. 132).

Baseado nos estudos de Robert Ezra Park, Patrick Le Guirriec, explica que nesse processo de seleção natural a competição é inerente e “a cidade funciona como um mecanismo de triagem e de filtragem que seleciona, no conjunto da população os indivíduos mais capazes de morar numa área particular e num meio particular” (GUIRRIEC, 2008, p.30), a partir de mecanismos de disputas os grupos mais fortes passariam a ocupar os melhores espaços dentro das cidades,

Assim, as pessoas que têm características parecidas agrupam-se nos mesmos bairros, resultando disso a segregação socioespacial dos grupos sociais, que são distribuídos em lugares mais ou menos distintos: as áreas naturais. A descrição do fenômeno inspira-se no que acontece nas comunidades vegetais e animais. (GUIRRIEC, 2008, p.30).

Em seu processo de difusão para uma posterior consolidação, esse fenômeno urbano contou com a importante contribuição de um desses expoentes pertencentes à Escola de Chicago, isto é, o sociólogo norte-americano Robert Ezra Park, cujos estudos subsidiaram o entendimento do termo segregação, visto que em seu texto de 1916, “republicado no livro clássico *The City*, de 1925, já na sua primeira parte **define segregação como a repartição das populações nas grandes cidades**” (VASCONCELOS, 2004, p. 260, grifo nosso). De acordo com essa definição já se percebe que desde sua gênese o termo já remete a uma ideia de separação, considerando as limitações da análise, cujas bases teóricas eram fincadas à luz da Teoria da Seleção Natural de Charles Darwin.

O pioneirismo dessa instituição trouxe contribuições significativas aos problemas sociais concretos que se intensificavam naquela cidade, visto que os pesquisadores tinham o interesse maior de encontrar um caminho para minorar a situação caótica de uma população que passava por um intenso processo de urbanização naquele período.

A preocupação voltada para os estudos urbanos se deu devido ao acelerado desenvolvimento industrial e todas as demandas oriundas a partir dele, como questões voltadas à imigração, conflitos étnicos, crescimento da pobreza, violência, entre outros e com isso desencadeou um número crescente de áreas segregadas, sendo estas para realidade norte-americana, segundo a análise de Peter Marcuse denomina de *gueto*, cuja definição é:

uma área de concentração espacial usada pelas forças dentro da sociedade dominante para separar e limitar um grupo populacional específico, definido externamente como racial ou étnico ou estrangeiro, realizado para ser tratado como inferior pela sociedade dominante. (MARCUSE, 2001, p. 4, tradução nossa).

Nesse contexto, pode-se perceber que os estudos a respeito do processo de segregação remontam a outra escala temporal, mas permanecem na ordem do dia, pois estão atrelados ao processo de urbanização que vem ocorrendo de forma bem acentuada nas mais variadas localidades no mundo, conforme fora explicitado no capítulo anterior, e juntamente com ele todos os as particularidades inerentes ao mesmo.

Entendendo que no urbano os conflitos e contradições de uma sociedade de classe materializam problemas de natureza socioeconômica, política e ideológica, a exemplo tem-se questões referentes à habitação, crescimento da violência, desemprego, subemprego, degradação ambiental, periferização entre outros, que culminam para segregação nas suas mais variadas formas, haja vista este ser um conceito polissêmico.

Entretanto, o foco dessa análise permeará o âmbito da segregação socioespacial que se manifesta acentuadamente nos centros urbanos, em que através da atuação dos agentes de produção do espaço a configuração espacial se delineia evidenciando uma desigualdade espacial, no que tange a diversas questões e principalmente a questão habitacional, expressamente marcada na cidade através da separação entre as classes sociais. Destarte, primeiramente evidencia-se o significado do termo segregação e posteriormente a visão de vários estudiosos dos mais diferentes campos do saber das ciências humanas e sociais a respeito dessa temática.

Segundo o dicionário Aurélio (2000), o termo segregação apresenta dois significados: a) ato de segregar; b) tratamento desigual ou injusto dado a uma pessoa com base em preceitos de alguma ordem, notadamente sexual, religiosa, étnico etc. Mesmo que na citada definição não fique expresso o termo separação e exclusão, porém nas entrelinhas dessa definição pode-se perceber que tais situações são efeitos do processo de segregação.

Partindo dessa definição, concorda-se com Jaime Aymerich, quando diz que segregação:

significa separar una cosa de otra o de otras y segregación urbana alude a la forma como se separan los elementos de un todo que es la aglomeración urbana., ciudad formal versus ciudad informal, ciudad integrada versus ciudad marginal y / o fragmentada (AYMERICH, 2004, p. 118)

Ainda no que tange aos conceitos referentes ao termo segregação, Vasconcelos (2004, p. 262), traz uma importante contribuição, a partir do fortalecimento desse conceito nos dicionários geográficos, consolidando em definitivo a concepção desse processo para a Geografia, conforme fica expresso a seguir:

No dicionário organizado por R. Brunet, R. Ferras e H. Théry (1993), *ségrégation* é visto como “o processo (ou seu resultado) da divisão social e espacial de uma sociedade em unidades distintas”, e o termo da segregação seria o gueto. Segundo os autores, os preços dos alojamentos seriam os primeiros causadores da segregação na França (p. 450).

Na edição de 1994 do dicionário editado por R. Johnston, D. Gregory e D. Smith, *segregation* refere-se tanto aos processos de diferenciação social quanto ao padrão espacial resultante desse processo (p. 547).

No dicionário editado por Zoido et al (2000), *segregación urbana* seria a “*ação de separar a população dentro da cidade de acordo com suas características socioeconômicas, étnicas e raciais*”. Na Espanha, segundo os autores, a segregação seria socioeconômica (p. 331). No dicionário também aparece “*Segregación de parcelas*”, para tratar de parcelamento e loteamentos, e “*Segregación municipal*”, ou seja, a separação de territórios para constituir um novo município.

Peter Marcuse define segregação como sendo “processo pelo qual um grupo populacional é forçado, ou seja, involuntariamente, a se agrupar em uma área espacial definida, em um gueto. É o processo de formação e manutenção de um *gueto*” (MARCUSE, 2001, p. 3, tradução nossa).

Para esse autor a divisão que se manifesta na sociedade pode acontecer de forma voluntária, com destaque para “divisões por função e as divisões culturais”, ou involuntária, que faz referência a posição social (*status*), que leva a uma fragmentação hierárquica do tecido urbano. Assim, ressalta-se que:

Enquanto aqueles de maior status mantêm sua separação voluntariamente, eles precisam os meios para impô-lo aos de menor status contra suas vontades. Assim, as divisões por status exigem, de forma implícita ou explícita, o uso da força e, em uma sociedade civilizada, essa força é (pelo menos, em teoria) um monopólio do Estado. [...] A ação do Estado pode (ou não) também ser envolvida na regulação das divisões culturais, e muitas vezes está envolvido na formação de divisões funcionais; mas, nesses casos, o Estado atua puramente com o papel regulatório, com o consentimento e em benefício de todos os participantes. (MARCUSE, 2001, p. 9, tradução nossa).

Tal processo fora analisado para a realidade francesa, a partir da visão de Patrick Le Guirriec. Esse autor define segregação como sendo “diversas formas de agrupamento de populações semelhantes nos espaços urbanos” (GUIRRIEC, 2008, p. 29).

Em seu artigo ele aponta que nesse país a segregação é acentuada, mesmo com a ação do poder público em uma tentativa frustrada de minimizá-la, com o que o autor chama de *mixité* (palavra de origem francesa que não tem tradução em outras línguas), que seria uma iniciativa historicamente adotada por parte do Estado, cujo objetivo central é homogeneizar as populações principalmente de origem estrangeira que vieram para o país com o objetivo de trabalhar, passando a ocupar os subúrbios.

Entretanto, conforme o autor supracitado, tal medida não atenuou a segregação, pois “nesses territórios, encontram-se populações de origens muito diferentes, que não podem constituir grupos de solidariedade, o que aumenta o sentimento de solidão e impede a integração na sociedade francesa” (GUIRRIEC, 2008, p. 32).

Esse processo é que ele chama de “segregação sofrida”, que é voltada para uma forma de “ajuntamento territorial e é relacionado à pobreza e à etnicidade” (GUIRRIEC, 2008, p. 32), tamanho abandono por parte do poder público desencadeou na população desses subúrbios uma onda de indignação, que se manifestou,

[...] com violência durante o inverno de 2005, e o principal alvo dos jovens dos subúrbios era aquilo que simbolizava o que eles não tinham: os supermercados, lugares de consumo; as escolas, lugares de aprendizagem e esperança de promoção social; os veículos privados e públicos, meios de mobilidade; e, evidentemente, a polícia e os bombeiros, que simbolizam o Estado. Nessa situação, a segregação residencial aparece claramente como resultado de uma relegação que não concerne somente ao lugar de residência, mas a todas as formas de pertencimento à sociedade (GUIRRIEC, 2008, p. 32).

Muitos são os autores que se dedicam a estudar o espaço urbano no Brasil, com ênfase no fenômeno da segregação. A partir dessa literatura percebe-se que o estudo do termo fora adaptado às particularidades locais, ganhando força principalmente no que tange à existência de uma diferenciação e uma fragmentação espacial, devido a uma discrepância nos níveis de renda, que se reflete na forma como esse espaço é produzido a partir dos agentes sociais.

Entretanto, não há um consenso quanto ao uso do termo segregação para a realidade brasileira. Vasconcelos (2004; 2013), não é favorável ao uso do termo, pois segundo ele os critérios adotados aqui por muitos estudiosos do assunto para efeito de análise desse fenômeno urbano não são os mesmos que foram adotados na realidade norte-americana, daí a necessidade de se questionar um conceito importado de outro país.

Com efeito, Pedro de Almeida Vasconcelos contesta o termo segregação para a situação brasileira, partindo da análise do processo histórico do país e, portanto, traz o seguinte questionamento:

Diante da complexidade temática e das transformações ocorridas ao longo do tempo, em uma sociedade que não apresenta as mesmas características da norte americana (ex. ausência de linha de cor; mestiçagem dominante; sociedade de formação católica e patrimonial e com o peso do passado escravista), tem sentido o conceito de segregação, originário da Escola de Chicago, ser utilizado nas cidades brasileiras? (VASCONCELOS, 2004, p. 270).

Outro argumento utilizado pelo mesmo autor é que:

De fato, no passado houve segregação residencial em Portugal. No Brasil, no período colonial, havia atividades segregadas e até em períodos mais recentes, ocorria segregação em instituições, como no caso dos clubes sociais. Mas a distribuição espacial da população pobre não parece confirmar a existência de um processo de “segregação” residencial nas cidades brasileiras. (VASCONCELOS, 2004, p.271).

Assim, se pode perceber que para esse autor o termo só seria corretamente utilizado, caso fosse atrelado à questão da separação a partir da etnia, não leva em consideração que essa forma de apartar poderá acontecer devido à existência de inúmeros outros fatores, como se demonstrará a partir da visão de outros pesquisadores brasileiros.

Marcelo Lopes de Souza, em seu texto **Semântica urbana e segregação: disputa simbólica e embates políticos na cidade “empresarialista”** confronta os argumentos utilizados por Pedro Vasconcelos. Para tanto, Souza (2013, p. 128) evidencia que existe uma resistência na forma de interpretar a sociedade brasileira em sua complexidade e inserida num contexto, no qual é notório até para os leigos no assunto que existe sim “afastamento, separação, segregação”.

Enfatiza que o termo é comumente utilizado em situações concretas do dia a dia, a exemplo de letras de músicas populares disseminadas através dos veículos de comunicação de massa. Portanto, “a ideia (implícita) de que a palavra ‘segregação’ seria, acima de tudo ou exclusivamente, um termo técnico, por si só já não se sustenta” (SOUZA, 2013, p. 128). Assim, se percebe que a palavra ultrapassou os muros da academia ganhando força e significado próprios a partir da forma como se delineia as complexidades da sociedade brasileira e na maneira como os atores sociais inseridos nesse processo se manifestam.

Nesse embate de ideias entre usar ou não usar um termo importado de outra realidade, levando em consideração a magnitude da forma como estão imbricados os vários aspectos que dão significado à existência da segregação na realidade do país, cabe aqui concordar com a seguinte argumentação:

Quando se constata que, no cotidiano, pessoas se vêem como segregadas, isso, por si só, exige investigação e comprova que não se está diante simplesmente de termos técnicos importados e empregados por acadêmicos supostamente mal informados, mas sim, de uma representação espacial digna de nota (SOUZA, 2013, p.129).

Feita essa exposição é pertinente em meio à discussão teórica fazer alusão às análises de Carlos (2013) e Alvarez (2013), pois ambas possuem pontos convergentes na forma como observam o processo de segregação no espaço

urbano, visto que concordam quando afirmam que é uma negação do urbano para a população menos favorecida, pois esse é um processo de exclusão que reflete a desigualdade típica de uma sociedade de classes, que tem na propriedade privada uma forma de auferir riquezas com a sobreposição do valor de troca em detrimento do valor de uso do solo urbano.

Entendendo a complexidade das relações inerentes ao processo em análise e não se limitando somente a observações superficiais é importante levar a cabo que:

A segregação vivida na dimensão do cotidiano (onde se manifesta concretamente a concentração da riqueza, do poder e da propriedade) apresenta-se, inicialmente, como diferença, tanto nas formas de acesso à moradia (como expressão mais evidente da mercantilização do espaço urbano), quanto em relação ao transporte urbano como limitação de acesso às atividades urbanas (como expressão da separação do cidadão da centralidade), bem como através da deterioração / cercamento / diminuição dos espaços públicos (como expressão do estreitamento da esfera pública (CARLOS, 2013, p. 96).

Assim, por termos um país hodiernamente inserido numa lógica capitalista de produção e acumulação, materializa-se uma sociedade marcada por diferença de classes; logo, esses espaços irão se configurar como a expressão maior dessas classes, onde serão manifestadas características peculiares de um ordenamento territorial baseado na desigualdade socioeconômica e espacial, pois as pessoas passam a ocupar áreas de acordo com a sua renda, de forma a evidenciar uma hierarquização do tecido urbano.

Seguindo esse princípio de análise é salutar evidenciar que as marcas da hierarquização nos centros urbanos são explícitas principalmente no que se refere aos locais destinados à moradia, pois uma atitude simples de “informar o endereço é dar indicações sobre o nível socioeconômico ou outras características” (GUIRRIEC, 2008, p. 31), a respeito de quem informa.

A segregação socioespacial é justificada pelos processos históricos, bem como, pela ação de Estado que atende prioritariamente aos anseios de uma classe dominante, fazendo perpetuar essa desigualdade espacial existentes nas cidades. Portanto, concorda-se com Martine; Mcgranaham, 2010 *apud* Rabêlo, (2012, p. 29), quando dizem que:

As cidades brasileiras ainda enfrentam desafios sociais, econômicos e ambientais pesados. Essa mutação abrupta não se processou de forma harmoniosa, tendo sido particularmente difícil para os contingentes mais pobres que, apesar de representar a parcela majoritária do crescimento urbano e um motor essencial do desenvolvimento nacional, raramente tiveram seu lugar contemplado na expansão urbana. Esse descaso com as necessidades do maior grupo social está na raiz dos grandes problemas sociais e ambientais que afligem as cidades brasileiras no século 21 [...].

Portanto, é uma condição *sine qua non* entender que “se a segregação ocorrer em qualquer sociedade é com a sanção tácita, senão explícita, do Estado” (MARCUSE, 2001, p. 12, tradução nossa). Destarte, se percebe que o Estado tem um papel fundamental tanto para manutenção, quanto para equalizar o problema da segregação socioespacial, sendo esta possível de realizar através de políticas públicas, “*entendiendo que la noción de políticas públicas se refiere a orientaciones generales que un gobierno o un sector del aparato público establecen con respecto a un problema de interés para la sociedad o un grupo de personas*” (AYMERICH, 2004, p. 117).

Partindo dessa análise teórica, evidencia-se a realidade empírica dessa pesquisa, que é refletida na área residencial da Ilhinha, sendo esse o nosso próximo ponto de abordagem. Pois, mesmo com uma localização privilegiada, dada a dinâmica do processo de produção e valorização de várias áreas residenciais do seu entorno e a menos de 5 km do Centro Histórico de São Luís, padece com a carência de infraestrutura, bem como com a insuficiência e também inexistência de vários equipamentos urbanos, compondo perfeitamente o mosaico típico de uma cidade capitalista, evidenciando fragmentação e seletividade espacial.

Dessa forma, se diz que o processo de segregação é materializado em tal realidade, cujas bases para tal afirmação serão elencadas a seguir.

5.1 Ilhinha: espaço de resistência

Como muitas áreas residenciais da cidade de São Luís, a Ilhinha pode ser encarada como sinônimo de resistência, sendo a materialização da contradição, centrada na área de maior dinamismo para o setor imobiliário de alto padrão da capital maranhense, embora se saiba de outros exemplos como da Vila Progresso

(BANI, 2016). Dessa maneira, essa realidade é singular para a cidade referida, porém é reproduzida nas mais diferentes localidades do país, haja vista que o modo de produção vigente revela essas desigualdades e as multiplica, pois, nas cidades contemporâneas é o capital que comanda a produção do espaço, logo esse não será acessível na sua concretude a todos de forma igualitária.

Para iniciar essa abordagem é necessário levar a cabo o processo histórico da área em análise, pois através dessas informações se tem o alicerce para o entendimento da atual configuração espacial desse recorte temático. Antes de pormenorizar o que se pretende, é importante mencionar que a Ilhinha não deve ser confundida com o São Francisco, mesmo que pela divisão do IBGE por setores censitários⁶ (Mapa 1) essas áreas se emaranhem, pois, as informações oferecidas por esse órgão, não condizem com os limites observados *in loco*, sendo importante mencionar ainda que ambas são distintas em suas peculiaridades.

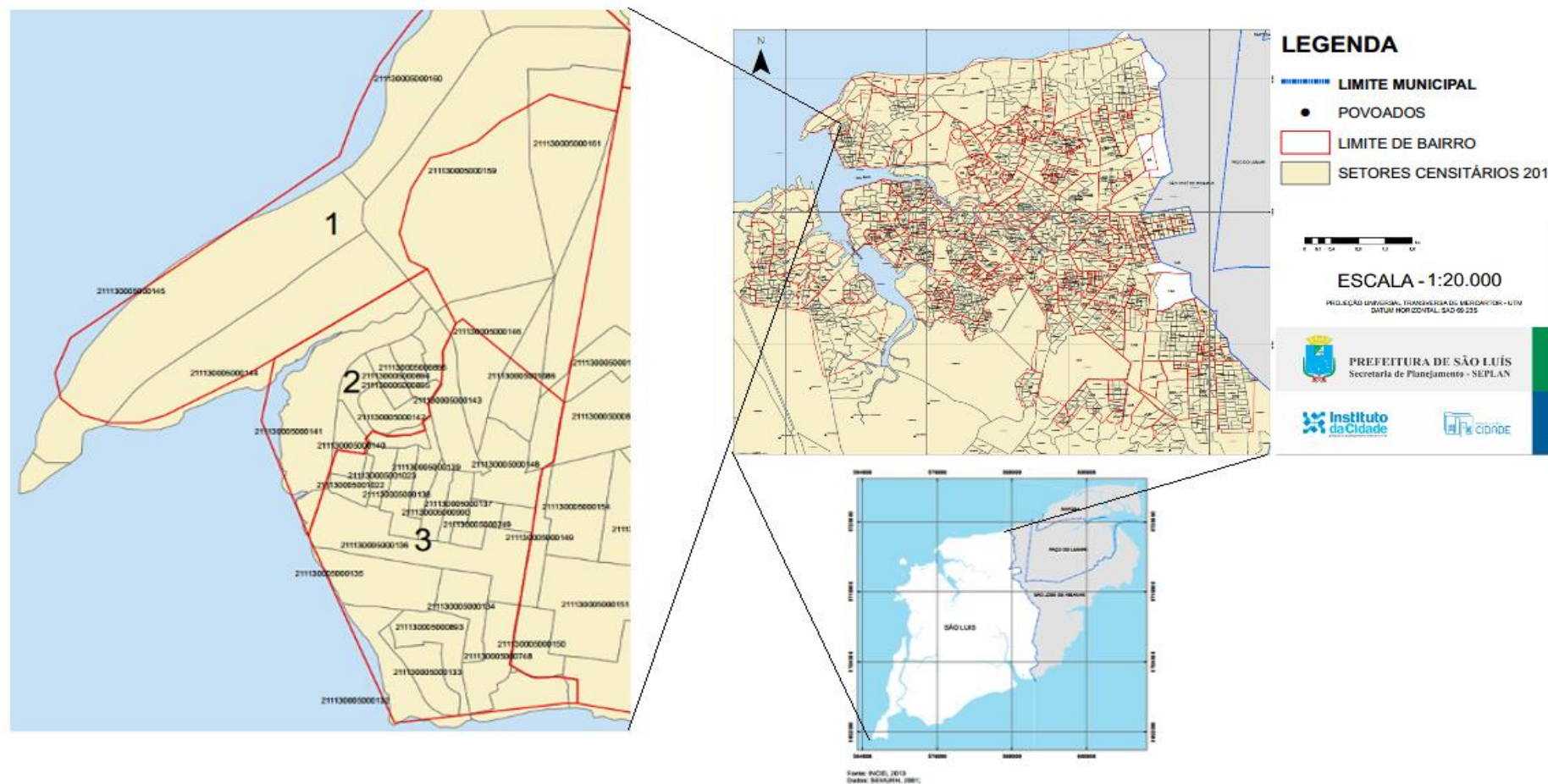
Como serão utilizados os dados do IBGE não será usada a terminologia bairro para tais áreas, visto que para esse Instituto não existe uma norma de definição de bairros.

Como efeito, se enfatiza que:

A competência metodológica para elaboração de uma divisão geográfica menos polêmica estaria ao nível do IBGE, mas legal é do poder municipal. Ao que parece, porém, esse Instituto – embora imbuído nesse propósito – se torna impotente à medida que esbarra em possível impraticabilidade de determinadas legislações, em muitos casos herméticas e sem respaldos geográficos. (PACHÊCO, 2017, p. 34, no prelo).

⁶ O setor censitário é a menor unidade territorial, formada por área contínua, integralmente contida em área urbana ou rural, com dimensão adequada à operação de pesquisas e cujo conjunto esgota a totalidade do Território Nacional, o que permite assegurar a plena cobertura do País. (IBGE, 2011, p. 4).

Imagem 10: Setores censitários da cidade de São Luís, com destaque para 1 (Ponta d'Areia), 2 (Ilhinha) e 3 (São Francisco)



Fonte: IBGE, adaptado por Gabriela Souza Martins

Frente a esse problema de delimitação espacial impera uma imprecisão, quanto à questão dos endereços até mesmo por parte das empresas prestadoras de serviços como energia elétrica e água. Tal informação pode ser comprovada através das contas (Imagem 11), que foram fornecidas por um morador da Ilhinha.

Imagem 11: Comprovantes de endereços de um único imóvel

The image displays two utility bills side-by-side, both issued to the same customer, E. J. S. OLIVEIRA, with CPF/CNPJ: 329.920.683-49. The top bill is from CAEMA (Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão) for water and sewage services. It lists the address as R. 16, Número 00042 - Habitação A - Ilhinha, São Luís, MA, 65000-000. The bottom bill is from CEMAR (Companhia Energética do Maranhão) for electricity services. It lists the address as R. 16 42, São Francisco 65010 000, São Luís, MA. Both bills indicate a due date of 04/2017. The CAEMA bill includes a table of consumption and a bar chart of water usage history. The CEMAR bill includes a table of billing data and a table of electricity consumption.

Dados Cadastrais:		Dados da Medição:		Dados de Faturamento:	
Inscrição: 12-122-0107-0163-0178-000	Município: SÃO LUIS	Hidrômetro:	Data das Leituras	Consumo	Tarifa (R\$)
Categoria: RESIDENCIAL	Sub-Categoria: RESIDENCIAL	Consumo Medido: 0000000	Anterior: 0000000	Consumo Faturado: 000010	Valor (R\$)
Economias: R001	TARIFA CAEMA		Atual: 000010		
Economias: R001		Leituras		Valor (R\$)	
Dados p/ Entrega: 022-000012-000000543		Leitura Atual: 000000		20,84	
		Leitura Anterior: 000000		20,84	
		Média: 000010		20,84	
		Dias Consumo:			

Dados do cliente		Referente ao mês		Vencimento		Conta Contrato	
R. 16 42		04/2017		04/05/2017		915637	
SAO FRANCISCO 65010 000							
SAO LUIS MA							
CPF: 329.920.683-49							
Tipo de Tarifa: CONVENCIONAL MONOMIA							
Classificacao: Residencial Pleno - MONOFASICO							

Fonte: Gabriela Souza Martins, 2017.

Por meio da imagem, se evidencia que um mesmo imóvel praticamente pertence a duas localidades diferentes, pois como fica explícito através das fotos um único imóvel (casa) situado na Rua 16, Casa 42, parece pertencer tanto à Ilhinha, quanto ao São Francisco, o que só pode ser justificado pela imprecisão nas delimitações das áreas supracitadas. Todavia, pela localização da casa, ela de fato pertence a Ilhinha, visto que fica em frente à Avenida Ferreira Gullar, logo não tem como pertencer ao São Francisco, pois a distância é considerável.

Destarte, o determinante para solucionar o conflito de informações, nessa análise, de modo a não cometer equívocos no que tange aos contornos de cada localidade distintamente foi feito através do reconhecimento da área, pois assim ficaram perceptíveis as características físicas e socioeconômicas de cada uma.

Desta forma, a partir da análise do geógrafo João Batista Pacheco, evidenciou-se que na proximidade da área residencial do São Francisco, existem outras localidades inseridas nesse problema da delimitação espacial, para tanto é importante ressaltar que:

Onde começa ou termina segmentos como Ilhinha, Morrinho e outros no contexto espacial do bairro do São Francisco, é assunto polêmico. Há um choque entre diversas percepções (cada indivíduo tem um olhar ou uma identidade diferenciada), pois inclui a própria história e a individualidade de cada lugar, além da desconformidade natural em relação aos entendimentos dos órgãos gestores urbanos. A inexistência de uma divisão comum implica negativamente, além de prejuízos sociais, na própria contagem da população e na apuração qualitativa, que não seria confiável dado ao fato da inexistência de recortes socioespaciais que legitimem o bairro (PACHECO, 2017 p. 34, no prelo).

Fez-se necessário esse preâmbulo acerca da inexatidão da delimitação espacial da área em alusão, antes de iniciar com o histórico, pois é de suma importância fazer essa distinção entre o São Francisco e a Ilhinha, ficando claro que as localidades supracitadas são totalmente diferentes, embora estejam imbricadas em muitas relações.

5.1.1 Ilhinha: do processo histórico à sua consolidação

Para compor o histórico da Ilhinha foram de suma importância os estudos realizados por Pacheco (2001), informações obtidas com moradores que chegaram no início de processo de ocupação da área, bem como dados fornecidos pela Secretaria da Igreja de São Francisco de Assis, haja vista que existe situada na Rua da União a capela de Santo Antônio, sendo a sua matriz a citada igreja.

A Ilhinha, por estar localizada no setor Norte de São Luís, teve a sua gênese atrelada ao impulso dado por parte do Estado, à medida que este, através de obras de infraestrutura, a exemplo da construção da Ponte Governador José

Sarney sobre o Rio Anil, cujo objetivo era valorizar e incorporar novas áreas ao perímetro urbano da cidade, fato esse que concorreu para o surgimento do São Francisco e a partir dele o aparecimento de outras localidades, entre elas a Ilhinha.

Vale ressaltar que, segundo PACHECO (2001, p. 97):

A Ilhinha foi assentada sobre depósito tecnogênico dragado e, por sua vez, superposto aos depósitos de vasa, sem valor incorporador, apesar do referido aterro ter sido financiado pelo projeto PROMORAR com fins de construção de residências populares, iniciativa governamental que não logrou êxito, sendo os lotes, posteriormente, cadastrados em nome daqueles segmentos populacionais socioeconomicamente carentes do núcleo central do bairro, que já conviviam sob o efeito de seletividades sócio-espaciais, ou de pessoas oriundas de qualquer ponto da cidade.

Como se pode observar, devido às características físicas (alagadiça) dessa área, a mesma não despertou nenhum tipo de atrativo ao mercado da construção civil que já se desenvolvia, portanto, a construção das moradias ficava a cargo dos próprios moradores através da autoconstrução.

O processo histórico dessa área possui semelhanças com os de outras áreas de periferia de São Luís, marcado por muitos esforços em ocupar espaços de difícil acesso, pois a população que ali fora residir não contava com o mínimo de infraestrutura (água e energia elétrica), sendo esses serviços conquistados ao longo do processo de consolidação da localidade, a partir dos esforços coletivos dos moradores locais, o que pode ser exemplificado pela Vila Progresso (BANI, 2016).

Desse modo, ao longo da década de 1970, essa área fora ganhando contornos através de repetidos aterramentos realizados pelos primeiros moradores. O pioneirismo vem acompanhado de muito sacrifício, pois pelos relatos as primeiras casas erguidas foram derrubadas por policiais com motosserras, visto que por ser na época uma área alagadiça as moradias eram do tipo palafitas, “as poucas pessoas que no início habitavam o local enfrentavam o problema das enchentes das marés e para se deslocar as pessoas utilizavam embarcações como meio de transporte”. (IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS, 2017).

Como forma de evidenciar as dificuldades enfrentadas, faz-se necessário dizer que o sítio original era composto de áreas alagadas e uma parte de terra firme a “parte da campina (campo), que era extensa e sem árvores, e a parte da salina,

lugares onde houve maior resistência por parte dos moradores que voltavam para o local e começavam a fazer suas casas e reconstruir a sua história” (IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS, 2017), assim,

A Ilhinha fazia-se mais visível e testemunha nas áreas de vasa, aflorada principalmente com pontos intermitentes na baixa mar, cujos processos de aluviamento decorreram da ação combinada de forças de transporte e deposição pluviais e marinhas. Numa sequência de aterramento encabeçada pelos próprios moradores, contudo sujeita a uma ambiência de inundações e insalubridade, estendeu-se uma primeira viela serpenteada principalmente que depois seria a Rua da União (PACHECO, 2017, p. 39, no prelo).

Muitas ruas se seguiram a partir da Rua da União, que atualmente se configura uma das principais e concentra a maioria dos moradores mais antigos, existindo um acentuado número de comércio, bem como a capela de Santo Antônio, que teve papel importante para a consolidação da área, logicamente que segundo os seus próprios interesses.

No que tange à questão da iluminação e do abastecimento de água, fora outro desafio, sendo os primeiros postes de madeira trazidos pelos moradores, já para utilizarem água em suas casas dependiam diretamente do São Francisco, visto que precisavam se sacrificar num deslocamento diário até as ruas 6 e 7 da citada área residencial para com uso de baldes e outros recipientes coletarem água até suas casas, evidenciando desde o início uma relação de dependência com outras localidades, até mesmo para o uso de serviço essencial, uma vez que o Estado não dava o suporte necessário a essa população que se estabelecia as duras penas na área que é hoje a Ilhinha.

Segundo o Pároco da Igreja Católica do bairro do São Francisco, a população formou uma comissão para reivindicar uma solução para a questão do abastecimento de água, cuja alternativa encontrada pelo então gestor público que na época era o governador Edson Lobão, foi a construção de um chafariz, porém não fora acatada pelos representantes da comunidade, pois não solucionaria o problema.

Como se pode verificar o processo histórico permite uma visualização de que a área foi se produzindo a partir da iniciativa da população e pela necessidade de serem, de alguma maneira, inseridos no espaço urbano de São Luís. Sendo fruto

das lutas contínuas para obterem um mínimo de dignidade, uma vez que localidades desse padrão estão fora dos holofotes do Estado configurando-se “um lugar fora das ideias” (MARICATO, 2002, p. 122) dentro do planejamento urbano.

5.1.2 Ilhinha: zona entrave

Levando em consideração o processo de expansão da cidade de São Luís, seguindo uma tendência nacional de ocupação da orla marítima, o Estado por meio dos mecanismos legais de ordenamento territorial impulsionou a incorporação de novas áreas a capital maranhense. Dessa forma é salutar enfatizar que:

O plano de expansão para o desenvolvimento de São Luís de 1958 criou um desenho urbano na área compreendida entre o rio Anil e o mar, definindo cinco zonas que eram destinadas aos usos social, administrativo, comercial e residencial. Esse zoneamento proposto para ocupação do novo território já determinava a divisão em setores de acordo com a renda do indivíduo, pois criou zonas residenciais com as seguintes designações: “de luxo” e de “primeira classe”, que seriam destinadas àquelas camadas sociais com um alto poder aquisitivo. Essas zonas nobres ocupavam parte do território com vista para a orla marítima, onde atualmente se encontram os bairros da Ponta d’Areia e de São Marcos, enquanto as zonas residenciais de “segunda e terceira classes” ocupariam a parte mais central da área, que hoje é ocupada pelos bairros Renascença I e II. (MESQUITA, 1958 apud PEREIRA e JR, 2017, p. 987).

Nessa ordem, no final da década de 1969 e início de 1970 o Estado criou um aparato de infraestrutura através de grandes obras (já citadas), o que facilitou a ligação do Centro Histórico com futuro São Francisco e posteriormente as faixas litorâneas, que concorreu para “materializar a reprodução do espaço urbano e do capital” (FERREIRA, 2014, p. 52).

A estratégia do Estado em valorizar esses lotes provoca um deslocamento das pessoas com maior poder aquisitivo para tais áreas, culminando em criar contraditoriamente no solo urbano uma desvalorização do Centro Histórico e uma supervalorização de novas áreas residenciais, no caso específico voltado para o mercado de alto padrão. Dessa forma:

Contribuiu para um novo padrão comportamental na sociedade de São Luís, em que a classe com mais alto poder aquisitivo buscou ocupar áreas que possuíam características exclusivas locacionais e até mesmo de paisagens naturais, como a praia e a vista para o mar. Isso permitiu que ocorresse a valorização do solo urbano de determinados setores em relação aos outros, iniciando o processo de especulação imobiliária. (MESQUITA, 1958 apud PEREIRA e JR, 2017, p. 989).

A contradição dessa lógica é marcada pela materialização da Ilhinha fincada entre a tradição do passado do colonial expresso pela imponência dos casarios, atualmente abandonados em sua maioria pelos antigos donos, e a modernidade contemporânea dos arranha-céus da orla marítima da capital maranhense. Assim, se configurando como uma zona entrave, no setor de maior dinamismo, no que tange ao processo de produção do espaço. Muito embora, refletindo tipicamente o mosaico de uma cidade capitalista, onde na essência da produção do espaço têm-se lado a lado realidades contraditórias.

Portanto, se questiona: Pela forma como se configura atualmente a área residencial da Ilhinha, sufocada pelo crescimento do processo de verticalização de alto padrão, que encontra forças para sua plena expansão no setor Norte de São Luís, resistirá às investidas do capital imobiliário numa escala temporal futura?

5.1.3 A atual configuração socioespacial da Ilhinha

Passaremos agora a analisar os múltiplos aspectos que afloram na complexidade da área residencial da Ilhinha, elencando questões consideradas aqui importantes, através das quais darão suporte para pormenorizar as particularidades da atual situação da mesma, com o intento de trazer uma visualização para essa localidade que apesar do seu considerável tempo de existência, conforme fora apresentado anteriormente, bem como uma localização privilegiada, ainda se apresenta numa situação desfavorável frente o seu entorno.

A reflexão teórica desenvolvida ao longo desse capítulo acerca do fenômeno da segregação será um ponto de partida para evidenciar o conteúdo social produzido por seus agentes sociais, que veem demonstrando uma importante

forma de resistência e de determinação na conquista desse espaço tão contraditório e desigual.

Dessa forma, se partirá do pressuposto de que a Ilhinha sofre um processo de segregação, visto que os problemas inerentes a ela são inúmeros e os direitos da sua população são diuturnamente negados, por isso se concorda que esse processo “é o negativo a cidade e da vida urbana” (CARLOS, 2013, p. 96), cuja constatação será evidenciada à medida que a discussão evoluir.

Atualmente, segundo dados do IBGE (2010), a sua população é constituída por 6.901 habitantes, cuja composição no que se refere à naturalidade é bem diversificada, todavia com o predomínio de pessoas do interior do estado, principalmente dos municípios da Microrregião da Baixada Maranhense, especificamente dos municípios de Alcântara, São João Batista, Peri-Mirim, Cajari, São Bento, São João, Pinheiro e São João Batista. Todavia, e mesmo após mais de uma década da análise feita por Martins (2004), ainda permanecem os movimentos migratórios em direção a essa localidade.

Os motivos para esse processo migratório são vários, entre os quais estão: melhores condições empregatícias, haja vista que nos seus municípios de origem não há campo de trabalho suficiente para atender a demanda crescente. Outro fator de mudança se refere à questão educacional, tanto para adentrar em escolas da Educação Básica, quanto no Ensino Superior, sendo esse último um diferencial que não havia sido registrado por Martins (2004), revelando uma preocupação no crescimento intelectual, bem com a qualificação profissional. Entretanto, o nível de escolaridade da população ainda é baixo, conforme fica expresso no mapa 2.

A Ilhinha devido às suas características socioespaciais e por ser uma área de ocupação irregular pode ser identificada como sendo um aglomerado subnormal. Este, de acordo com (IBGE *apud* IPEA, 2012, p. 9) é

um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação dos aglomerados subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios:

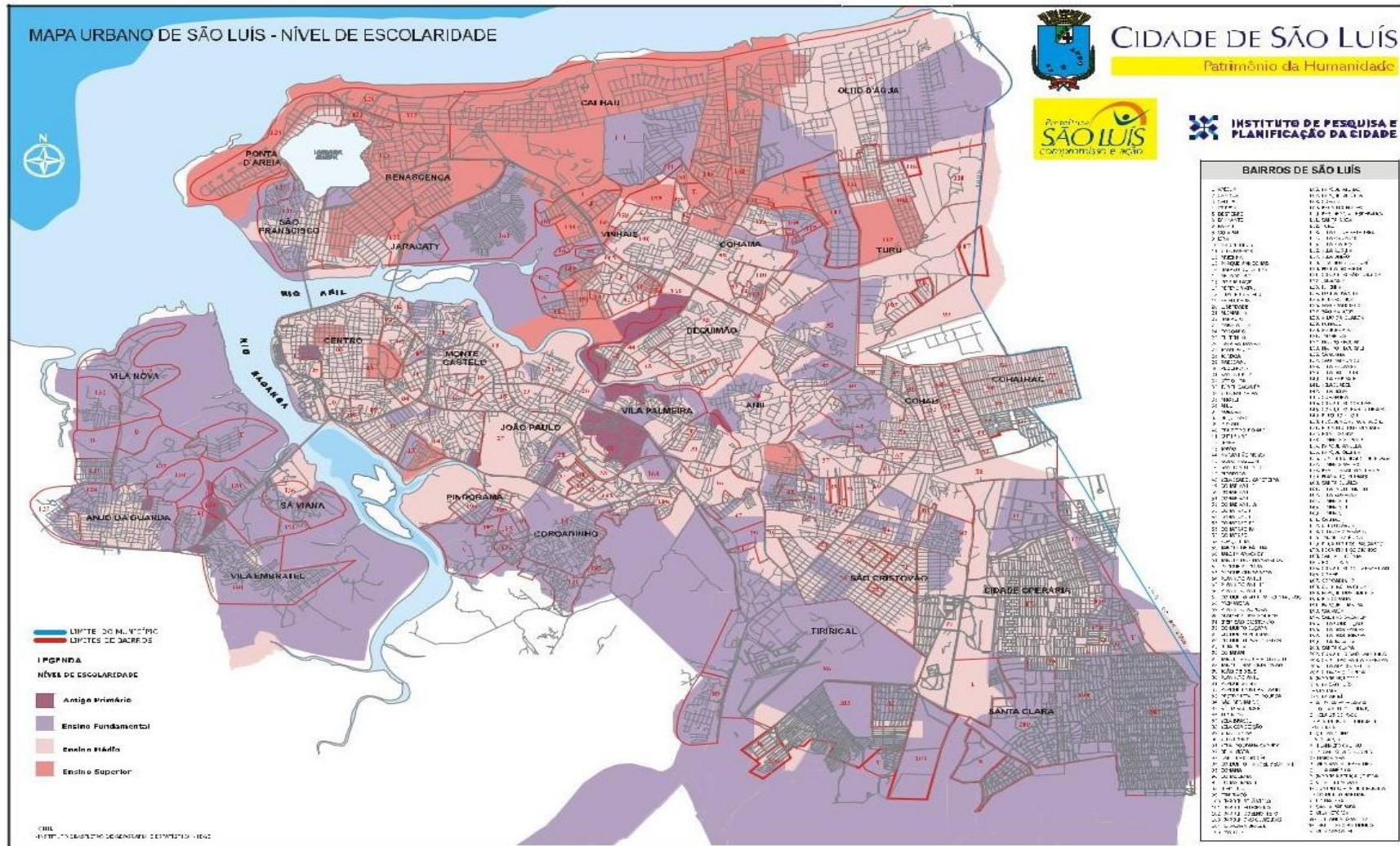
a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há 10 anos ou menos); e

b) Possuírem pelo menos uma das seguintes características:

- Urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou
- Precariedade de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).

A Ilhinha se encaixa em muitas das características pertinentes aos aglomerados subnormais. No que tange à questão da regularização das propriedades fora identificado que maioria dos imóveis se encontram em situação irregular, pois não possuem títulos de propriedade (principalmente em áreas de domínio da União), esse problema fora alvo de reclamação na última iniciativa por parte do Estado, via Ministério Público (Anexo 1), para fazer o levantamento das principais demandas da população acerca da área.

Imagem 12: Mapa 2 - Nível de Escolaridade.



Fonte: São Luís, 2006.

A imagem 13 (a fotografia da esquerda é uma área na Avenida Ferreira Goulart, já a imagem da direita é referente à Travessa Roseana Sarney) evidencia, na área, alguns dos aspectos da subnormalidade exposta pelo IBGE, como: a irregularidade das vias de circulação é uma característica marcante em toda área, onde as ruas são estreitas e de alinhamento irregular, existindo algumas que não passam dois carros ao mesmo tempo em sentido contrário, sendo uma marca do processo de ocupação desordenada; além disso, ainda existem ruas sem pavimentação, mesmo que em número reduzido, pois por motivos eleitoreiros quase toda área recebeu cobertura asfáltica no ano de 2016 em virtude das eleições, fato esse que aconteceu na maioria das áreas periféricas da capital maranhense. Assim, se tem as velhas práticas para obtenção de votos sendo reproduzidas.

Imagem 13: Aspectos de subnormalidade na Ilhinha



Fonte: Gabriela Souza Martins, 2017.

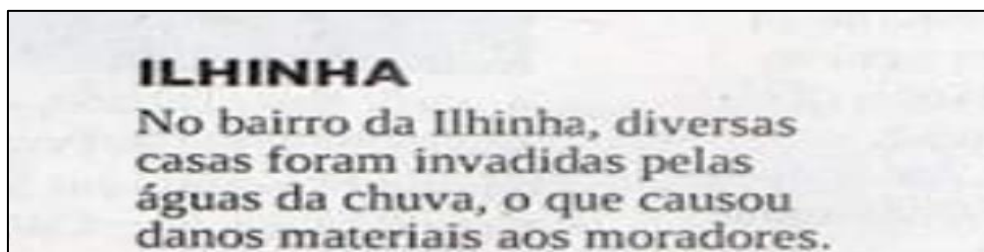
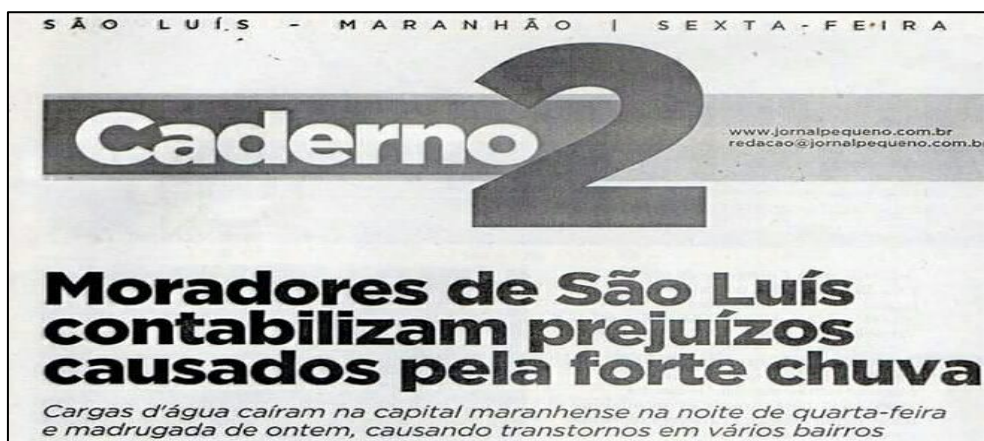
Mesmo que tenha havido uma “preocupação” na pavimentação das ruas, os problemas relacionados à drenagem das águas pluviais perduram, pois as ruas

localizadas nas partes mais baixas sofrem constantes alagamentos nos períodos mais chuvosos, onde se pode perceber a preocupação por parte dos moradores em construir calçadas bem altas para evitar que suas casas não fiquem alagadas durante os períodos chuvosos.

Apesar dos esforços individuais para minimizar tal problema, em março de 2017 devido ao aumento substancial do índice pluviométrico (Imagem 14) os alagamentos foram impossíveis de serem contidos contabilizando vários prejuízos materiais para a população, visto que perderam móveis e eletrodomésticos, pois muitas casas ficaram inundadas. Segundo relatos de moradores, esses tiveram que sair durante a intensa chuva para recolher sacolas de lixos que boiavam e que por esse motivo entupiu a única galeria existente na rua; isso demonstra ineficácia do serviço de drenagem da localidade, o que contribui substancialmente para os problemas de alagamento, somado ao acúmulo de resíduos que ficam depositados nos contêineres a céu aberto esperando o dia para serem recolhidos pelo sistema público de limpeza.

Como forma de expressar a sua insatisfação e cobrar das autoridades as pessoas mais prejudicadas com o ocorrido puseram o que sobrou na rua e atearam fogo como forma de protesto, visto que já reivindicam há muito tempo junto aos órgãos competentes a solução desse problema, muito embora até hoje não fora resolvido, pois o poder público não cumpriu com seu papel.

Imagem 14: Prejuízos por alagamentos na Ilhinha.



Moradores da Ilhinha depositam móveis danificados em contêiner na Avenida Ferreira Gullar

Fonte: Jornal Pequeno, 03 de março de 2017.

A respeito da precariedade de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo e rede de esgoto), que também se caracteriza como um aspecto de subnormalidade é outro agravante que compromete a qualidade de vida da população, pois na maioria das ruas não há uma coleta de lixo diariamente, portanto os moradores precisam se deslocar até a Avenida Ferreira Gullar para levar os resíduos domésticos a fim de que sejam depositados em vários containers

distribuídos ao longo da via (imagem 15), para uma posterior coleta por parte da empresa responsável; os depósitos por não terem capacidade suficiente de armazenamento terminam transbordando e ocasionando riscos de contaminação para a população através de animais vetores. Esse aspecto contribui de forma significativa para um déficit na qualidade de vida desses moradores, evidenciando problemas crônicos existentes nos centros urbanos, que são intensificados nas áreas onde prevalecem pessoas de baixo *status* social.

Imagem 15: Irregularidade das vias de circulação e deficiência de serviços de essenciais



Fonte: Gabriela Souza Martins, 2017.

No que tange a aspectos relacionados aos setores da saúde e educação os problemas ainda são crônicos. Em relação ao primeiro, depois de anos de reivindicação a população foi beneficiada com a instalação do Socorrinho II (UPA - Unidade de Pronto Atendimento Frei Antonio Sinibaldi), no ano de 2008 na gestão do Prefeito Tadeu Palácio, porém essa unidade de saúde foi construída para atender

toda a demanda da área do São Francisco e adjacências, com o intuito de diminuir a demanda nos hospitais de maior porte, a exemplo o Djalma Marques (Socorrão I).

No entanto, o problema no âmbito da saúde permanece, visto que a população continua desassistida, devido à grande demanda, assim como na falta de aparelhagem adequada para o atendimento de vários procedimentos. A reclamação por parte dos moradores permanece e quando o problema de saúde é muito grave, os mesmos precisam recorrer aos hospitais do centro da cidade de São Luís, que também padecem com o descaso por parte do poder público e a superlotação.

Referente a tal problemática é válido enfatizar que, em 2013 a Promotoria Itinerante passou 90 dias na Ilhinha e esta questão foi amplamente enfatizada pela população, conforme fica exposto:

A primeira moradora do bairro a se manifestar no evento foi a senhora Maria Benedita da Silva. Ela reclamou da ausência de atendimento médico no Socorrinho do bairro. "Passei mal outro dia e nenhum médico me atendeu, alegando que estão sem receber salários há três meses. Fiquei uma hora sentada me tremendo, esperando em vão". (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, 2017).

Ainda acerca das demandas reclamadas pelos moradores da área em estudo, foram enfáticos a respeito da violência, a exemplos de tráfico de drogas, roubos, furtos, entre outros. A pesquisa (Apêndice 1) permitiu também fazer essa identificação, no entanto, os relatos suscitaram um fato curioso, qual seja a existência de um acordo, cuja ordem partiu da facção que domina a área através do crime organizado, o chamado "Bonde dos 40". O intento desse acordo era para que a Ilhinha não ficasse sendo alvo de incursões policiais. Para muitos foi bom, principalmente para os comerciantes locais, visto que segundo eles diminuíram significativamente os roubos na área. Tal prática se assemelha às realidades de outras cidades do país onde o crime impera como o caso do Rio de Janeiro. O registro desse acordo (imagem 16) fora encontrado na localidade, porém tendo a leitura comprometida, visto que estava rasgado, entretanto se pode identificar na sua estrutura parte das ordens dada.

Imagem 16: O Acordo do “Bonde dos 40”



Fonte: Gabriela Souza Martins, 2017.

É pertinente salientar que, segundo informações da Polícia Militar (PM), que desde o ano de 2014 até o primeiro semestre de 2017 o número de ocorrências registradas nessa localidade vem decrescendo, tendo em 2014 um total de 24 ocorrências, em 2015 com um significativo decréscimo só foram feitos 8 registros, em 2016 praticamente manteve o número do ano anterior, com uma pequena diferença, de uma ocorrência. Considerando que as informações fornecidas referentes ao ano de 2017 são apenas do primeiro semestre, o número não é muito expressivo, com apenas 2 casos. Não sendo aqui possível relatar quais os tipos de atos delituosos, por sigilo da própria corporação.

Então, através desses números é perceptível a diminuição dos crimes ocorridos na área, de acordo com os relatos a facção citada anteriormente tem exercido o domínio na localidade e garantido a “paz”, que para parte dos moradores é satisfatória e para outros não, pois paira a sensação de insegurança. Dessa forma, se estabelece um poder paralelo⁷ ao poder do Estado, portanto uma espécie de “Estado Paralelo”, visto que este age com a função análoga ao Estado oficial,

⁷ [...] que opera, milita, funciona, trabalha colateralmente a outra atividade, instituição etc. de mesma natureza, mas de existência oficial (diz-se de coletividade, grupo, organismo, instituição, atividade etc). (HOUAISS, 2018).

estabelecendo domínio a margem legalidade. Tal organização ganha forças devido a inoperância e negligência de direitos por parte do Estado.

A desassistência a essa população não fica restrita somente às questões que já foram citadas; a negação é maior ainda, quando se trata da mobilidade urbana, haja vista que os moradores para se deslocar ao trabalho ou qualquer outro lugar da cidade precisam ir até a Avenida Castelo Branco que fica localizada no São Francisco, pois não há nenhum tipo de transporte público circulando nessa área.

Os espaços públicos destinados ao lazer praticamente são inexistentes. Portanto, nos finais de semana para se divertirem os moradores precisam se deslocar às áreas mais próximas, que possuem uma atenção maior por parte do Estado, como é o caso da Ponta d'Areia, pois nesta existe o Parque da Lagoa da Jansen e o mais novo cartão postal de São Luís, o "Espigão Costeiro", assim como vão também à praia que se localiza bem próximo da área.

Todos esses problemas foram identificados há mais de uma década por Martins (2004), conforme se pode observar pela análise desenvolvida acima ainda perduram e parecem longe de serem solucionados, revelando a negligência por parte do Estado para com a população dessa área, que mesmo frente a tantas dificuldades expressa uma satisfação em morar na Ilhinha demonstrando subjetivamente um sentimento de pertencimento. Para evidenciar esse fato utiliza-se a fala de alguns moradores expressando o significado de morar na Ilhinha:

"Morar na Ilhinha para mim é um orgulho, pois estou perto de tudo e inclusive do centro" (Morador 1).

"Gosto muito de morar aqui, tenho amigos e familiares que também vivem aqui, para melhorar ainda mais, precisa só ter locais para nossa diversão, pois o único lugar que temos para o lazer aqui no bairro é aquele terreno que foi transformado em um campo pela população" (Morador 2).

Então, a partir do que foi dito pelos moradores o "querer ficar", "o pertencer" são sentimentos fortes e necessários para que essas pessoas permaneçam e garantam o seu acesso ao solo urbano. Pelos motivos expostos acima se refere a Ilhinha como sinônimo de resistência no setor Norte de São Luís,

pois mesmo com tantos problemas e com o avanço hegemônico do capital imobiliário em todo seu entorno, que reflete na lógica urbana a busca pelo domínio do espaço. Sendo este aspecto da prática social definido pelo “modo como os indivíduos ou grupos poderosos dominam a organização e a produção do espaço mediante recursos legais ou extraleais, a fim de exercerem um maior grau de controle” (HARVEY, 1992, p. 202).

Mesmo que notoriamente este domínio seja expresso nas transformações ocorridas nessa área, ainda assim a população da Ilhinha vem ao longo do seu processo histórico, com todos os problemas que são materializados nos mais de quarenta anos de existência, rechaçar toda a negligência que lhe é imposta pelo Estado. Assim, se pode dizer que essa população, conforme Harvey (1992, p. 196), vem em seu processo de consolidação espacial criando mecanismos “particulares de resistência e liberdade – ‘heterotopias’ – diante de um mundo de outra maneira repressor”.

Todavia, muito precisa ser alcançado para que se viva com dignidade nesse espaço, para saírem da invisibilidade. No sentido de suas vozes ganharem mais notoriedade é indispensável estabelecer formas de organização. Para isso é indispensável que a população crie mecanismos de unidade, pois nesse prisma “quaisquer que sejam as diferenças que existam, é preciso ser um só, um conjunto, para realizar um dado objetivo” (CABRAL, 1974, p. 3). Portanto, é através da unidade que as forças serão consolidadas para que de fato a população fomente a participação efetiva na conquista de direitos que lhes são essenciais para o pleno exercício da cidadania.

Para tanto, nesse contexto, indiscutivelmente as associações de moradores, quando bem representadas, são legitimamente um forte instrumento de luta⁸, ou seja, um “contra movimento”, cujo objetivo maior deve ser em exigir e reivindicar junto ao Poder Público e Órgãos competentes todas as demandas da população de uma área residencial. No entanto, atualmente isso se configura como um dos percalços que os residentes da Ilhinha enfrentam, visto que inexistem

⁸ É condição normal de todas as realidades em movimento. Em tudo aquilo que se move, que existe, se quiserem, porque tudo o que existe está em movimento, há sempre uma luta. Há forças contrárias que agem umas contra outras. A cada força agindo num sentido corresponde uma outra força agindo em sentido contrário. (CABRAL, 1974, p. 103).

associação de moradores na área, logo há uma fragmentação da força, ainda assim existem estancos movimentos reivindicatórios, porém para que as aspirações dessa população sejam supridas faço minha as palavras de Almícar Cabral (1974, p. 6), “quanto mais gente se unir, quanto mais unidos estivermos, nós correspondemos àquilo que todo o mundo sabe e que é: a união faz a força”. Portanto, precisam estar imbuídos de um sentimento coletivo em prol do bem comum.

Frente a tudo que foi exposto ao longo da análise, se percebe que há muitos degraus a serem alcançados por essa população para que se tenha uma melhor qualidade de vida e que de fato exerçam a sua cidadania.

Portanto, para mostrar os dois lados da moeda de uma cidade capitalista, o próximo capítulo destacará a produção do espaço a partir da lógica da acumulação capitalista, onde a condição do solo passa a ser uma mercadoria de altíssimo valor e será expressa em sua magnitude, através da atual conformação espacial da Ponta d’Areia. Assim, se configura a cidade de São Luís que é dialeticamente moderna e contraditória, onde as desigualdades se materializam lado a lado.

6 “PENÍNSULA”⁹ DA PONTA D’AREIA: sinônimo de “morar bem” na cidade de São Luís

6.1 Reflexões sobre a “cidade moderna”

O paradoxo se estabelece, as desigualdades e os conflitos afloram, a cidade de São Luís reflete o moderno e o contraditório convivendo lado a lado, assim se evidencia uma dualização expressa pela combinação perfeita entre o “progresso” e a exclusão demonstrada através do recorte temático pretendido ao longo desse estudo, uma vez que em se tratando de uma realidade que segue uma lógica capitalista, não poderia ser expressa de outra forma, pois tal justaposição é característica marcante desse sistema desigual e a “cidade ideal” é abstrata.

Ao se abordar a questão da modernidade, é indiscutível que concordemos com David Harvey em sua obra intitulada *Condição Pós-Moderna*, cuja análise remete não só às questões estéticas dos ambientes, com sua imponência, todavia permite ir mais além e entender que:

Ser moderno é encontrar-se num ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, transformação de si e do mundo – e, ao mesmo tempo, que ameaça destruir tudo que temos, tudo o que sabemos, tudo que somos. Os ambientes e experiências modernos cruzam todas as fronteiras da geografia e da etnicidade, da classe e da nacionalidade, da religião e da ideologia; nesse sentido pode-se dizer que a modernidade une a humanidade. Mas trata-se de uma unidade paradoxal, uma unidade da desunidade; ela nos arroja num redemoinho de perpétua desintegração e renovação, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. (HARVEY, 1992, p. 21).

Desta forma, a dialética da questão da modernidade se materializa através da fragmentação territorial do tecido urbano, bem como na produção desigual do espaço, cujo enfoque será direcionado a partir desse ponto para uma

⁹ Convém ressaltar que o termo península está entre aspas porque ‘foi adotado de forma pioneira e visionária em 2004 pelo empresário Francisco Rocha da imobiliária Francisco Rocha, como estratégia de marketing para vender empreendimentos imobiliários nesta área da Ponta d’Areia. Condições como a posição da localidade em relação ao mar associada ao acesso único pela Avenida dos Holandeses facilitou a propagação da utilização’ (RIBEIRO, 2013, p. 78). Isso implica que o referido termo está sendo utilizado de forma imprópria já que não é uma península geográfica e sim algo criado pelo capital/mercado imobiliário. (FERREIRA, 2014, p. 106).

discussão da realidade da área residencial da Ponta d'Areia, um espaço de hegemonização do capital imobiliário, que atualmente se impõe como um dos símbolos de modernidade, requinte e seletividade existentes na capital maranhense, de modo a evidenciar as complexidades da dinâmica socioespacial da localidade em questão.

No interior do espaço urbano a modernidade e o requinte são aspectos que ficam restritos a poucos, pois num contexto geral o que de fato impera é um cenário de desigualdade, exclusão e de privilégios pontuais principalmente no que tange a investimentos públicos, visto que a concentração de infraestrutura e equipamentos urbanos coletivos favorece, principalmente, apenas uma parcela da população localizada na cidade hegemônica, ou na cidade dita “legal”, aos olhos dos planejadores urbanos do Estado.

Destarte, o Estado combina investimentos públicos em favor dos interesses privados proporcionando condições favoráveis para atuação do mercado imobiliário capitalista e paralelamente amplia o abismo da exclusão social uma vez que sua dinâmica de atuação acontece de maneira desigual, assim, materializam as contradições, que são alargadas pelo processo de produção e valorização de alguns lugares nas cidades, em detrimento de outros, o que não acontece de maneira aleatória e sim é uma estratégia.

Indiscutivelmente, o Estado no bojo da questão da modernização é um mecanismo parcial na sua forma de ação, pois representa interesses dos capitalistas individuais, logo do capital em si, de forma a permitir o movimento de reprodução através da expansão, circulação e acumulação do mesmo.

Assim, se pode de dizer que o Estado é mediador do capital, pois garante funcionalmente a reprodução econômica do capital, permitindo que esse estabeleça o “domínio do espaço” (HARVEY, 1992, p. 207), garantindo a sua articulação e controle na dinâmica urbana, num movimento de fluidez.

No meio urbano o discurso da modernização é perfeitamente cabível, para que o Estado mediante a instalação de certas infraestruturas físicas no espaço beneficie áreas estratégicas, que possam assegurar vantagens de reprodução do

capital, reproduzindo a lógica capitalista através da diferenciação de áreas com a valorização de áreas hegemônicas.

Com efeito, esses lugares “não apenas devem utilizar suas presentes vantagens comparativas, como criar novas, para atrair atividades promissoras de emprego e de riqueza” (SANTOS, 2006, p. 269); dessa forma tais localidades se tornam atrativas para o ciclo da reprodução ampliada do capital dentro do processo de acumulação, visto que garantem através de fortes investimentos tanto públicos, quanto privados um retorno seguro do capital investido, sendo este entendido como “um processo em que o dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro” (HARVEY, 2011, p. 41), através da produção de mercadorias.

Assim, na lógica da multiplicação desenfreada pela aquisição de lucros estratosféricos entra em voga o que Harvey (1992, p. 209), em sua obra *Condição Pós-Moderna*, chama de “tempo de giro de capital”, pois,

Quanto mais rápida a recuperação do capital posto em circulação, tanto maior o lucro obtido. As definições de “organização espacial eficiente” e de “tempo de giro socialmente necessário” são formas fundamentais que servem de medida à busca do lucro.

Esse raciocínio da acumulação e multiplicação do capital, de acordo com Ribeiro (2015, p. 85), em sua reflexão acerca da produção espacial na cidade do Rio de Janeiro, pode ser explicado da seguinte forma:

O capital dinheiro (D) é inicialmente transformado em capital mercadoria (M) constituído dos meios de produção e da força de trabalho necessários ao processo produtivo. A utilização combinada e planejada destas mercadorias no processo produtivo (P) terá como resultado um novo capital-mercadoria (M') cujo valor é superior ao inicialmente (M). Esta diferença deve-se à mais-valia criada durante o processo produtivo, o que é possível na medida em que o valor pago a força de trabalho na forma de salário é inferior ao valor por ele adicionado ao capital existente.

Logo, o capital e sua reprodução ampliada é o imperativo na produção capitalista do espaço, de modo a compreender que a produção do espaço urbano no âmbito do mercado imobiliário “tornou-se ao longo do tempo mais estreitamente ligada a acumulação do capital, até o ponto em que é difícil distinguir uma da outra” (HARVEY, 2011, p. 122), tornando a moradia, que é uma necessidade humana, uma fonte quase que inesgotável de obtenção de lucros para os capitalistas produtores

do espaço. Esses agentes sociais são responsáveis por criarem nas cidades “produtos diferenciados” para serem consumidos, sendo estes carregados de simbolismo, pois,

A utilidade da moradia enquanto unidade central de consumo não é apenas definida pelas suas características internas enquanto objeto construído. Seu valor de uso é também determinado pela articulação com o sistema espacial de objetos imobiliários que compõem o valor de uso complexo representado pelo espaço urbano. O que é vendido não são apenas “quatro muros”, mas também um “ticket” para o uso deste sistema de objetos e de “appartenance” à estratificação social representada pela divisão social e simbólica do espaço (RIBEIRO, 2015, p. 81).

Nesse contexto, o acesso da maioria da população citadina fica restrito, visto que os espaços são produzidos especificamente a um público abastado financeiramente, que terá condições de pagar por todo o aparato que o mercado imobiliário disponibiliza, desse modo poderão “fugir” de todos os infortúnios e dos inconvenientes existentes nas cidades, através das fortificações que são construídas para assegurar um ambiente de estrita segurança, apontado como sendo a saída para o caos instaurado nos centros urbanos, sendo esse problema entendido aqui como uma consequência das desigualdades impostas por um sistema opressor e excludente.

A representação da produção do espaço revela uma dualização, que pode ser considerada um indicador de uma sociedade hierarquizada e dividida em classes sociais distintas, ou como enfatiza Bauman (2015, p. 22), é um “retrato de dois mundos”, onde a atuação do mercado imobiliário favorece e amplia no espaço urbano a separação cada vez mais precisa desse processo de distanciamento das pessoas ou até mesmo uma ruptura quase que total, de acordo com o nível social.

Dessa maneira, se tem uma diferenciação veiculada à questão do *status* social, assim os “iguais” financeiramente tendem a procurar lugares que forneçam condições favoráveis e que os mantenham “isolados daqueles percebidos como diferentes” (CALDEIRA, 2000, p. 212). Assim, o setor imobiliário encontra uma clientela disposta a pagar vultosas quantias para manter-se “tanto geográfica quanto socialmente a distância – quanto mais longe melhor – de ‘outras pessoas’ em particular dos pobres” (BAUMAN, 2015, p. 23), ficando isoladas nos intramuros dos

condomínios¹⁰, que se multiplicam nas mais diferentes cidades do mundo contemporâneo.

Com efeito, essas áreas das cidades fornecem a falsa impressão de homogeneidade e maximizam uma ruptura espacial denominada por Vasconcelos (2013, p. 27), de autossegregação, sendo essa,

Resultado de uma decisão voluntária de reunir grupos socialmente homogêneos, cujo melhor exemplo é o de loteamentos e condomínios fechados, com suas entradas restritas, muros e sistemas de segurança. É uma forma radical de agrupamento residencial defensivo que procura juntar os semelhantes e excluir os diferentes e impedir o acesso aos indesejáveis.

Nesse contexto, surgem nas cidades as chamadas “ilhas de primeiro mundo”, espaços seletivos destinados a quem realmente pode pagar por eles, transformando o solo urbano em uma mercadoria de altíssimo valor com retorno seguro de lucros vultosos ao grande capital imobiliário; situação essa que se apresenta repetidamente em várias realidades mundo a fora, através de edifícios modernos arquitetonicamente que demonstram imponência, frente a uma realidade urbana, cuja densidade populacional é crescente e as oportunidades não são acessíveis a todos igualmente, portanto fazendo gerar um quadro de insegurança e medo constantes. Assim, “como proposta do mercado, o condomínio fechado é uma “solução blindada”, pois a violência e o caos permanecem na cidade, aumentando as desigualdades de vida entre os cidadãos” (BURNETT, 2011, p. 52).

Dessa forma, surge a oportunidade necessária para a multiplicação de empreendimentos imobiliários denominados por Caldeira (2000) como “enclaves fortificados¹¹”, ao analisar a realidade de São Paulo, cujos maiores beneficiários

¹⁰ Esse é um tipo de empreendimento de múltiplas residências, sobretudo edifícios, invariavelmente fortificados, com entradas controladas por sistemas de segurança, normalmente ocupando um grande terreno com áreas verdes e incluindo todo tipo de instalações para uso coletivo (CALDEIRA, 2000, p. 243).

¹¹ Os enclaves fortificados incluem conjuntos de escritórios, shopping centers, e cada vez mais outros espaços que têm sido adaptados para se conformarem a esse modelo, como escolas, hospitais, centros de lazer e parques temáticos. Todos os tipos de enclaves fortificados partilham algumas características básicas. São propriedades privadas para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança, que impõem as regras de inclusão e exclusão. São flexíveis: devido ao seu tamanho, às novas tecnologias de comunicação, independentes do seu entorno, que podem ser situados praticamente em qualquer lugar (CALDEIRA, 2000, p. 258).

economicamente serão as construtoras e incorporadoras, visto que os empreendimentos em sua maioria são construções de luxo voltadas para uma classe financeiramente abastada, que tem como arcar com os altíssimos preços cobrados por uma unidade habitacional, sendo pagos através de financiamentos, cuja

Consequência é que o valor da moradia somente pode ser realizado (ou seja, transformação do capital-mercadoria em capital dinheiro) na medida do seu consumo, isto é, a comercialização da moradia deve realizar-se necessariamente ao longo de um largo período de tempo (RIBEIRO, 2015, p. 90).

Nesse processo, vários são os agentes envolvidos, entretanto o reconhecimento jurídico do incorporador reforçou o seu papel enquanto agente capaz de produzir mudanças profundas na estrutura interna das cidades (RAMIRES, 1998, p. 102), sendo fundamental, pois é ele que exerce sua ação “comprando o terreno e detendo o financiamento para a construção e comercialização, decide o processo de produção, no que diz respeito às características arquitetônicas, econômico-financeiras e locacionais” (RIBEIRO, 2015, p. 94). Sendo assim, segundo o mesmo autor ele é indispensável para todo o processo de produção e circulação da peça imobiliária, visto que permitirá “a transformação de um capital-dinheiro em terreno e edificações” (RIBEIRO, 2015, p. 96).

Com efeito, na análise acerca desse agente na capital maranhense Ferreira (2014, p. 101), revela que,

A intenção dessas incorporadoras/ mercado imobiliário é, portanto, selecionar e otimizar a produção do espaço em áreas nobres e a estratégia é a verticalização, o que reflete um processo de escala mundial, nacional e local que está em pleno desenvolvimento

Nesse contexto, esse agente social prioriza a escolha por áreas privilegiadas das cidades, em que geralmente ocupam lotes dotados por belezas naturais, a exemplo de áreas litorâneas e áreas de floresta; com efeito, David Harvey, enfatiza que “o monopólio dado pela singularidade da localização é tão poderoso como qualquer outro tipo de marca do mercado [...]” (HARVEY, 2011, p. 136).

Essas localidades caracterizam-se por serem afastadas o máximo possível do tumulto e agitação típica das grandes cidades, caso o afastamento não seja possível pela distância, elas se “protegerão” no interior dos muros que as circundam. Tornando assim, os empreendimentos a serem construídos mais valorizados tanto pelas amenidades naturais como pelo padrão arquitetônico moderno com fachadas imponentes e um conjunto de itens que garantirá conforto e segurança aos moradores que conseguem pagar por um imóvel requintado, “seguro”, carregado de simbolismo massificado pela propaganda, que evidencia a singularidade do novo estilo de vida e dessa forma é assegurado o retorno do capital investido.

As propagandas desse novo modelo de moradia são ideologicamente pensadas para que os futuros moradores se sintam realmente “diferenciados”, “privilegiados” e até mesmo “melhores” dos demais que não poderão ter acesso a esse “novo estilo de vida” que é vendido. A exemplo, tem-se o anúncio do Edifício Murano, localizado na Ponta d’Areia, da construtora Mota Machado, cujo título é “Exclusividade é Tudo”, seguido do seguinte texto:

Uma encantadora ilha secular, um arquipélago natural, fascinante e cheio de vida. A ilha de **Murano** é a inventora do cristal aventurine e chegou a ser a maior produtora da Europa. É referência na fabricação de preciosidades que buscam refletir todo o esplendor clássico da nobreza italiana.

Desse cenário surpreendente nasce a inspiração do **Edifício Murano, um reflexo do seu estilo único e exclusivo.**

Beleza é se refletir num lugar único, feito exclusivamente para você.

O **Edifício Murano** foi idealizado pela **Mota Machado** para **refletir você. Suas conquistas, desejos, sonhos e realizações. Porque exclusividade é tudo. É ser privilegiado. É sentir-se único em um lugar que foi feito para você.**

Localização:

A **Península da Ponta d’Areia** é um lugar fascinante, carregado de inspiração por todos os lados. É um local que se valoriza pela beleza e a proximidade de várias opções de lazer e comodidade. **Morar aqui é se sentir único e privilegiado. É ser feliz o tempo todo.**

A beleza começa bem antes de entrar. Não perca tempo. **Há um mundo que você sempre desejou à sua espera.** (MOTA MACHADO, acesso: 5 de out. 2017, grifo nosso).

Como se pode perceber, o texto acima inicia fazendo alusão a um determinado cristal encontrado na Europa, que é considerada “o berço da civilização mundial”, de modo a despertar no cliente a sensação de que poderá adquirir um bem de inestimado valor. Ao longo do anúncio é enfatizado por várias vezes a singularidade e a exclusividade, através de um suposto “estilo único” na forma de

morar, remetendo a uma maneira de pensar, como se morar num lugar como esses fosse trazer nas pessoas uma condição de superioridade e diferenciação de ante dos demais cidadãos, que não terão acesso a esse espaço haja vista que os valores cobrados são altíssimos e dessa forma fica restrito a uma minoria.

Partindo desse prisma, é salutar destacar que:

Esse “novo conceito de moradia” articula cinco elementos básicos: segurança, isolamento, homogeneidade social, equipamentos e serviços. A imagem que confere o maior status (e é mais sedutora) é a residência enclausurada, fortificada e isolada, um ambiente seguro no qual alguém pode usar vários equipamentos e serviços e viver só com pessoas percebidas como iguais. Os anúncios apresentam a imagem de ilhas para as quais se pode retornar todos os dias para escapar da cidade e para encontrar um mundo exclusivo de prazer entre os iguais. Os enclaves são, portanto opostos à cidade, representada como um mundo deteriorado no qual há, apenas poluição e barulho, mas, o que é mais importante, confusão e mistura, isto é, heterogeneidade social (CALDEIRA, 2000, p. 265).

Nessa lógica a modernidade desnudada através de um novo conceito de moradia, que ganha força e expressividade através do processo de verticalização que cada vez mais se intensifica, visto que é uma realidade presente nas mais diversas localidades, estando ligado intimamente ao crescimento das cidades e a demanda por áreas no tecido urbano, assim é garantido em pequenas e médias porções do espaço urbano a construção de edificações com várias unidades habitacionais “[...] possibilitando, pois o abrigo em local determinado de maiores contingentes populacionais do que seria possível admitir em habitações horizontais [...]” (MACEDO 1987 *apud* RAMIRES E GOMES, 2002, p. 93).

Tal processo traz consigo modificações morfológicas nas cidades, assim como muda radicalmente a forma como se produz o espaço, bem como garante os interesses econômicos dos vários agentes produtores do espaço envolvidos. Sendo que, “essa nova forma de morar – o Edifício¹² – transformou e continua transformando o espaço urbano de muitas cidades brasileiras sejam essas cidades grandes metrópoles, centros urbanos regionais ou cidades médias” (RAMIRES; GOMES, 2002, p. 91).

¹² É entendido como produto de um processo produtivo, e a arquitetura, em consequência, como a construção da “natureza histórica” (FOLIN, 1997, p. 76). Essa construção encontra seu horizonte no próprio interior do processo produtivo. (SOUZA, 1994, p. 87).

Esse processo não deve ser encarado como simplesmente a construção de vários edifícios, pois se deve levar em conta, que o mesmo está atrelado à acumulação/reprodução do capital. Assim, se realça que verticalização¹³ contribui para mudança brusca dos lugares e que os luxuosos edifícios passam a desempenhar uma multiplicidade de funções, não se restringindo somente a questão da moradia.

Com efeito, se evidencia o aprimoramento da técnica, bem como o desenvolvimento da tecnologia no ramo da construção civil, o que possibilitou uma diminuição no tempo da construção das edificações, assim como a rápida modificação da paisagem urbana proporcionada através da multiplicação de condomínios verticais. Portanto,

A verticalização representa uma revolução na forma de construir, evidenciando a importância da técnica na produção do espaço, afetando a dinâmica de acumulação/reprodução do capital. Desde o surgimento dos primeiros arranha-céus no século passado em cidades norte-americanas, até os edifícios inteligentes situados em diversas cidades do sudeste asiático, nos anos 90, a evolução das técnicas tem sido um fator que tem permitido a verticalização das cidades no mundo e no Brasil (RAMIRES, 1998, p. 101).

Seguindo tal análise, Souza (1994, p. 88), baseado nos estudos de Folin e Milton Santos referencia que a “estrutura técnica revelada, portanto arquitetural, ou objeto responsável pela execução de determinada função, é produto do processo produtivo (pois também implica em trabalho) e, conseqüentemente, histórico”.

Não se pode deixar de mencionar que esse fenômeno urbano evidencia o surgimento de novas centralidades nas cidades e que fica nítida a parcialidade do Estado¹⁴ quanto às suas ações que contribuem para que as localidades mais “modernas” sejam beneficiadas com melhores e mais modernos equipamentos urbanos, causando um movimento de valorização, revalorização e desvalorização no espaço urbano, visto que as áreas que deixaram de ser centrais perdem seu *status*

¹³[...] verticalização, além de a produção do edifício realizar plenamente a reprodução, através da combinação das diversas formas do capital, valoriza ou sobrevaloriza o espaço urbano onde se instala. (SOUZA, 1994, p. 147)

¹⁴ No que concerne à propriedade fundiária e a seu uso pela verticalização, será objeto de múltiplas alianças entre os donos de terra e os incorporadores, **manifestas por uma intermediação do Estado que, em última análise, não só libera o solo para verticalização (lei de zoneamento e uso do solo) como promove a sua valorização através de implementação de políticas (infraestrutura, saneamento, comunicação, transporte etc.).** (SOUZA, 1994, p. 196, grifo nosso)

e desvalorizam, enquanto que as novas áreas centrais tornam-se mais valorizadas e atraem novos investimentos, que garantem o ciclo do processo de acumulação e reprodução do capital.

O simbolismo presente nessas novas áreas ganha notoriedade fazendo com que a sua aceitação na nova forma de morar e consumir o espaço a partir dos atrativos que a suposta “modernidade” é bem aceita pelas classes média e alta em escala global.

O reflexo desse movimento mundial é sentido através da materialização de várias formas de condomínios fechados de alto padrão em localidades privilegiadas, bem como para multiplicação de áreas verticalizadas, uma situação extremamente vantajosa ao capital imobiliário, pois os lucros auferidos são altíssimos.

Destarte, inerente a esse processo estão alguns problemas tanto de ordem econômica, quanto ambiental. Burnett (2011), ao analisar a verticalização na realidade da capital maranhense nos leva a refletir sobre pontos intrínsecos a esse processo, entre eles estão questões referentes à desvalorização imobiliária, visto que os imóveis mais antigos perdem valor, à medida que outros mais altos e mais modernos vão sendo construídos no seu entorno, a perda do solo urbano e privacidade dos inquilinos, visibilidade e ventilação.

Quando se trata da legislação urbana, no que diz respeito à verticalização, que na teoria precisa ser eficaz para regulamentar o uso e ocupação do solo urbano, na prática não é bem isso que ocorre; sendo assim, é válido ressaltar com base na análise de Ramires (1998) e Burnett (2011), que ambos convergem para uma mesma conclusão, evidenciando que o Estado beneficia o capital privado subordinando a legislação aos interesses econômicos de determinados grupos do mercado imobiliário, o que não é necessariamente explícito aos demais cidadãos.

A partir da discussão feita ao longo dessa reflexão, enquadra-se a área residencial da Ponta d’Areia, que será o próximo ponto dessa análise. Primeiramente se faz necessário elencar alguns aspectos históricos no seu processo de conformação, bem como pormenorizar especificidades intrínsecas a essa

localidade, no processo de expansão do mercado imobiliário de alto padrão na Península da Ponta d'Areia, “a menina dos olhos” da população de alta renda da cidade de São Luís.

6. 2 Ponta d'Areia: histórico de ocupação

Vendo hoje a dinâmica produção do espaço, principalmente através dos investimentos do Estado e do capital imobiliário, que transforma cotidianamente o cenário da Ponta d'Areia, não deixa rastro da realidade pretérita, pois,

No século XIX e XX, o atual bairro da Ponta d'Areia era habitado em sua grande maioria de pescadores e de pessoas que se utilizavam da coleta extrativista como fonte de renda, como é o caso da coleta de mariscos como o caranguejo e o siri.

Para o acesso ao centro histórico da cidade de São Luís, o único meio de transporte utilizado eram canoas e pequenas embarcações, onde também os pescadores tiravam sua renda ou a complementavam. Segundo Moraes (2013), nas décadas de 1950 e 1960 esses pescadores também trabalhavam no transporte de pessoas, que precisavam atravessar o rio Anil e se deslocar para onde é hoje o bairro do São Francisco ou Centro Histórico da capital maranhense. (TIERS, 2016, p.54)

É pertinente expor, que segundo Ferreira (2014) a ocupação mais intensa dessa área só foi viabilizada a partir do momento em que o Estado lançou estratégias para incorporar novas áreas à cidade, mudando do Corredor Centro-Anil para os setores Norte e Oeste do município.

Assim, grandes obras de infraestrutura foram feitas e possibilitaram a ligação da “Cidade Antiga” com a “Nova Cidade”, que começa a se estabelecer; esses fatores concorreram para expansão horizontal de São Luís possibilitando processualmente os investimentos do capital privado através do processo de verticalização que tomou proporção gigantesca no setor Norte dessa cidade, dada as características naturais, que só contribuem para valorizar o “novo conceito de moradia” que ganha forças a partir de 1990.

Essa localidade que atualmente esbanja ares de modernidade, inserida na lógica da produção capitalista do espaço, demonstra através dos inúmeros condomínios de alto padrão que o capital é imperioso, pois nessa área as marcas do

passado foram apagadas quase totalmente, visto que já não restam resquícios da antiga população, uma vez que entre as décadas de 1950 e 1960 essa área era ocupada por uma colônia de pescadores que resistiram o máximo possível às investidas do capital imobiliário com o apoio do Estado, que através da legislação expandiram a cidade para o que atualmente é o São Francisco e posteriormente alcançaram a Ponta d'Areia¹⁵, que antes da atual configuração era comumente utilizada para práticas de veraneios, no entanto, pelo difícil acesso e pela inexistência de ponte só era possível chegar até a praia através de pequenas embarcações.

A área residencial do São Francisco foi precursora no que tange à multiplicação de áreas comerciais, em que concentrava uma população com poder aquisitivo mais elevado, que se expandiu com o melhoramento da infraestrutura, facilitando o acesso e a ocupação, bem como a produção e reprodução do capital comercial/imobiliário.

A Ponta d'Areia, antes separada do São Francisco pelo Igarapé Jansen, passou a mudar de configuração na década de 1970 após do aterramento do mesmo, que originou a Lagoa da Jansen, hoje uma Unidade de Conservação de Proteção Integral de responsabilidade da SEMA, criada pelo decreto estadual nº 4.878/23.06.1988, recebendo a denominação de Parque Ecológico da Lagoa da Jansen.

É importante salientar que:

Em 1991, por iniciativa e colaboração da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMATUR) foi feito um estudo multidisciplinar com a participação

¹⁵ Com o alvorecer do século XX, além de taperas como testemunhos pregressos do Forte de Santo Antônio da Barra, nesse espaço formavam-se novos vínculos de vida costumeiros através de minúsculas unidades sociais, estruturadas em relações familiares e de compadrios. Esses núcleos de serviços primários, sem raias de distinção de *status* sociocultural, organizavam-se em torno de um meio geográfico comum, desenvolvendo relações de vizinhança como interatividade, consciência comunitária e, ao mesmo tempo, resgatando o topônimo Ponta da Arêa (Ponta d'Areia). Enquanto núcleo de agregação de proximidades, continha fortes marcas bucólicas, afirmando o seu processo de genoespacialização a partir dos derradeiros anos da década de 1950 e fazendo-se definir, ao longo do tempo, como: uma área geográfica; de fronteiras culturais, cultuando crenças e costumes próprios do lugar; uma relação de apropriação e uso de recursos naturais disponíveis; uma organização funcional, com divisão de trabalho voltada à cria, plantação, pesca, caça, extrativismo, cata, canoagem, artesanato e uso de artefatos, comércio e entretenimento; um lugar de dependência ao São Francisco, que situava-se como comunidade controladora ascendente. Embora desprovida de qualquer autonomia econômica, a unidade socioespacial Ponta d'Areia resistiu como lugar relativamente campesino até a primeira metade dos anos 1970, visto que ainda não tinha sido apropriada pela especulação imobiliária. (PACHECO, 2017, p. 37, no prelo).

da Prefeitura Municipal de São Luís, da Companhia de Água e Esgotos do Maranhão, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e da Sociedade de Melhoramentos e Urbanismos da Capital (SURCAP). O objetivo era solucionar os problemas ambientais (proliferação de algas e sociais da Laguna da Jansen (a proliferação de palafitas). (VIEIRA, 2013, p. 71).

As remoções na área foram indiscriminadas e não visavam proteger a área e sim melhorar a aparência do local que se transformava em um dos cartões postais de São Luís, de modo a promover uma valorização da localidade. Atualmente a parte mais antiga da Laguna da Jansen encontra-se em estado de abandono e a outra mais próxima dos condomínios de alto padrão que ali se estabeleceram passa por processo de revitalização.

Nesse contexto, ocorreram nessa área uma diversidade de transformação socioespacial, o que concorreu para inserir a Ponta d'Areia no circuito de atração da produção capitalista do espaço, em que o capital se reproduz mais vorazmente através da multiplicação dos condomínios de alto padrão e toda gama de modificações que acontecem conjuntamente, transformando “um espaço inabitado, rejeitado, portanto opaco e a partir dos anos 90 do século XX passou a ser cobiçado, luminoso e, nesse sentido atrativo para receber mais investimentos, inclusive do capital imobiliário” (VIEIRA, 2013, p. 73).

A partir do contexto histórico segue-se a análise no sentido de compreender as interfaces de tal localidade, de modo a elucidar os múltiplos aspectos atrelados ao crescimento de uma área sem um desenvolvimento local.

6. 3 Ponta d'Areia: os dois lados de uma mesma moeda

Levando em consideração os limites territoriais de acordo como o Plano Diretor de 1992, a localidade em questão era caracterizada por Zona Residencial 2, com o seguinte perímetro:

Inicia-se este perímetro no ponto de interseção da Av. Nina Rodrigues com Av. Maestro João Nunes, seguindo pela primeira até a linha de preamar da Praia da Ponta d'Areia, donde se prolonga até interceptar a Rua das Verbenas, tomando rumo à direita por esta até atingir a linha limite de fundos dos lotes lindeiros à Av. dos Holandeses, prosseguindo com rumo à esquerda por este limite até interceptar a Av. Maestro João Nunes,

deslocando-se à direita desta Avenida até atingir o marco deste limite. (São Luís, 1992, p. 07).

Atualmente de acordo com o Plano Diretor de 2006, levando em consideração as características de ocupação, a disposição do aparato de infraestrutura e dos serviços urbanos que a mesma disponibiliza, esta área pertence à Macrozona em Consolidação -1, concentrando uma população com renda elevada e alta escolaridade. Sendo essas condições determinantes para que os moradores dessa localidade ocupem um dos metros quadrados mais caros da capital maranhense.

Dessa forma, o quadro abaixo evidencia claramente que somente um número muito reduzido de pessoas consegue obter um imóvel nessa área, visto que os valores cobrados para adquirir essas unidades habitacionais são elevadíssimos.

Quadro .5 : Valores atuais dos Imóveis na Ponta d'Areia.

Nome do Imóvel	R\$	Tipo do imóvel	Área total m²	Valor do m² (R\$)	Nº de quartos	Vagas na garagem
Ed. Murano	5.635.008	Apto.	587	9.599	4	2
Ed. Murano	4.930.632	Apto.	587	8.399	4	2
Ilê Saint Louis	2.700.000	Apto.	305	8.852	4	4
Ilê Saint Louis	2.263.000	Apto.	305	7.419	4	4
Ilê Saint Louis	2.262.000	Apto.	305	7.416	4	3
Ilê Saint Louis	2.200.000	Apto.	305	7.213	5	4
Ilê Saint Louis	1.859.000	Apto.	251	7.406	4	3
Ilê Saint Louis	1.853.330	Apto.	250	7.413	4	3
Ed. Terrazo do Atlântico	1.800.000	Apto.	245	7.346	4	3
Jardins de Bordeaux	1.700.000	Apto.	222	7.657	4	4
Ile Saint Loius	1.650.000	Apto.	217	7.603	4	3
Farol da Ilha	1.500.000	Apto.	187	8.021	3	2
Sapphire residence	1.350.000	Apto.	250	5.400	3	3
Eco lagune	1.350.000	Apto.	217	6.221	5	3
José Gonçalves	1.350.000	Apto.	208	6.490	4	3

Fonte: Viva Real, organizado por Gabriela Souza Martins, 2017.

Como se pode observar, os imóveis da Ponta d'Areia possuem preços demasiadamente elevados e mesmo com um declínio nas vendas dos imóveis principalmente entre os anos de 2015 e 2016, devido ao enfraquecimento na economia somado ao contexto político, não diminuiu a especulação.

Para exemplificar tal situação, conforme dados de Vieira *apud* Ferreira 2014, os condomínios Farol da Ilha, Ilê Saint Louis e Murano possuíam unidades habitacionais de preços variados (Quadro 5), tendo entre eles o Edifício Murano com o maior valor do metro quadrado da Ponta d'Areia, registrando em 2012 R\$ 7.260,35 e atualmente está valendo R\$ 9.599,00; dessa forma, se pode dizer que mesmo frente à recessão que o país vem sofrendo, no mercado imobiliário em São Luís a especulação imobiliária e a revalorização do espaço ainda é preponderante.

Pelos valores apresentados no quadro acima, é salutar enfatizar que predominantemente o uso do financiamento imobiliário é a forma mais utilizada para a obtenção desses imóveis, o que concorre para um ganho extraordinário por parte dos bancos. O que Ribeiro (2015, p. 108) chama de “capital de empréstimo”, sendo que este,

[...] se rentabiliza pelos juros que obtém no financiamento da comercialização. O comprador paga durante alguns anos a amortização do capital emprestado a uma taxa de juros, cujo nível é regulado pelas condições vigentes nos circuitos financeiros especializados no setor imobiliário e pelas condições gerais que regulam o conjunto do capital bancário.

Sendo assim, pelos valores expostos, no final do financiamento paga-se alto para se morar na Ponta d'Areia. Portanto, sendo necessário um elevado poder aquisitivo, fato esse que contribui para a seletividade e homogeneidade da população residente nessa localidade; assim se pôde comprovar (Apêndice 2) que a renda familiar desses moradores oscila entre 13 a 30 mil reais, o equivalente a mais de 31 salários mínimos, situação financeira restrita a uma minoria da população, tendo a sua composição profissional de médicos, engenheiros, juizes, funcionários públicos dos escalões superiores, empresários, políticos, professores universitários, funcionários da iniciativa privada ligados às atividades portuárias, entre outros. Dessa forma, evidencia-se uma alta escolaridade na população local.

Adquirir um imóvel na “península” da Ponta d’Areia não diz respeito somente à necessidade de moradia; está também intimamente ligado a questões simbólicas, que remetem a um padrão de diferenciação e superioridade, no qual de acordo Marcuse (2001), o simples ato de fornecer o endereço já revela o padrão social de uma pessoa. Baseado no exposto, alguns relatos (apêndice 2) dos moradores da área expressam claramente um estilo de vida, cujo *status* é um dos fatores motivadores para a aquisição de um imóvel na Ponta d’Areia, justificando assim o motivo da sua escolha: “por hoje ser uma das áreas mais valorizadas da cidade”; “Local tranquilo, perto do mar, e com o m² valorizado”; “Acesso fácil ao mar e tranquilidade”; “Pelo desenvolvimento urbanístico que concentrou um conjunto de habitações verticalizadas, proporcionando uma maior praticidade”; “por que passei 15 anos trabalhando no interior do estado, e me organizei para quando voltasse para capital adquirir um imóvel à beira mar”.

Portanto, pode-se perceber que:

Nas opiniões emitidas espontaneamente, nas apreciações estéticas ou de forma geral no consumo dos objetos culturais ou classificados como tais – permite surpreender os mecanismos de diferenciação ou de afirmação da distância pelos grupos sociais dominantes, (BOURDIEU, 2017, p. 7).

Seguindo tal lógica de análise é válido enfatizar que as questões simbólicas e a forma como os indivíduos se comportam no que tange à diferenciação de classe tem grande peso nos padrões de comportamento das pessoas que tem maiores posses financeiras. Portanto, salienta-se que:

As propensões sociais e psicológicas, como o individualismo e o impulso de realização pessoal por meio da auto-expressão, a busca de segurança e identidade coletiva, a necessidade de adquirir respeito próprio, posição ou alguma outra marca de identidade individual, têm um papel de plasmação de modos de consumo e estilos de vida. (HARVEY, 1992, p. 118).

Assim, áreas como a Ponta d’Areia concentram uma população com um padrão financeiro semelhante, portanto com anseios similares, recebendo algumas denominações específicas, segundo Marcuse (2001), em sua análise sobre a segregação. Então, operacionalmente ele usa os seguintes termos para definir esse

tipo de processo: *quartering*¹⁶ e *walling out*¹⁷, sendo este último responsável por formar um **enclave de exclusão**¹⁸.

Nessa ordem, a escolha por residir na Ponta d'Areia atualmente, além de uma necessidade humana de estabelecer moradia, é ideologicamente ser transformado em um “cidadão diferenciado” em São Luís é ser uma “pessoa de primeira fila”. Essa diferenciação se alarga mais ainda, quando conta com o total apoio do Estado no que tange a beneficiar com o mais moderno aparato urbanístico, assim valorizando e revalorizando tal área o que corrobora para essa posição.

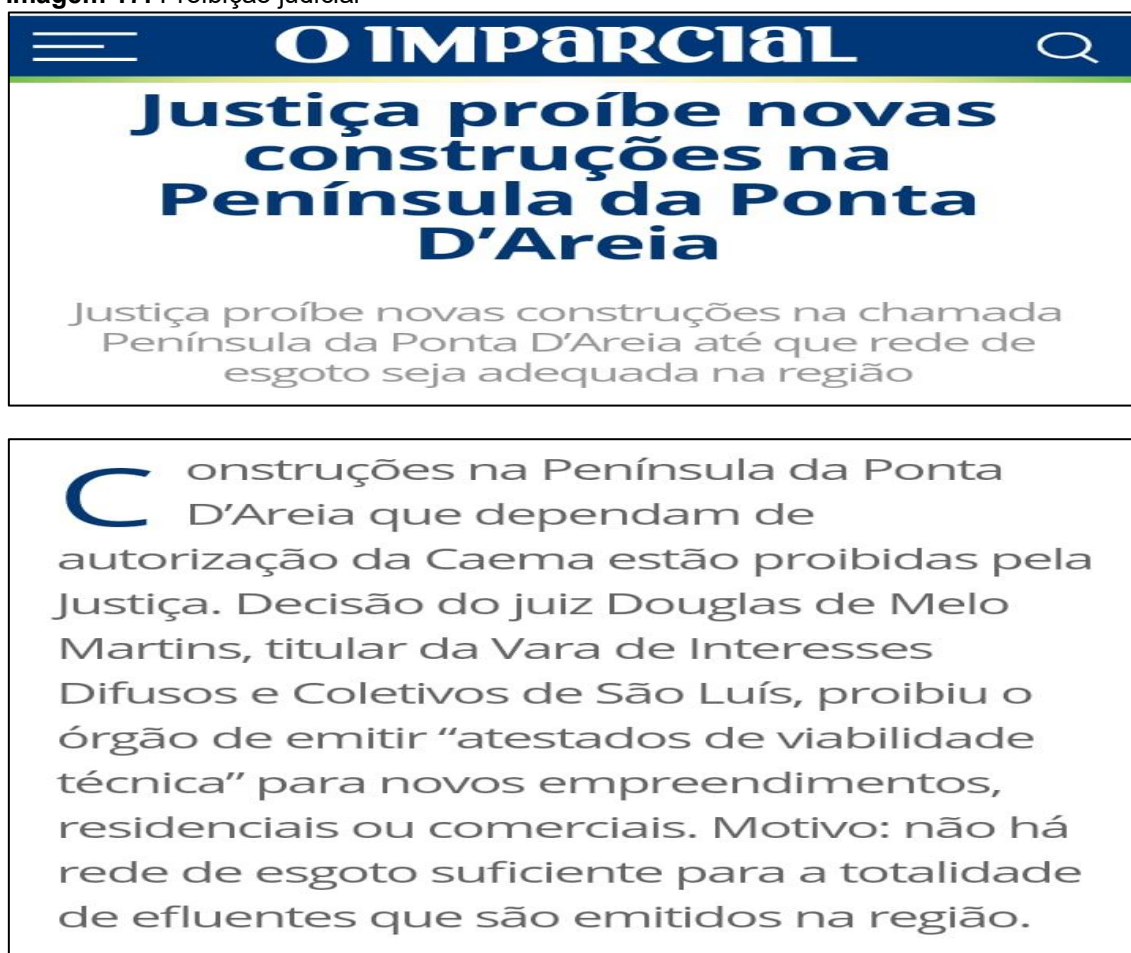
No entanto, nem tudo é perfeito, visto que foram evidenciados alguns problemas, unanimemente apontados pelos moradores. O primeiro deles é referente à questão da insuficiência no abastecimento de água, bem como da coleta do esgoto pela CAEMA, que ocasionou uma ação judicial contra construção de novos empreendimentos (Imagem 17). Fato esse, gerado pelo aumento do contingente populacional nessa localidade, sendo que o serviço ofertado por essa companhia de saneamento não cresceu na mesma proporção, gerando descontentamento.

¹⁶ É a divisão do espaço urbano em trimestres aparentemente imediatamente por operação do mercado privado no setor imobiliário e habitacional, com base na renda ou na riqueza dos agregados familiares (MARCUSE, 2001, p. 3).

¹⁷ É o encontro voluntário de um grupo populacional para fins de autoproteção e o avanço de seus próprios interesses através do mecanismo de exclusão de outros (MARCUSE, 2001, p. 3).

¹⁸ É uma área de concentração espacial na qual membros de um particular grupo populacional, definido por sua posição de superioridade no poder, riqueza ou status em relação aos seus vizinhos, cluster como meio de proteger essa posição (MARCUSE, 2001, p. 4).

Imagem 17: Proibição judicial



Fonte: O Imparcial, 2017.

No que tange ao abastecimento, há uma dependência crônica de caminhões pipa (Imagem 18), cujas imagens comprovam o abastecimento em diferentes condomínios ao longo da Ponta d'Areia. Tal situação certamente acarreta um ônus altíssimo para os condôminos desses edifícios, sendo um dos motivos de insatisfação apontados pelos moradores.

Frente a essa problemática, assim como de problemas relacionados a questão de drenagem das águas pluviais, visto que em dias de muita chuva há pontos de alagamentos, a exemplo de áreas do entorno da Lagoa da Jansen. Portanto, se pode dizer que a verticalização que ocorre na área é um processo incompleto, visto que começa pelo básico que é a falta de autonomia para a água potável e somam aos problemas citados ao longo dessa análise.

Imagem 18: Abastecimento de água com caminhões pipa.



Fonte: Gabriela Souza Martins, 2017.

Outro problema relacionado à área é a questão da violência, mesmo com tantos muros para uma suposta proteção; essa parcela “privilegiada” da população não está protegida como desejaria, pois o medo paira, portanto “a vida nas cidades está se convertendo em estado de natureza caracterizado pela regra do terror e pelo medo onipresente que a acompanha” (BAUMAN, 2009, p. 61).

A violência não fica restrita somente a áreas da população de baixa renda, pois é fruto das desigualdades socioeconômicas; portanto, atualmente todos são reféns desse processo independente do padrão econômico em que se vive. Destarte, esse problema também fora apontado pelos moradores da localidade em destaque; assim pode-se comprovar através de dados fornecidos pela CPTUR (Companhia de Policiamento Turístico), pois as ocorrências referentes a essa área são atendidas por essa unidade de policiamento, que conta com duas bases comunitárias, uma localizada na Lagoa da Jansen e a base do Espigão Costeiro. O monitoramento é feito pelo Grupo Tático Turístico de Motos (GTTUR), assim como através de viaturas, que segundo informações da CPTUR as operações são intensivas e feitas diuturnamente.

Como se pode perceber é uma área que conta com um apoio preciso e pontual no que tange à questão da segurança pública, pois possui duas bases fixas; já outras localidades da cidade não recebem tamanha atenção por parte do Estado, nesse mesmo quesito, o que reforça a sua parcialidade e evidencia a falta de atenção com muitas outras áreas de São Luís que padecem com problemas relacionados à crescente violência que vem ocorrendo atualmente na capital maranhense.

Nesse contexto, se expressa os números oficiais acerca das ocorrências atendidas na Ponta d'Areia, no período que compreende os anos de 2015 até maio de 2017. Entre elas estão porte ilegal de armas, roubo, desordem, tráfico de entorpecente, furto, atentando ao pudor, arrombamento, homicídio, lesão corporal entre outros, conforme consta no Anexo nº 2. Entretanto, tais dados não correspondem,

[...] necessariamente ao total de ocorrências da área, haja vista que muitas ocorrências não chegam à Polícia Militar ou são registradas diretamente na delegacia de polícia, ou ainda nem são registradas, ou seja, estes números não conferem com a realidade integral dos fatos, servindo apenas de escopo para os planejamentos de ações de combate ao crime por esta Organização Militar. (CPTUR IND, 2017, p. 7).

Portanto, a realidade em questão mesmo sendo sinônimo de morar bem, *status* e luxo em São Luís, não está isenta de sofrer dos mesmos infortúnios que os demais moradores da cidade, pois a crescente violência não é um problema restrito a essa realidade e sim um reflexo da exclusão social em que a maioria das pessoas vive.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida a partir da lógica da produção capitalista do espaço urbano leva a uma percepção de que por mais distintas que sejam as realidades concretas, as relações produzidas no interior de cada uma materializam características em comum, porém para se chegar a essa percepção no recorte empírico analisado considerou-se meticulosamente suas particularidades.

Nesse prisma de observação só se solidificam e se confirmam as teorias dos mais diversos estudiosos acerca da produção do espaço e toda sua complexidade das relações contraditórias expressas no âmbito das cidades, as quais foram expostas ao longo dessa abordagem, visto que ficou claro a partir do estudo empírico levado a efeito, que a sociedade capitalista é marcada por sua dualidade de classe e todos os agravantes imbricados, refletindo os conflitos e as contradições desse complexo movimento da produção espacial no cerne da lógica de mercado.

Assim, os agentes sociais atuam conforme suas necessidades seguindo estratégias próprias, entretanto a ação do Estado seria crucial no sentido da equidade de estruturação urbana, porém historicamente esse agente atua na dinâmica da produção do espaço priorizando mais um seguimento da população criando as condições necessárias para a acumulação e reprodução do capital, evidenciando uma total parcialidade, que concorre para ampliar as desigualdades culminando com os paradoxos materializados no tecido urbano e atrelados a isso todos os problemas sociais que se multiplicam cotidianamente nas cidades.

Assim, se detectou, em cada uma das áreas alvo dessa pesquisa, diferentes agentes envolvidos na produção do espaço, seguindo estratégias próprias, sendo que o Estado é o agente que pontua suas ações em ambas as localidades, todavia de forma diferenciada por estar atrelado aos interesses do capital, o que justifica o amplo aparato de infraestrutura direcionado para a Ponta d'Areia.

Destarte, a dinâmica espacial refletida na área estudada é fruto dos seus agentes sociais, que reproduzem suas ações seguindo seus interesses, que no caso específico, são diferenciados, já que as duas localidades expressam situações desiguais e contraditórias. Assim, na realidade da Ilhinha os agentes identificados

foram os “moradores de área de ocupação” e de forma mais incipiente o Estado, já que há vários problemas que atravessam décadas e nunca foram solucionados por parte desse. Na realidade da Ponta d’Areia destacam-se os promotores imobiliários e o Estado de uma forma mais eficaz, quando se compara com o restante da cidade, visto que se trata de uma área voltada à população de alta renda.

Nesse sentido, revela-se na cidade o moderno, que imprime um *status* social “diferenciado” expresso através de um padrão arquitetônico homogêneo e hegemônico, com um aparato de serviços e segurança que contrasta com seus arredores, visto que a modernidade que se impõe concreta e ideologicamente filtra os cidadãos e privilegia uma classe social, a que detém condições financeiras. Fora dessa realidade fica a maioria da população que diuturnamente resiste a todo tipo de injustiça social que é materializada no urbano, haja vista que a negação de direitos é uma constante, o que culmina para ampliação do fosso entre as classes sociais, tendo o Estado um papel preponderante na manutenção do *status quo*, visto que sua ação é incipiente com essa parte da população.

Com o presente trabalho foi possível perceber a realidade que se manifesta fortemente na capital maranhense, no caso específico da contradição materializada no recorte espacial que compreende a Ponta d’Areia e a Ilhinha, revelam uma dinâmica espacial totalmente desigual na sua multiplicidade de aspectos.

Portanto, se demonstra que na cidade de São Luís tem-se múltiplas representações evidenciadas através da modernidade avassaladora expressa pelo fenômeno da verticalização “o novo conceito de moradia”, em específico na Ponta d’Areia, através da disseminação de condomínios fechados, que se alastram por vários locais da cidade e sendo intensamente ampliado ao longo da orla, pois as amenidades naturais contribuem para a valorização desses tipos de empreendimentos, o que concorre para o processo ampliado de acumulação e reprodução do capital.

Assim, se infere que o processo de verticalização na “Península” por ser direcionado ao mercado de alto padrão é seletivo, excludente e fomenta uma forte especulação, pois mesmo com a crise que o mercado imobiliário vem passando, os valores dos imóveis entre 2012 e 2017, não sofreram reduções de preços, contrariamente os seus valores continuam em plena ascensão.

Diante do exposto na pesquisa, conclui-se que a produção do espaço urbano da capital maranhense é mais intensa no setor Norte, o que termina por revalorizá-lo demasiadamente, drenando para o mesmo grandes investimentos através dos agentes sociais por intermédio e indução do Estado. Tal processo, todavia, não tem distribuição espacial homogênea pelo referido setor, o que é resultado da seletividade imposta pelo capital imobiliário em associação com o Estado.

Portanto, torna-se necessário uma ação do Estado na esfera municipal no sentido de direcionar as políticas públicas de forma melhor distribuídas aos diversos setores da cidade. Faz-se necessário, também, dar melhor tratamento dentro do referido setor às áreas residenciais que concentram as populações de menor poder aquisitivo, diminuindo, assim, as disparidades na valorização do espaço urbano de São Luís, de modo a garantir os direitos que são negligenciados historicamente.

Desta forma, pode-se perceber a partir da análise do espaço urbano da capital maranhense, especificamente no recorte empírico que compreende as áreas residenciais da Ilhinha e da Ponta d'Areia, sendo essas localidades geograficamente próximas, porém paradoxais, que existe uma relação de interdependência entre ambas, induzido pela falta de equipamentos urbanos da primeira, bem como há uma relação estreita através de vínculos de trabalho, muitas vezes exercidos de maneira informal.

Portanto, conclui-se que o desenvolvimento que ocorre na área da pesquisa é desigual expressando a dinâmica de uma sociedade capitalista, que tem como característica marcante a materialização da contradição.

Nessa ordem, se reitera que cabe aos pesquisadores das Ciências Sociais romperem com a visão de desenvolvimento autopositivado e de “progresso”, propalada principalmente pelo Estado, e pensar essa categoria a partir dos agentes sociais que vivem o processo; para tanto é necessário que se tenha não o olhar do outro e sim um olhar de dentro. Dessa forma, as pesquisas precisam ser enfáticas como de fato precisa acontecer a questão do desenvolvimento, de modo que se consiga romper os grilhões ideológicos e pensar num desenvolvimento que traga justiça social e que inclua o maior número possível de pessoas, que não beneficie somente o capital.

Seguindo tal lógica infere-se com as seguintes sugestões:

Que a universidade, cujo tripé é formado por ensino, pesquisa e extensão, tenha a preocupação utilizando de mecanismos legais para pressionar junto ao poder público medidas para tentar atenuar ou até mesmo solucionar os problemas identificados nas pesquisas realizadas nos cursos de pós-graduação, pois só dessa forma estará dando o retorno à parcela da sociedade desfavorecida dos seus direitos legais, e só assim vozes serão ouvidas para que as negligências aqui denunciadas não caiam no esquecimento ficando restrita às estantes das bibliotecas ou para outros pesquisadores consultarem na elaboração de outras pesquisas. Dessa forma, a justiça social poderá começar a ser efetivada e os problemas aqui identificados possam de fato ser solucionados. Não querendo aqui transferir toda a responsabilidade para universidade, porém acreditando na sua credibilidade e no seu poder de promover mudança fez-se tal sugestão, mesmo sabendo das dificuldades para colocar em prática tal sugestão.

Que o Estado desenvolva políticas públicas voltadas para atender as necessidades, que foram expostas ao longo do texto, da população da Ilhinha para que de fato se possam ser inseridos dignamente no espaço urbano da capital maranhense e que possa se equiparar ao seu entorno.

Espera-se que essa pesquisa seja apenas um início para múltiplos olhares, pois pela complexidade das relações contraditórias da área desse estudo, a mesma representa um amplo objeto de análise para posteriores estudos, de modo a alcançar a sua totalidade de análise.

REFERÊNCIAS

AIRES *et al.* **MISÉRIA E MARÉ**: Estudo sobre as palafitas na Comunidade da Portelinha. REVISTA DO CEDS. São Luís n. 3 – Volume 1 – setembro/dezembro 2015 – Semestral, p. 1-13, 2015. Disponível em: <http://www.undb.edu.br/ceds/revistadoceds>, acesso em: 21 de maio de 2017.

ALVAREZ, Isabel Pinto. **A Segregação como Conteúdo da Produção do Espaço**. In VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; Pintaui, Silvana Maria (orgs). A Cidade Contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

ATMOSPHER. **Cânions Urbanos e Degradação da Qualidade do Ar**. 01 de abril de 2015. Disponível em: < <http://atmospher.org/de-olho-na-poluicao-do-ar-em-canions-urbanos/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2017.

AYMERICH, Jaime. **Segregación Urbana y Políticas Públicas con Especial Referencia a América Latina**. Revista de Sociologia. Chile n 18, p. 117-130, 2004.

BACHELARD, Gaston. **A Formação do Espírito Científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. **A riqueza de poucos beneficia a todos nós?**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2015.

_____. **Confiança e Medo na Cidade**. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.

BECKER, Howard Saul. **Falando da Sociedade**: ensaios sobre diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BRANCO, Washington Luis Campos Rio. **Política e Gestão Ambiental em áreas Protegidas em São Luís – maranhão**: O Parque Ecológico da Lagoa da Jansen (Tese de Doutorado), Presidente Prudente, 2012.

BRANDÃO, C. **As Principais Determinações da Dimensão Espacial do Desenvolvimento Capitalista** In Território e Desenvolvimento. As Múltiplas Escalas entre o Local e o Global. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

BRASIL. **Constituição** (1988). Emendas constitucionais nº 1/92 a 56/2007 e emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. **Lex**: legislação federal, Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BURNETT, Frederico Lago. **São Luís por um triz**: escritos urbanos e regionais. São Luís: Editora UEMA, 2012.

CABRAL, Amílcar. **Unidade e Luta**: a arma da teoria. Lisboa: Seara Nova, 1978.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CARLOS, Ana Fani. **A Prática Espacial Urbana como Segregação e o “Direito a Cidade como Horizonte Utópico**. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; Pintaui, Silvana Maria. (Orgs). *A Cidade Contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **A cidade**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Espaço e indústria**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1998.

_____. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CARNOY, Martin. Introdução - (pág. 9 a 17). Capítulo I (pág. 19 a 60). In: **Estado e Teoria política**. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1988.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: um texto para discussão**. In CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. 1ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014. p. 41-49.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Segregação Residencial: classes sociais e espaço urbano**. In VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; Pintaui, Silvana Maria (orgs). *A Cidade Contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1995. (Série Princípios)

DELGADO, Guilherme C. **A questão agrária no Brasil: 1950–2003**. In: **Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo: INCRA, 2005.

FERREIRA, A. B. de H. Miniaurélios século XXI: o minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FERREIRA, Antonio José de Araújo. **O Estado enquanto agente social do urbano**. Geosp. São Paulo, v.4, p. 27-37, 1998.

FERREIRA, Antonio José de Araújo. **Uma interpretação geográfica para São Luís**. Geosp. São Paulo, v.7, p. 51-58, 2000.

FERREIRA, Antonio José de Araújo. **A Produção do Espaço Urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro?**. São Luís: EDUFMA, 2014.

FERREIRA, Antonio José de Araújo. **A Restruturação Urbana Maranhense: dinâmica e perspectivas**. São Luís: EDUFMA, 2017.

GOVERNO DO MARANHÃO. **IMESC divulga números do PIB dos municípios do Maranhão**. Disponível em: < <http://www.ma.gov.br/imesc-divulga-numeros-do-pib-dos-municipios-do-maranhao> >. Acesso em: 17 de maio de 2017.

GUIRRIEC, Patrick Le. **Segregação e Mixité Socioespacial: conceitos e realidades na França**. Revista Vivência. Brasil, n 34, p. 117-130, 2008.

HOUAISS. **Dicionário online**. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=paralelo>>. Acesso em 25 de março de 2018.

HAMPF, Marlo Trejos. A Cidade Dual: sua interpretação no sul. **Arquitextos**, São Paulo, ano 04, n. 047.00, Vitruvius, abr. 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.047/590/pt>>. Acesso em: 03 de novembro de 2017.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito a cidade à revolução urbana. Tradução: Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital**: e as crises do capitalismo. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **O Trabalho e o Conflito de Classes em torno do Ambiente Construído em Sociedades Capitalista Avançadas**. Revista Espaço & Debates, São Paulo, n.6, p. 6-35, 1982.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. (p. 73 – 92)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2000**. Brasília, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Distribuição de Aglomerados Subnormais na Rede Urbana e nas Grandes Regiões Brasileiras**. Brasília, 2014.

JORNAL PEQUENO. **Moradores de São Luís Contabilizam Prejuízos causados pelas fortes chuvas**. São Luís, 03 Mar. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **O Pensamento Marxista e a Cidade**. São Paulo: Editora Ulisseia, 1972.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciências Sociais. Elementos para uma Análise Marxista**. São Paulo: Cortez, 1986.

KAMALEÃO.COM. Espigão Costeiro – Ponta d'Areia. 2017. Disponível em: <<http://kamaleao.com/saoluis/4535/praiadoespigao-costeiro-ponta-dareia>>. Acesso em: 21 de março de 2017.

LOCATEL, Celso Donizete. Da dicotomia rural – urbano à urbanização do território no Brasil. **Mercator**: revista do Departamento de Geografia da UFCE, Fortaleza, vol. 12, nº 2, p. 85-102, set. 2013.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de Souza. **A Identidade da Metrópole: a verticalização em São Paulo**. São Paulo: HUCITEC; EDUSP, 1994.

MANDEL, Ernst. **O capitalismo tardio**. São Paulo : Abril Cultural, 1982.

MARCUSE, Peter. **Enclaves Yes, Ghettoes, no: segregation and the State. Lincoln Institute of Land Policy Conference Paper**. Disponível em: <http://www.urbancenter.utoronto.ca/pdfs/curp/Marcuse_Segregationandthe.pdf>. Acesso em: 14 de maio de 2017.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo: Ilegalidade, Desigualdade e Violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, Ermínia. **As Idéias fora do Lugar e o Lugar fora das Idéias: Planejamento Urbano no Brasil**. In Arantes, Otilia, Carlos Vainer, Ermínia Maricato. *A Cidade Pensamento Único*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MARTINS, Gabriela Souza. **A produção e a valorização do espaço e sua influência no processo de periferização**: Renascença X Ilhinha. Monografia de Graduação. São Luís, 2004.

MARX, Karl. **O Capital**. Tradução e condensação de Gabriel Deville/ Bauru, SP: EDIPRO, 3. ed, 2016.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes. 2003.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Instalada na Ilhinha, Promotoria Itinerante atenderá comunidade por 90 dias**. Disponível em: <<https://www.mpma.mp.br/index.php/lista-de-noticias-gerais/7194-instalada-na-ilhinha-promotoria-itinerante-atendera-comunidade-por-90-dias>>. Acesso em: 30 de abril de 2017. Acesso em 5 de maio de 2017.

MOREIRA, Tiago Silva. DINIZ, Juarez Soares. **A REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE SÃO LUÍS**: gestão metropolitana e seus conflitos políticos. II Colóquio de

Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento: gestão de territórios, políticas locais e desenvolvimento sustentável. São Luís, 2012.

MOREIRA, Tiago Silva. **Gestão Metropolitana**: a região a Grande São Luís e os desafios da política urbana. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional\UEMA). São Luís, 2013.

MOTA MACHADO. **Edifício Murano**. Disponível em: <<http://www.motamachado.com.br/imovel/edificio-murano>>. Acesso em: 05 de outubro de 2017.

MOURA, Rosa; ULTRAMARI, Clóvis. **O que é Periferia Urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Primeiros Passos).

MV BILL. **Contraste Social**. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/mv-bill/discografia/traficando-informacao.html>>. Acesso em: 30 de abril de 2017. Acesso em 5 de maio de 2017

NEGRI, Silvio Moisés. **Segregação Sócio-espacial: alguns conceitos e análises**. COLETÂNEAS DO NOSSO TEMPO, Rondonópolis - MT, v. VII, nº 8, p. 129 a 153, 2008.

O ESTADO DO MARANHÃO. **O Espigão Costeiro da Ponta d'Areia será entregue no mês de agosto**. 2014. Disponível em: <<http://imirante.com/oestadoma/noticias/2014/04/25/espigao-costeiro-da-ponta-dareia-sera-entregue-no-mes-de-agosto.shtml>>. Acesso em: 31 de março de 2017.

PACHECO, João Batista. **PRA NÃO DIZER QUE NÃO LEMBREI DA ICONOGRAFIA DA LAGUNA DA JANSEN**: subjetividades e experiências de gerações na laguna vista, marcada e imaginada. São Luís, 2017, *no prelo*.

PACHECO, João Batista. O Conceito Geográfico de Bairro: uma aplicação à questão do sítio Campinas/Basa e da Ilhinha. In: **Revista de Políticas Públicas**. São Luís - MA: UFMA, v. 5, n. ½, p. 90 – 104, Jan./ Dez. 2001.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. **A urbanização vai à praia: vilegiatura marítima e metrópole no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

PEREIRA, Marcio Rodrigo da Silva; JR, José O. Alcântara. A mobilidade e a expansão territorial na cidade de São Luís, MA: um novo paradigma social na ocupação do espaço urbano. Cad. Metrop. São Paulo, v. 19, n. 40, pp. 977-998, set/dez 2017.

PINTOR, Eduardo de et al. **Crédito rural e crescimento econômico no Brasil**. Revista de política agrícola: Secretaria Nacional de Política Agrícola, Companhia Nacional de Abastecimento, Brasília, DF, vol. 1, nº 1, p. 6-20, fev. 1992.

RABÊLO, Renata de Lima. **Direito à cidade capitalista**: da luta popular pela terra ao impasse no acesso à propriedade e aos serviços públicos na Cidade Olímpica em

São Luís - MA. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional\UEMA). São Luís, 2012.

RAMIRES, Júlio César de Lima; GOMES, Eduardo Rodrigues. Verticalização litorânea: uma análise preliminar. **Geografares**: revista do Departamento de Geografia da UFES, nº 3, p. 91-107, jun. 2002.

RAMIRES, Júlio César de Lima. O Processo de Verticalização das Cidades Brasileiras. Boletim de Geografia, Maringá, v. 16, n. 1, 1998b, p. 97-105.

REGO, Joherbeth Carlos Lima. **Avaliação de impactos ambientais causados pelo uso e ocupação do solo nas praias da Ponta d'Areia e São Marcos, São Luís - MA**. (Dissertação de Mestrado), São Luís, 2013.

Relatório do Desenvolvimento Humano **2013. A Ascensão do Sul**: Progresso Humano num Mundo Diversificado. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD). Disponível em: <https://www.un.org/development/dhr/publications/2013/human-development-report-2013>, acesso em: 31 de maio de 2017.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dos Cortiços aos Condomínios Fechados: as formas de produção de moradia na cidade do Rio de Janeiro** [recurso eletrônico] 2ª edição, Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas Cidades Brasileiras**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

ROLNIK, Raquel e NAKANO, Kazuo. **As armadilhas do pacote habitacional**. Disponível em http://www.usp.br/srhousing/rr/docs/As_armadilhas_do_pacote_habitacional.pdf. Acesso em 20 de maio. 2009.

SAES, Décio. **Estado e Democracia: ensaios teóricos**. 2ª ed Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 9ª ed. Porto: Afrontamento, 1987.

SANTOS, Milton. **Urbanização Brasileira**. 5ª ed. São Paulo: EDUSP, 2013.

SANTOS. **Pobreza Urbana**. Com uma bibliografia internacional organizada com a colaboração de Maria Alice Ferraz Abdala. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 4. ed, 2009.

SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço: a Formação Social como Teoria e como Método** In Boletim Paulista d Geografia 54, junho 1997, p. 81-99. Disponível em <<http://miltonsantos.com/site/content/uploads/2001/08sociedade-e-espaco-a-formacao-social-como-teoria-e-como-metodoMiltonSantos1997.pdf>>.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 4. ed, 2006.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7ª ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SÃO LUÍS, Prefeitura Municipal. **Plano Diretor de São Luís**. São Luís, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Semântica Urbana e Segregação: disputa simbólica e embates políticos na cidade “empresarialista”** In VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; Pintaui, Silvana Maria (Orgs). *A Cidade Contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013.

SMITH, Neil. **Para uma Teoria do Desenvolvimento Desigual I: A Dialética da Diferenciação e da Igualização Geográficas** (pág.149 - 189) / **Para uma do Desenvolvimento Desigual II: A Escala Espacial e o “Vaivém” do Capital** (pág. 191 - 219) In *do Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

TIERS, Thiers Fabrício Santos. **Desenvolvimento Geográfico Desigual e Combinado: uma análise do bairro da Ponta d’Areia São Luís, MA**. Monografia de Graduação. São Luís, 2016.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. In: **Revista Cidades**. v. 1, n. 2, 2004, pp. 259-274.

VIEIRA, Josenilde Cidreira. **O Condomínio Farol da Ilha Como nova Expressão do espaço urbano de São Luís**. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional\UEMA). São Luís, 2013.

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. T. R. (Org.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

VIVA REAL. Apartamentos à venda em Ponta D'areia, São Luís – MA. **Disponível em:** <https://www.vivareal.com.br/venda/maranhao/sao-luis/bairros/ponta-d-areia/apartamento_residencial>. Acesso em: junho de 2017.

Anexos

Anexo 1

Promotoria Itinerante encerra atividades na Ilhinha

Publicado por **Ministério Público do Estado do Maranhão**

A Promotoria Comunitária Itinerante encerrou, na noite de quarta-feira, 13, na Igreja de Santo Antônio, as atividades no bairro da Ilhinha (localizada na região do São Francisco), após quase três meses de permanência na área. Ao todo, foram feitos 46 atendimentos no local, o menor número registrado em todas as 22 localidades pelas quais a Itinerante passou. A pouca procura pelos serviços do Ministério Público do Maranhão (MPMA) motivou a saída mais cedo da Promotoria Itinerante do bairro, 15 dias antes da data prevista.

Uma das razões do pequeno número de registros, segundo o promotor de justiça Vicente de Paulo Silva Martins, coordenador da Itinerante, teria sido a falta de segurança no bairro, uma das maiores reclamações dos moradores. "A situação de insegurança, que é uma triste realidade, a gente pode constatar. As pessoas não se sentiram seguras em nos procurar. Por isso, antecipamos a nossa saída do bairro. No entanto, mesmo fora, o MPMA continuará acompanhando os desdobramentos relativos às demandas apontadas pelos moradores", completou.

Do Ministério Público, além de Vicente de Paulo Martins, estiveram presentes na solenidade os promotores de justiça Reginaldo Júnior Carvalho, que representou a procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, e Elizabeth Albuquerque Mendonça, que representou a Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem). Todos compuseram a mesa de abertura ao lado dos secretários municipais José Cursino (Planejamento e Desenvolvimento), Andréa Lauande (Criança e Assistência Social) e Rodrigo Maia (Meio Ambiente). Como representante da comunidade participou da mesa Marcelo Azevedo.

Outros secretários municipais: Antônio Araújo (Obras e Serviços Públicos) e Diogo Diniz (Urbanismo e Habitação) e muitos moradores da comunidade acompanharam os trabalhos de encerramento.

Aos presentes, o promotor de justiça Vicente de Paulo Martins enumerou as maiores demandas apresentadas pelos moradores do bairro: infra-estrutura das ruas (pavimentação, abertura de acesso em vias do bairro e tapamento de valas abertas), esgotamento sanitário (construção de rede regular), abastecimento de água (constante falta d'água) e segurança pública (aumento da incidência de assaltos, falta de policiamento e agravamento do tráfico de drogas).

Também foram elencados problemas como a regularização urbanística (títulos de propriedade, principalmente em áreas de domínio da União), esporte e lazer (reforma e construção de praças e de quadras de esporte), transporte público (superlotação das linhas do São Francisco), saúde (falta de medicamentos, implantação da Central de Marcação de Consultas - Cemarç, precariedade do Socorrinho e do Centro de Saúde Bezerra de Menezes e reinstalação do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - Caps/AD etc.), educação (construção de creches, implementação de ensino em tempo integral e de ensino profissionalizante e reformas de escolas), ações sociais (implementação do programa "Crack é Possível Vencer" e implantação de um centro de capacitação profissional, entre outros projetos).

Vicente de Paulo Martins explicou que todas as demandas foram encaminhadas aos órgãos responsáveis, principalmente às Secretarias Municipais, mas poucas respostas obteve sobre as providências a serem tomadas para corrigir os problemas elencados. "Infelizmente, por enquanto, não tivemos retorno da maioria das demandas encaminhadas. Mas estamos aguardando", enfatizou.

A primeira moradora do bairro a se manifestar no evento foi a senhora Maria Benedita da Silva. Ela reclamou da ausência de atendimento médico no Socorrinho do bairro. "Passei mal outro dia e nenhum médico me atendeu, alegando que estão sem receber salários há três meses. Fiquei uma hora sentada me tremendo, esperando em vão".

Outro representante da Ilhinha a se pronunciar foi o estudante de Matemática da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Josenilson Santos. O jovem denunciou a ausência de professores em escolas públicas do bairro e ressaltou a importância da educação para transformar a realidade local. "Pagamos os impostos e não vemos nenhum retorno para a comunidade", reclamou.

Ele também criticou o modelo de combate às drogas adotado pelo Poder Público que, segundo o estudante, não contempla a prevenção. "Não adianta somente tratar os drogados. O princípio de tudo é o investimento na educação. Temos que oferecer palestras que ajudem a criança a entender a gravidade do problema", sugeriu.

O morador Raimundo Nonato Pereira Filho enfatizou a necessidade de a comunidade permanecer unida e lembrou que a instalação do Socorrinho no bairro foi fruto de uma reivindicação dos moradores. "Vamos continuar unidos para resolvermos os nossos problemas".

Raimundo Pereira reclamou da ausência de políticas públicas nas áreas do esporte e lazer, como forma de prevenir o contato dos jovens com as drogas, e citou alguns jogadores que são oriundos do bairro e que hoje integram o elenco de grandes times do futebol brasileiro, a exemplo de Márcio Araújo que está no Palmeiras.

A moradora Marinalva Edésia dos Santos disse que a pouca procura dos moradores pelos serviços do Ministério Público é resultado do descrédito da comunidade com o Poder Público. "A Ilhinha não está aqui, porque se encontra desmotivada. Já lutamos muito por água, coleta de lixo, entre outros problemas e, na maioria das vezes, não fomos atendidos".

Representando a comunidade na mesa do evento, Marcelo Azevedo agradeceu a iniciativa do promotor de justiça Vicente de Paulo Martins e afirmou que a lembrança do bairro reacendeu nos moradores a esperança por dias melhores. "O Ministério Público fez outras instituições lembrarem da Ilhinha".

No final, Vicente de Paulo Martins agradeceu a participação dos que se manifestaram e afirmou que um relatório detalhado com os procedimentos adotados para cada demanda apresentada será encaminhado às entidades

representativas do bairro. "Quem vai fiscalizar os atendimentos às reivindicações será a própria comunidade. O Ministério Público faz o papel de mediador. É um elo com o Poder Público", ressaltou.

MEDIAÇÃO

A Promotoria Itinerante se instala por 90 dias nas comunidades de São Luís e atua como mediadora entre os moradores e os poderes constituídos na busca de melhorias nos serviços públicos e de relevância social, negociando com os gestores providências para os problemas apontados pela população. São realizados ainda atendimentos individuais, orientação jurídica e resolução de conflitos de menor complexidade por meio de acordos entre as partes.

Na Ilhinha, a Promotoria fez a 22ª instalação desde que foi criada em 1998. Mais de 100 comunidades já foram beneficiadas, com 3.145 atendimentos efetuados.

Apêndices

Apêndice 1



Programa de Pós-graduação
em Desenvolvimento
Socioespacial e Regional

Perfil do morador da Ilhinha

1. Qual a naturalidade dos moradores?

a) do interior do estado município: _____

b) da capital do estado bairro:

c) de outro estado:

Obs:

2. Qual o tempo de residência na Ilhinha?

3. A casa é própria ou alugada?

4. O imóvel recebe cobrança de IPTU?

() sim () não

5. Há quanto tempo chegou asfalto na rua do bairro?

6. O bairro dispõe de água encanada?

() sim () não

Obs: caso possua quantos dias por semana?

7. Existem postos de saúde e hospitais públicos?

() sim () não

8. Existem escolas públicas de educação infantil, ensino fundamental e médio?

Quantas?

9. O serviço de limpeza da cidade passa com frequência?

() sim () não

Obs: caso não passe onde são depositados os resíduos?

10. Há alguma linha de ônibus que passe por dentro da Ilhinha?

11. A lhinha dispõe de algum espaço de lazer?

() sim () não

obs: _____

12. Quantas pessoas adultas têm na residência? Quantas trabalham?

13. Qual a profissão do chefe da família e local de trabalho?

14. Alguém trabalha de carteira assinada?

() sim () não

Quantas? _____

15. Qual a renda da família?

Abaixo de um salário mínimo	
Um salário mínimo r\$ 957,00	
Dois salários mínimos r\$ 1914,00	
Três salários mínimos r\$ 2871,00	
Acima de três salários mínimos	

16. A família recebe algum benefício do governo?

() sim () não

Qual? _____

17. Qual o nível de escolaridade dos moradores?

Analfabeto	
Fundamental incompleto	
Fundamental completo	
Médio incompleto	
Médio completo	
Superior incompleto	
Superior completo	
pós-graduação	

Obs: _____

18. Você gosta de morar no bairro? qual o maior problema?

() sim () não

Obs: _____

Apêndice 2



Programa de Pós-graduação
em Desenvolvimento
Socioespacial e Regional



Perfil do morador da Ponta d'Areia

1. Qual a naturalidade dos moradores?

a) do interior do estado município: _____

b) da capital do estado bairro: _____

c) de outro estado. qual? _____

Obs: _____

2. Qual o tempo de residência na Ponta d'Areia?

3. Por que você escolheu a Ponta d'Areia para morar? E qual o significado de morar aqui?

4. A casa ou apartamento é próprio ou alugado?

5. Quantas pessoas adultas têm na residência? Quantas trabalham?

6. Qual a profissão do chefe da família e local de trabalho?

7. Qual o nível de escolaridade dos moradores?

Analfabeto	
Fundamental incompleto	
Fundamental completo	
Médio incompleto	

médio completo	
Superior incompleto	nome do curso:
Superior completo	nome do curso:
Pós-graduação	nome do curso:

obs: _____

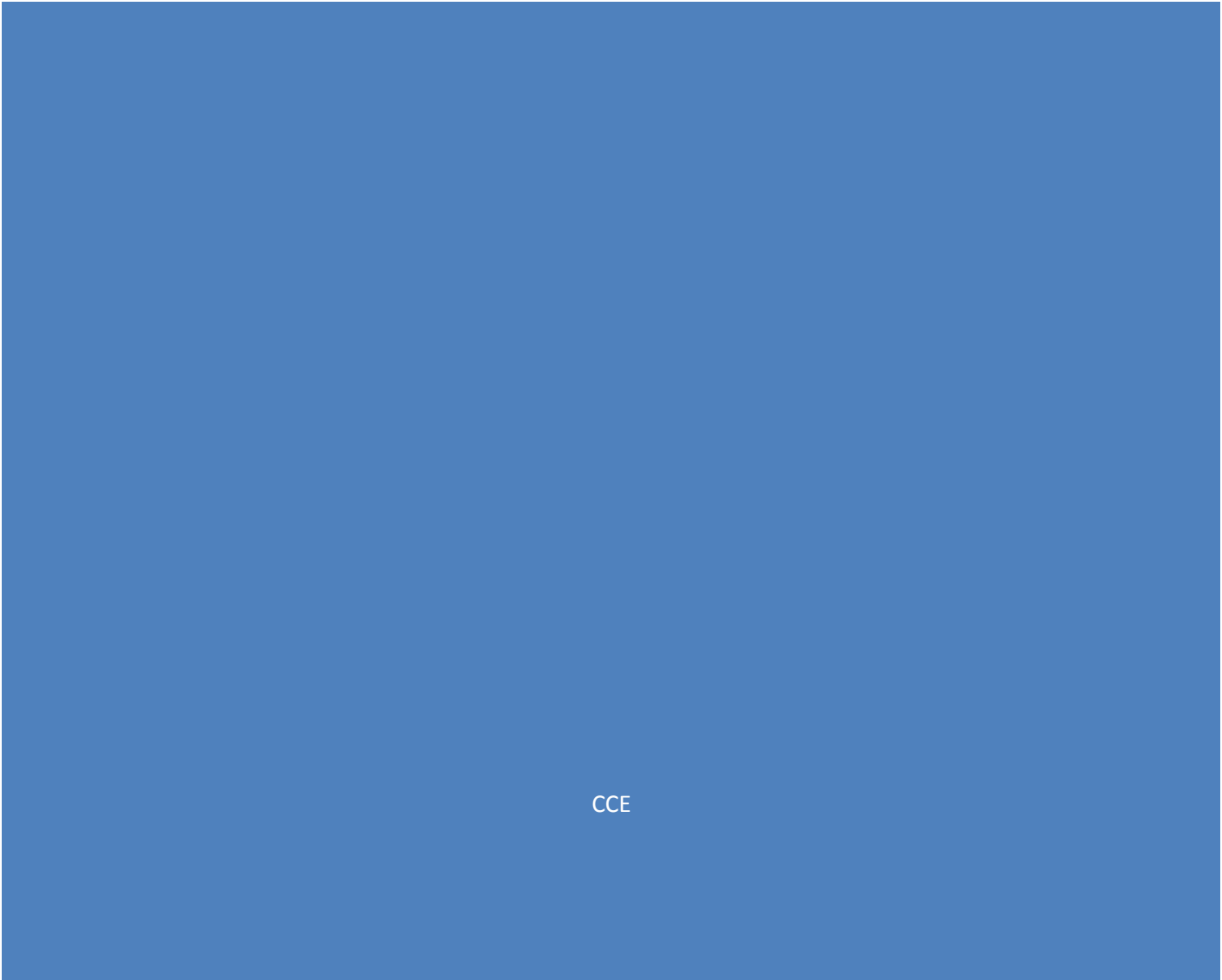
8. Renda mensal do chefe de família ou da família?

9. Você gosta de morar no bairro ponta d'areia? Qual o maior problema?

() sim

() não

obs: _____



CCE



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO
COMANDO DO POLICIAMENTO METROPOLITANO
COMPANHIA DE TURISMO INDEPENDENTE

JAN_2015 À MAI_2017



São Luís
2017

SUMÁRIO

1	LOCALIZAÇÃO	DA	CPTUR	
				2
2			OPERACIONALIDADE	
				3
2.1	ÁREAS DE ATUAÇÃO	3		
2.1.1	Centro		Histórico	
				4
2.1.2	Laguna da Jansen/ Península e Espigão Costeiro	5		
2.1.3	Litorânea	6		
3			NÚMEROS	
				6
3.1	REFERENTE À 2015	8		
3.2	REFERENTE À 2016	10		
3.3	REFERENTE À 2017	12		
1	LOCALIZAÇÃO DA CPTUR			

A Companhia está localizada na Rua da Estrela, nº 427, Praia Grande, no Centro Histórico de São Luís, juntamente com a DETur, conforme a fotografia abaixo:





FOTO 1: ATUAL PRÉDIO DA CPTUR IND

Fonte: P/3 da CPTur Ind

2 OPERACIONALIDADE

2.1 ÁREAS DE ATUAÇÃO

A CPTur Ind atua em 03 ambientes, com características distintas e enfoques diferentes, que são o Centro Histórico, Laguna da Jansen (Área da Península da Ponta d'Areia e Espigão Costeiro) e litorânea, o primeiro marcado por elementos histórico-culturais e os últimos caracterizados pelos aspectos ecológico, turístico e hoteleiro.



2.1.1 Centro Histórico



FIGURA 1: ÁREA 1

Fonte: P/3 da CPTur Ind

A área compreende o bairro do Desterro e parte dos bairros da Praia Grande e do Centro. Nas proximidades encontram-se o mercado da Praia Grande (Casa das Tulhas - Reviver), o Portinho, o Mercado do Peixe, e numerosos monumentos históricos, como o Convento das Mercês, o Cafua das Mercês (Museu do Negro), Palácio dos Leões (Sede do Governo), Igrejas antigas etc.

Tem como ponto de atenção a área do Portinho e alguns casarões abandonados que são locais adotados por vários usuários de drogas, assim como os pontos de venda de drogas espalhados por todo o Reviver. Em especial nas sextas-feiras à noite o Reviver recebe centenas de pessoas devido à quantidade de festas na área. Isso corrobora para o aumento do tráfico de drogas e furtos em demasiada quantidade, além de menores que efetuam práticas delituosas. A CPTur atua com uma viatura de área que conta com o apoio do Grupo Tático Turístico – GTTUR, grupamento de motos, e do Grupo Tático Móvel (GTM), grupos que atuam em toda a área da CPTur. Nessa área existem postos como a Base Comunitária do Reviver, o Convento das Mercês, além da própria sede da Companhia, onde funciona o Memorial da PMMA e os turistas e a população local podem procurar o serviço policial militar.

2.1.2 Laguna da Jansen/ Península e Espigão Costeiro



FIGURA 2: ÁREA 2

Fonte: P/3 da CPTur Ind

A área compreende o Espigão Costeiro da Ponta d'Areia, os bairros Península, Ponta d'Areia e Lagoa da Jansen. A área detém vários estabelecimentos comerciais, dentre os quais restaurantes e quiosques, bancos e correspondentes bancários, além de inúmeros hotéis, haja vista ser uma área de intenso movimento turístico.

Tem como ponto de atenção a proximidade com áreas como a "Portelinha" e "Vila Jumento" (Áreas de ocupação desordenada no bairro da Ilhinha).

A Unidade atua com uma viatura, sendo que esta cobre as áreas do parque da Lagoa, os trechos dos hotéis e a orla da Praia da Ponta D'Areia, conforme as ilustrações acima. Além disso, conta também com um grupo tático turístico de motos (GTTUR), operando diuturnamente na circunscrição da lagoa propriamente dita, além de uma base comunitária na Lagoa da Jansen e a Base do Espigão.

2.1.3. Litorânea

A área compreende toda extensão da Avenida Dep. Ulisses Guimarães (Av. Litorânea). Área de praia e de intenso tráfego de turistas, que esbanja inúmeros ebares, quiosques, hotéis, venda ambulante e residências luxuosas.



FIGURA 3: ÁREA 3

Fonte: P/3 da CPTur Ind

Tem como ponto de atenção a quantidade de construções luxuosas e comerciais em toda a extensão, além da quantidade de veículos que se aproveitam da orla e dos estacionamentos, haja vista o número de roubos, furtos e arrombamentos.

O policiamento é feito com uma viatura e com o apoio do GTM e do grupamento de motos a GTTUR.

3 NÚMEROS

Abaixo demonstramos as ocorrências que ocorreram e foram atendidas pela CPTur referente às áreas da Ponta d'Areia, Laguna da Jansen e Espigão Costeiro.

Reitero que não foi possível diferenciar as ocorrências de cada uma dessas áreas em separado, devido o tempo das ocorrências e a perda de alguns dados que inviabilizaram tal ação.

Observa-se que chamou-se este capítulo de “NÚMEROS”, devido não ser feito um relatório estatístico, mas envia-se tão somente os números referentes à quantidade de ocorrências especificadas por tipo penal. Novamente alega-se questão de tempo

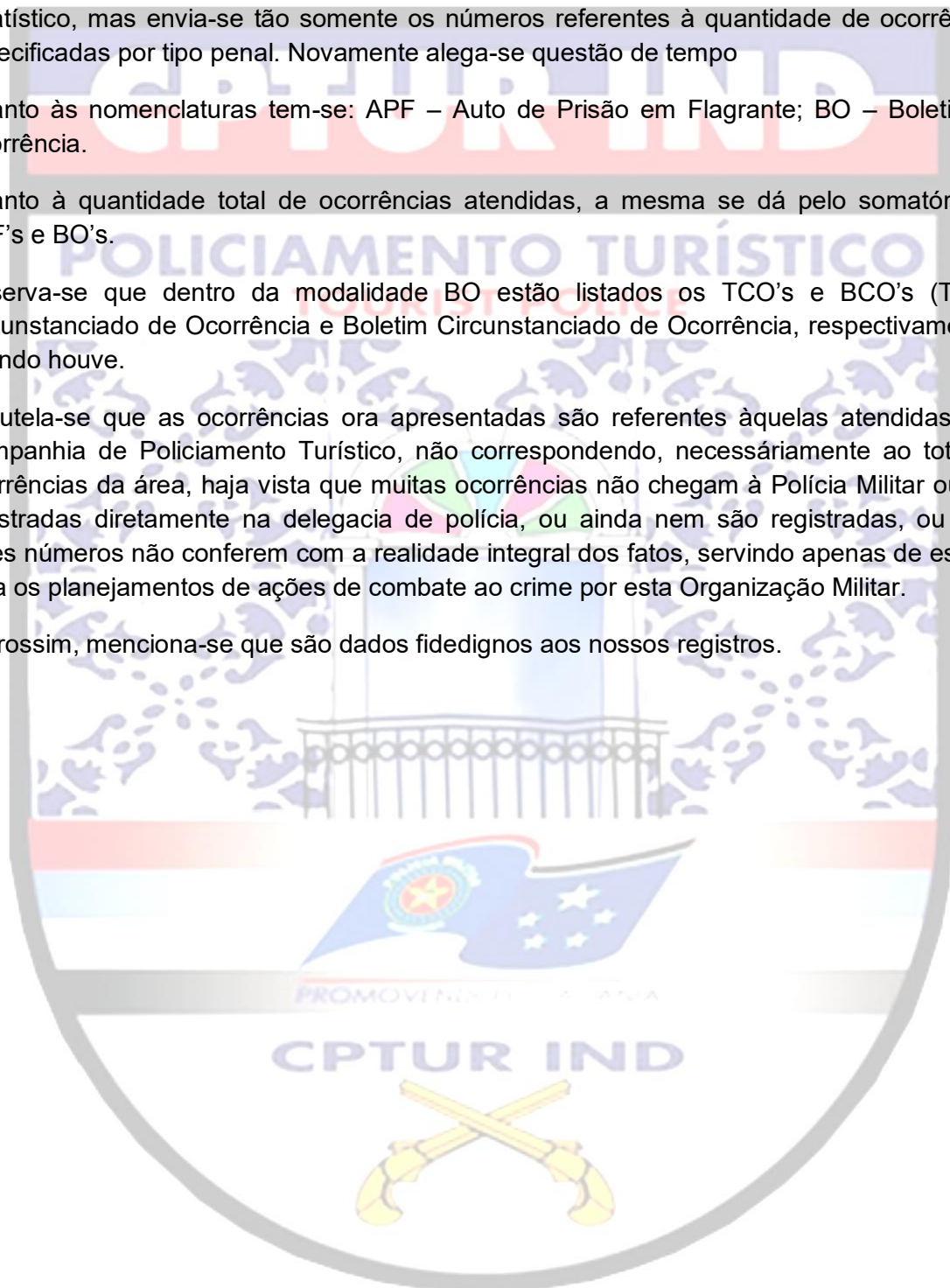
Quanto às nomenclaturas tem-se: APF – Auto de Prisão em Flagrante; BO – Boletim de Ocorrência.

Quanto à quantidade total de ocorrências atendidas, a mesma se dá pelo somatório de APF's e BO's.

Observa-se que dentro da modalidade BO estão listados os TCO's e BCO's (Termo Circunstanciado de Ocorrência e Boletim Circunstanciado de Ocorrência, respectivamente), quando houve.

Acautela-se que as ocorrências ora apresentadas são referentes àquelas atendidas pela Companhia de Policiamento Turístico, não correspondendo, necessariamente ao total de ocorrências da área, haja vista que muitas ocorrências não chegam à Polícia Militar ou são registradas diretamente na delegacia de polícia, ou ainda nem são registradas, ou seja, estes números não conferem com a realidade integral dos fatos, servindo apenas de escopo para os planejamentos de ações de combate ao crime por esta Organização Militar.

Outrossim, menciona-se que são dados fidedignos aos nossos registros.



3.2 REFERENTE À 2016

JANEIRO 2016

FEVEREIRO 2016

ÁREA2 - PONTA D'AREIA/ LAGOA/ ESPIGÃO	Total APF's = 2		Total B.O's = 9	
	ARMA DE FOGO	1	PERSEG. AUTOM	1
	EMBRIAG. VOLANT	1	PORT. ENTORP.	2
			AVERIGUAÇÃO	1
			HOMICÍDIO	1
			ROUBO	2
			AGRES. FÍSICA	1
			ROUBO TENTADO	1

ÁREA2 - PONTA D'AREIA/ LAGOA/ ESPIGÃO	Total APF's = 3		Total B.O's = 3	
	ROUBO	2	PORTE DE ENTORP.	1
	LESÃO CORP.	1	VEÍC. ENCON.	1
			ROUBO	1

MARÇO 2016

ABRIL 2016

ÁREA2 - PONTA D'AREIA/ LAGOA/ ESPIGÃO	Total APF's = 1		Total B.O's = 16	
	FURTO	1	ARMA DE FOGO	1
			ROUBO	4
			FURTO	2
			SIMULACRO	1
			AGRESSÃO	3
			INVAS. DOMICIL.	1
			ARROMBAMENTO	2
			OUTRAS FRAUDES	1

ÁREA2 - PONTA D'AREIA/ LAGOA/ ESPIGÃO	Total APF's = 1		Total B.O's = 10	
	TRÁF. DE ENTORP.	1	DESACATO	1
			ARROMBAMENTO	1
			AVERIGUAÇÃO	1
			DANO MATERIAL	1
			ROUBO	3
			EMBRIAG. VOLANT	1
			AIR SOFT	1
			S/ CNH	1

MAIO 2016

JUNHO 2016

ÁREA2 - PONTA D'AREIA/ LAGOA/ ESPIGÃO	Total APF's = 3		Total B.O's = 10	
	AGRESSÃO	2	ROUBO	2
	ROUBO	1	FURTO	1
			BRIGA GENERALIZ.	2
			AGRESSÃO	1
			AVERIGUAÇÃO	1
			DISP. ARM. FOGO	1
			VEÍC. ENCONT.	0
			PORT. ENTORP.	1

ÁREA2 - PONTA D'AREIA/ LAGOA/ ESPIGÃO	Total APF's = 0		Total B.O's = 5	
			MAND. DE PRISÃO	1
			BRIGA GENER.	1
			AGRESSÃO	1
			VEÍC. RECUP.	2
			ROUBO	0
			AMEAÇA	0
			0	0
			0	0
			0	0
			0	0
			0	0
			0	0

3.3 REFERENTE À 2017

JANEIRO 2017		FEVEREIRO 2017	
ÁREA2 - PONTA D'AREIA/ LAGOA/ ESIPIÃO	Total APF's = 3	Total B.O's = 4	Total APF's = 4
	ARMA DE FOGO 1	TRÁFIC ENTORP 1	ARMA DE FOGO 1
	ROUBO 2	DESACATO 1	ROUBO 2
		VEÍC. RECUP. 1	ARROMBAMENTO 1
		ROUBO 1	
ÁREA2 - PONTA D'AREIA/ LAGOA/ ESIPIÃO	Total APF's = 4	Total B.O's = 4	Total APF's = 0
	ARROMBAM 1	ROUBO 2	Pert. SOSSEG. 1
	FURTO 2	PORT. ENTORP 1	PORT. ENTORP 1
	ROUB. COLET 1	DESACATO 1	DESACATO 1
			AGRESSÃO 1
			AMEAÇA 1
			FURTO 1
ÁREA2 - PONTA D'AREIA/ LAGOA/ ESIPIÃO	Total APF's = 3	Total B.O's = 7	
	ROUBO 3	AGRESSÃO 1	
		VEÍCUL. RECUP 1	
		BADERNA 1	
		ROUBO 1	
		PRIS. FORAGIDO 1	
		AMEAÇA 1	
		DANO 1	

São Luís, 05 de junho de 2017.

Quartel da CPTUR

